

ECONOMIA SOLIDÁRIA E MUNDO DO TRABALHO

POSSIBILIDADES, LIMITAÇÕES
E CONTRADIÇÕES PARA O
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

NILDO APARECIDO DE MELO

ECONOMIA SOLIDÁRIA E MUNDO DO TRABALHO

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

Antonio Nivaldo Hespanhol
Mateus Monteiro Lobato
Antonio Cezar Leal
Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol
Eda Maria Goes
Eduardo Paulon Girardi
João Osvaldo Rodrigues Nunes
José Tadeu Garcia Tommaselli
Marcelo Dornelis Carvalhal
Maria Encarnação Beltrão Sposito
Jonatas Lima Candido
Lindberg Nascimento Junior

NILDO APARECIDO DE MELO

ECONOMIA SOLIDÁRIA E MUNDO DO TRABALHO

POSSIBILIDADES, LIMITAÇÕES
E CONTRADIÇÕES
PARA O PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

© 2014 Editora Unesp

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

M472e

Melo, Nildo Aparecido de

Economia solidária e mundo do trabalho [recurso eletrônico]: possibilidades, limitações e contradições para o processo de desenvolvimento econômico / Nildo Aparecido de Melo - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

recurso digital

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-606-0 (recurso eletrônico)

1. Economia social. 2. Educação - Aspectos sociais. 3. Desenvolvimento social. 4. Livros eletrônicos. I. Título.

14-18658

CDD: 370.11

CDU: 37.017

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

*Ao meu glorioso pai (in memoriam): um incansável trabalhador brasileiro.
Aos amores da minha vida: minha Belle e minha esposa Marinei (minha preta).
Essa é uma grande conquista para todos nós.*

*Os poderosos podem matar uma, duas ou até três
rosas, mas jamais poderão deter a primavera.*

Che Guevara

SUMÁRIO

Introdução 11

- 1 Economia solidária e desenvolvimento econômico: análise crítica dos preceitos teórico-metodológicos das iniciativas solidárias 19
- 2 Desenvolvimento econômico e mercado de trabalho: objetivos e possibilidades da economia solidária no Brasil 63
- 3 Economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo 101
- 4 Para além do discurso, as possibilidades, as limitações e as contradições do associativismo e do cooperativismo solidário regional 131

Considerações finais 181

Referências 189

INTRODUÇÃO

Nos estertores da crise do modelo de acumulação fordista/taylorista do início da década de 1970 e das transformações estruturais daí resultantes, expressas na globalização/mundialização do capital, no advento e fortalecimento das políticas neoliberais de liberdade irrestrita das forças de mercado e da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica de base microeletrônica, além do questionamento das políticas keynesianas de Bem-Estar Social nos países desenvolvidos e da forte participação do Estado no crescimento econômico com igualdade na distribuição dos rendimentos, o mundo do trabalho passou a ser impactado fortemente, apontando para profundas transformações nas relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, diretamente desfavoráveis aos trabalhadores e às suas organizações políticas e sindicais.

O movimento de reestruturação capitalista, expressão do desenvolvimento das forças produtivas em contradição com as relações de produção estabelecidas até então sob a regulação social de base fordista/taylorista, resultou na desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho, no aumento dos índices de desemprego e na informalidade do trabalho a partir da década de 1990, por meio da adoção dos princípios que permearam a retomada do processo de acumulação de capital, sob novas formas tecnológicas,

financeiras, organizacionais, produtivas e, primordialmente, da intensificação da exploração do trabalho, considerada a fonte única de rendas capitalizáveis.

Colocada sob essa perspectiva analítica, a economia solidária se consolida e se amplia no Brasil, caracterizando os empreendimentos pela associação, pela cooperação e pela solidariedade entre os trabalhadores excluídos do movimento de reestruturação capitalista das últimas décadas, sendo permeada também pelos preceitos do socialismo utópico do século XIX e pelas teorias do desenvolvimento local e do desenvolvimento sustentável, que lhes dá suporte e fundamentação teórico-metodológica.

Nesse contexto, a economia solidária é considerada por muitos teóricos e estudiosos dos seus preceitos analíticos, uma nova forma de desenvolvimento econômico e uma possível alternativa ao modo de produção capitalista, tendo como gênese o socialismo utópico do século XIX e as ideias de emancipação social formuladas por Robert Owen (cooperativismo revolucionário) e por Charles Fourier (associativismo dos trabalhadores), por meio da proposição de alternativas ao capitalismo e toda uma crítica operária e socialista ao modo de produção dominante.

Já a teoria do desenvolvimento local defende o desenvolvimento baseado nas características e potencialidades produtivas internas de cada comunidade, lugar ou município, de acordo com o recorte territorial e as interações interescares determinadas nesse movimento de configuração de outra forma de desenvolvimento. O desenvolvimento local emergiu, por sua vez, como resposta à tentativa de uniformização resultante do processo de reestruturação capitalista das últimas décadas e da globalização/mundialização do capital, estando articulado à economia solidária por meio da produção, comercialização, comércio justo e consumo consciente nos espaços locais, municipais ou comunitários de atuação das iniciativas solidárias.

Se de um lado a teoria do desenvolvimento local aparece articulada aos princípios solidários, dando suporte teórico-metodológico, por outro lado o desenvolvimento sustentável também permeia as

práticas solidárias, por meio da múltipla determinação da necessidade de se repensar a eficácia econômica em consonância com a preocupação da reprodução social mais justa e harmônica com os princípios de sustentabilidade ambiental. Configura, portanto, a satisfação das necessidades presentes da humanidade sem prejudicar a realização e aspirações das gerações futuras.

Esses princípios de sustentabilidade ambiental e de desenvolvimento local estão presentes, mesmo de forma relativa e incipiente, nas ações dos trabalhadores associados ou cooperados solidariamente, principalmente nas cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos presentes em inúmeros municípios brasileiros desde as formulações da teoria do desenvolvimento sustentável empreendida pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente no final da década de 1980.

Portanto, os princípios analíticos do socialismo utópico do século XIX, as teorias do desenvolvimento local e sustentável e as premissas teórico-metodológicas da economia solidária se fundem e se articulam na tentativa de determinar novas formas de desenvolvimento econômico e de geração de trabalho e renda, que de conta da crise do mundo do trabalho e das dificuldades de fomentar o desenvolvimento sobre novas bases diante do movimento de reestruturação capitalista das últimas décadas e das contradições resultantes.

Dessa forma, neste livro será empreendida uma análise acerca dos reais interesses e motivações que entremeiam as práticas solidárias, por meio da análise e da compreensão dos impactos das políticas públicas, relacionadas à economia solidária, no enfrentamento da precarização/desestrutuação do mercado de trabalho regional e na geração de trabalho e renda, nos municípios que fazem parte da 10^a Região Administrativa do estado de São Paulo, abrangendo também a análise dialética das possibilidades, das limitações e das contradições dessas novas relações para o desenvolvimento econômico regional.

Assim, no Capítulo 1, empreenderemos uma análise crítica dos preceitos teóricos e conceituais da economia solidária. Em especial,

nos aspectos relacionados à geração de trabalho e renda, ao combate ao desemprego e às possibilidades e limitações relacionadas à formação e estruturação de uma nova forma de desenvolvimento econômico, assentado na associação, na cooperação e na solidariedade entre os trabalhadores. Do mesmo modo, discutiremos a economia solidária a partir do conjunto teórico que lhe dá sustentação e fundamentação, por meio da análise crítica da teoria do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento local e das discussões do socialismo utópico do século XIX como gênese histórica da economia solidária. Ainda nesse capítulo, apresentaremos os princípios teórico-metodológicos do desenvolvimento das forças produtivas e as contradições com as relações de produção subjacentes como contraponto às demais teorias e conceitos que fundamentam as práticas solidárias, sendo estruturador do pensamento dialético de questionamento da economia solidária como instrumento de transformação social.

O conhecimento das características gerais e do conjunto teórico que fundamentam a economia solidária possibilitou a problematização das ações desenvolvidas pelos empreendimentos econômicos solidários acerca das reais motivações e interesses nas escalas geográficas analisadas, tais como:

- a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo é considerada a segunda mais pobre do estado, em termos de produção de riqueza e participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual desde o início da década de 1990;
- o mercado de trabalho regional passou por um intenso processo de desestruturação a partir do final da década de 1980 até aproximadamente meados dos anos 2000, como resultado da reestruturação capitalista no Brasil;
- nos últimos anos, no entanto, verificou-se a recuperação gradativa do emprego formal na região, no bojo da retomada do mercado de trabalho nacional, a partir de políticas de incentivo ao consumo, por meio do crédito barato e subsidiado pelo governo federal;

- os empreendimentos econômicos solidários aparecem concentrados nas proximidades da capital paulista e região metropolitana, que é a mais impactada pelo movimento de reestruturação capitalista no estado de São Paulo nas últimas décadas;
- todavia, observou-se um crescimento da economia solidária na região após a institucionalização e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal;
- se a teoria do desenvolvimento local apregoa a defesa das potencialidades locais do desenvolvimento, como a economia solidária reflete essas práticas na região analisada e qual a fonte de investimentos das associações, cooperativas e grupos informais regionais?;
- como a teoria do desenvolvimento sustentável perpassa e fundamenta as práticas solidárias na região e suas articulações com o desenvolvimento local;
- existem possibilidades de desenvolvimento econômico a partir das práticas solidárias e de geração de trabalho e renda nos empreendimentos econômicos solidários regionais?

Com base nessas reflexões e problematizações, o desenvolvimento das motivações e interesses da economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo tornou-se latente e imprescindível para os objetivos de análise das possibilidades, das limitações e das contradições das práticas solidárias para a geração de trabalho e renda e para o processo de desenvolvimento econômico regional.

Já no Capítulo 2, discutiremos o processo histórico de conformação do desenvolvimento econômico nacional e da formação do mercado de trabalho, notadamente a partir da institucionalização das relações de trabalho no Brasil, empreendidas por Getúlio Vargas na década de 1930. Em seguida, a análise recairá sobre a crise econômica dos anos 1980 e o advento do neoliberalismo econômico no início da década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello e nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Articularemos as discussões em relação desmonte das po-

líticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico e à crise do mundo do trabalho, representada pelo aumento do desemprego e pela precarização das condições e relações de trabalho no Brasil desde então. A partir daí, a discussão será permeada pela consolidação e ampliação da economia solidária no país, após a institucionalização da mesma, em meados dos anos 2000, por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, articulada ao Ministério do Trabalho e Emprego, nos interstícios da chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT) e da constituição de um governo de base “popular”, sob o comando do Presidente Luís Inácio Lula da Silva

Também nesse capítulo serão apresentadas e discutidas as características intrínsecas, os objetivos e as possibilidades da economia solidária no que diz respeito à recuperação do mercado de trabalho, à geração de trabalho e renda e ao desenvolvimento econômico nacional, por meio da análise dos dados e informações do primeiro mapeamento oficial dos empreendimentos econômicos solidários. Nos assentaremos na compreensão deles no que tange à sua distribuição geográfica e territorial, às formas de organização funcional, aos motivos e perspectivas de criação, à participação por gênero, à escala de abrangência dos produtos e/ou serviços prestados pelos trabalhadores solidários e às dificuldades enfrentadas para a permanência nessas iniciativas com características solidárias nos estados da República Federativa do Brasil.

Em seguida, a análise recairá sobre a problemática do desenvolvimento econômico na região analisada, tendo como base as discussões sobre o movimento de interiorização da industrialização no estado de São Paulo, levado a cabo a partir da década de 1960, e seus impactos na escala local e regional, expressos, sobretudo, nos índices baixos de produção de riqueza nas últimas décadas e à perda de dinamismo industrial verificado tanto em Presidente Prudente como nos municípios que fazem parte da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo. Nesse capítulo também serão apresentadas as características dos empreendimentos econômicos com características solidárias na região em termos quantitativos, como forma de apreensão e de descrição dos mesmos, de sua fun-

cionalidade, operacionalidade e aspectos endógenos das iniciativas solidárias na região em análise.

No Capítulo 4, apresentaremos uma análise qualitativa da economia solidária desenvolvida na região, por meio de informações obtidas diretamente com os trabalhadores das associações de produtores rurais familiares e dos empreendimentos urbanos (trabalhadores artesãos e de costura industrial, de materiais recicláveis, de ensino e aprendizagem e de produtos derivados do couro), como forma de investigação dos reais interesses que permeiam a economia solidária regional, entremeando suas contradições e colocando em evidência suas possibilidades e limitações para o desenvolvimento econômico e para superação do processo de precarização/desestruturação do mercado de trabalho regional neste início de século XXI.

1

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ANÁLISE CRÍTICA DOS PRECEITOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS INICIATIVAS SOLIDÁRIAS

A economia solidária é apresentada pelos seus defensores e teóricos como instrumento de saída para os problemas relacionados ao desemprego e ao processo de desenvolvimento econômico, sendo assentada em um conjunto teórico representado pelo socialismo utópico do século XIX, pelo desenvolvimento sustentável e pelo desenvolvimento local, expressando a associação, a cooperação e a solidariedade dos trabalhadores em empreendimentos econômicos com características solidárias.

Desta forma, neste primeiro capítulo empreenderemos uma análise crítica dos preceitos teóricos e conceituais da economia solidária nos aspectos relacionados à geração de trabalho e renda, ao combate ao desemprego e às possibilidades e limitações relacionadas à formação e estruturação de uma nova forma de desenvolvimento econômico. Do mesmo modo, discutiremos a economia solidária a partir do conjunto teórico que lhe dá sustentação e fundamentação, analisando criticamente o desenvolvimento a partir das potencialidades locais e em associação com a preocupação com o meio ambiente, o associativismo e o cooperativismo como possibilidades de superação social e como gênese histórica da economia solidária.

O contraponto dessas teorias e da tese central da economia solidária está representado pela teoria do desenvolvimento das forças produtivas e as contradições com as relações de produção subjacentes, considerando essa forma de pensamento do desenvolvimento econômico como estruturante do método histórico e dialético que permeia as discussões e as reflexões empreendidas ao longo da obra.

Economia Solidária: os princípios analíticos, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento econômico

O capitalismo como forma de organização da vida social e das atividades econômicas, baseadas na propriedade privada e nas liberdades individuais, é considerado um modo de produção historicamente estruturado a partir da dissolução do feudalismo e tido por diversas linhas de pensamento e correntes econômicas como um fenômeno natural, tendo, por consequência, a desigualdade e a competição consideradas como naturais ao espírito humano e ao desenvolvimento social e econômico da humanidade.

A aplicação dos princípios capitalistas de produção econômica e social enseja a divisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas: os proprietários dos meios de produção (que acumulam todo o excedente da produção na forma de lucro ou mais-valia) e os detentores apenas da força de trabalho. O resultado natural dessa divisão antagônica e contraditória da sociedade em classes sociais é a competição e a desigualdade social, expressas na acumulação de vantagens e ganhos em capital, por parte dos vencedores, e a acumulação de perdas e desvantagens aos perdedores ou derrotados do jogo econômico da economia de mercado.

Em contraposição ao capitalismo competitivo e produtor de desigualdades sociais e segundo seus teóricos e defensores, a econo-

mia solidária¹ parte do princípio de que a igualdade seria possível apenas com a organização da sociedade em termos de solidariedade e cooperação entre os participantes das atividades econômicas, em substituição à competição e à concorrência como pressupostos naturais do modo capitalista de produção. Logo, a compreensão do que vem a ser um empreendimento solidário parte da premissa de que a economia solidária

[...] é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (Singer, 2002a, p.10)

Por conseguinte, a economia solidária² parte do princípio de que a organização da atividade econômica de forma solidária está permeada pela democracia e pela cooperação, assentada na autogestão do processo produtivo, isto é, na economia solidária não existem padrões e nem empregados, pois o empreendimento pertence igualmente a todos os integrantes. Dessa forma, todos os associados ou cooperados são, ao mesmo tempo, donos e trabalhadores dos empreendimentos solidários (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2009).

Em outras palavras, a economia solidária, segundo seus postulados teóricos, apregoa a substituição da competição baseada no con-

1 Constata-se uma diversidade de terminologias sobre a economia desenvolvida sob os princípios da solidariedade, tais como: economia social, economia popular, economia solidária, economia popular solidária, economia social solidária, socioeconomia solidária, economia do trabalho e terceiro setor.

2 A denominação de economia solidária será a utilizada neste trabalho por se tratar da forma como são reconhecidos os empreendimentos econômicos solidários no Brasil e como aparece comumente na literatura especializada sobre o assunto.

trato entre desiguais, segundo a lógica de concorrência capitalista, pela associação cooperativa entre iguais, isto é, a organização das atividades econômicas permeada pela igualdade de condições entre todos os participantes do jogo econômico, por meio das lacunas deixadas pelas contradições do próprio modo de produção dominante.

Segundo Singer (2006), em seus primórdios, a economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior ao capitalismo, “por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor.” (Singer, 2002a, p. 114). Também segundo o autor, a economia solidária surgiu como resposta às contradições do capitalismo e ao movimento ininterrupto da eterna competição entre todos os participantes do jogo econômico do livre mercado, que produz a divisão antagônica da sociedade em classes sociais e as desigualdades e exclusões daí resultantes.

A gênese da economia solidária está fundamentada nos socialistas utópicos do século XIX, destacando-se o britânico Robert Owen e o francês Charles Fourier, expoentes do denominado cooperativismo ou associativismo como formas de enfrentamento e superação do modo capitalista de produção. Segundo Singer (2006), nessa fase, as iniciativas cooperativistas tomaram a forma de um “cooperativismo revolucionário”, tornando “nítida a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista ao capitalismo.” (Singer, 2006, p.35).

Se a economia solidária depende inexoravelmente da exacerbação das contradições do capitalismo, multiplicando-se nas lacunas e tensões do modo de produção dominante, o processo de crise do modelo de desenvolvimento fordista/taylorista, a partir da década de 1970 e o movimento de reestruturação capitalista desencadeado desde então, fragilizando as relações tradicionais de trabalho e o pacto de classes subjacente a aplicação dos preceitos keynesianos de intervenção estatal na economia e incentivo ao desenvolvimento econômico, possibilitaram o ressurgimento e o fortalecimento dos empreendimentos solidários, como possibilidades de contraponto ao desemprego em massa, ao fechamento e falência de empresas e a

exclusão social de parcelas significativas da população da economia de mercado competitiva.

Do mesmo modo desses acontecimentos contextuais, a derrocada do “socialismo realmente existente” no Leste Europeu e na União Soviética (culminando com o fim do modelo soviético de planejamento central da economia em 1991) e a derrota de governos social-democratas na Europa, desencadearam e culminaram na desestruturação do mundo do trabalho, resultando na perda de conquistas históricas da classe trabalhadora, especialmente nos países desenvolvidos, com o desmonte parcial do Estado de Bem-Estar Social³ do tipo keynesiano, que vigorou entre as décadas de 1940 e 1970.

A partir daí observa-se o surgimento e o avanço de outras formas de organização do trabalho por meio da associação e cooperação entre os trabalhadores no combate ao desemprego e como forma de geração de renda e de sobrevivência no capitalismo contemporâneo, configurando-se como possibilidades de enfrentamento da crise do mundo do trabalho e ao processo de reestruturação capitalista das últimas décadas do século XX e início do século XXI (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2009).

Segundo os estudiosos dos empreendimentos solidários, a economia solidária aponta para uma nova lógica econômica e produtiva, baseada no desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, implicando na contraposição e reversão da lógica capitalista permeada na exploração do trabalho e dos recursos naturais, visando apenas o lucro e a acumulação de capital numa sociedade tornada mais competitiva ainda diante das transformações estruturais do capitalismo, da e da exacerbação da economia de mercado e do neoliberalismo como o único instrumento possível e viável para o desenvolvimento econômico e social.

Sob a ótica da organização das atividades econômicas segundo os princípios da economia solidária, os associados se unem para produzir solidariamente, com divisão igualitária dos rendimentos,

3 Em inglês: *Welfare State*

sendo que o objetivo dos mesmos se baseia na promoção “da economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas.” (Singer, 2002a, p.16).

Diferentemente da lógica capitalista de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, baseada intrinsecamente na heterogestão do sistema produtivo nas empresas, com a hierarquização de funções e a ampla divisão do trabalho manual, técnico e mental, sobrepujando a competição e a desigualdade entre os trabalhadores, a economia solidária, segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, aponta para a gestão democrática e participativa da produção, com as decisões sendo tomadas por todos os sócios dos empreendimentos solidários, por meio de assembleias gerais ou por delegação de poder por seções ou departamentos, quando se trata de empresas de grandes dimensões ou quando há dificuldades para a reunião e discussão coletiva dos problemas administrativos do interior do processo produtivo. (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2009).

Em síntese, a economia solidária, segundo os seus postulados teóricos, tem, como características fundamentais, os valores de produção econômica permeados pelos princípios da solidariedade (entre os trabalhadores na produção de bens e serviços e na justa distribuição dos rendimentos), da cooperação (propriedade coletiva dos meios de produção, partilha dos resultados e esforços comuns na produção de bens e serviços) e da autogestão (participação democrática e igualitária nas discussões e decisões dos empreendimentos solidários e na distribuição dos rendimentos e excedentes de produção) considerados pressupostos para a articulação e formação de outro modo de produção.

A economia solidária, em termos de desenvolvimento econômico e social, de acordo com Singer (2006), defende uma forma alternativa de desenvolvimento, contrária, aos princípios capitalistas de progresso econômico assentado na concentração de renda, na desigualdade social, na degradação ambiental e na intensa exploração do trabalho e dos recursos naturais. Segundo o autor, na

economia solidária, pelo contrário, o desenvolvimento econômico deve acontecer em articulação e em conformidade com os valores da democracia, da solidariedade, da preservação ambiental e dos direitos humanos, engendrando um novo jeito de produzir a partir do local e dos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental, expressos na produção sustentável, no comércio justo e no consumo solidário.

Portanto, o desenvolvimento nos empreendimentos econômicos solidários está inextricavelmente associado à produção local de produtos e bens coletivos (desenvolvimento local) e às formas ambientalmente saudáveis de produção e consumo (desenvolvimento sustentável), como princípios de uma sociedade mais justa e igualitária (socialistas utópicos), produzida por meio da cooperação, da associação e da solidariedade entre os trabalhadores nos empreendimentos e iniciativas solidárias de produção, troca e consumo.

Dessa análise, conclui-se que a economia solidária fundamenta-se em um paradoxal conjunto de teorias e correntes de pensamento a partir da fusão das teorias do desenvolvimento sustentável e local e dos princípios socialistas utópicos do século XIX, assentados na conformação do socialismo a partir do associativismo e do cooperativismo dos trabalhadores. Nessa fusão teórica e ideológica, a economia solidária configura-se como um conjunto teórico híbrido, fugaz e escorregadio, que pode servir a inúmeros interesses e ideologias políticas, sejam revolucionárias do modo de produção, reformistas do capitalismo contemporâneo ou ainda conformadoras da ordem social, por meio da contenção das contradições sociais para o livre funcionamento dos mercados, da exploração intensiva e renovada da força de trabalho e da acumulação de capital sem limites e reestruturada por processos tecnológicos e geográficos de evolução das forças produtivas capitalistas contemporâneas.

Essas premissas teóricas e conceituais colocam a economia solidária no mesmo patamar das teorias sobre o desenvolvimento econômico que evitam a discussão sobre o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção e as contradições resultantes desse processo, ao mesmo tempo, que suprimem de suas análises

e reflexões toda a discussão histórica sobre o principal elemento de transformação da base social de exploração capitalista, qual seja a tensa relação entre o capital e o trabalho no processo de produção do excedente econômico ou de produção de trabalho excedente como fundamento da formação de valor na sociedade capitalista contemporânea.

Problematizando a economia solidária sob essas condições de análise e de investigação científica, a compreensão do que vem a ser o desenvolvimento econômico parte da premissa de que ele é um processo extremamente complexo, produzido por transformações profundas em toda a estrutura econômica e social, “ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e a qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica de produção.” (Rangel, 2004, p.133). Logo, o processo de desenvolvimento econômico não se esgota e nem se confunde com o crescimento econômico, expresso pelo aumento da produção e da renda *per capita* de uma economia nacional.

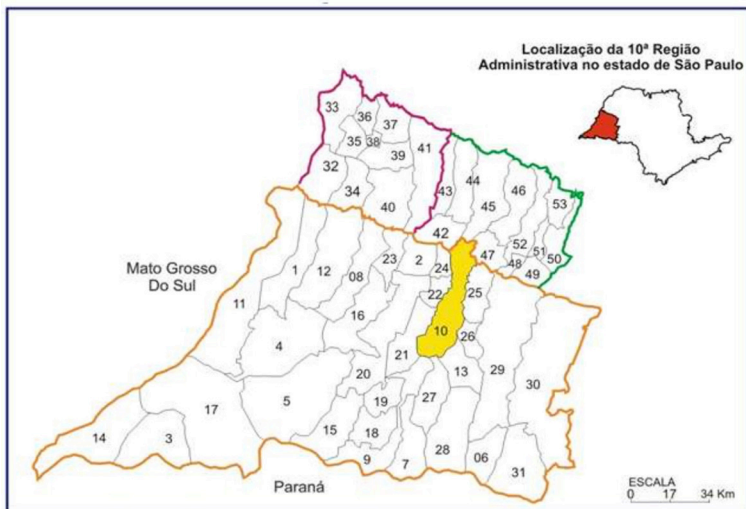
Dito de outra forma, o conceito de desenvolvimento que permeia essa obra, está em sintonia com a categoria universal dialética do movimento da matéria do nível inferior para o superior, do menos perfeito ao mais perfeito, descrito por Cheptulin (1982), representando o progressivo caráter qualitativo das mudanças e tomado como postulado pelos clássicos do marxismo. O exemplo dado por Rangel (2005) para o caso brasileiro ilustra bem a dialética do desenvolvimento como a passagem de um nível inferior para um superior de qualidade e a transformação de uma formação material, por meio da passagem do complexo rural brasileiro que estava umbilicalmente articulado a uma economia natural e ao abastecimento do comércio exterior com produtos agrícolas (sendo que a fazenda se bastava a si mesma, por meio da produção de tudo o que a mesma precisava internamente) para a constituição e consolidação de uma economia de mercado, permeada pelo aumento da divisão social do trabalho e o conseqüente desencadeamento do processo de de-

envolvimento econômico, possibilitando mudanças profundas e irreversíveis nas estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas nacionais a partir do final do século XIX.

Assim, cabe questionar os impactos dos empreendimentos econômicos solidários na geração de trabalho e renda e no processo de desenvolvimento econômico nos municípios que compõem a 10^a Região Administrativa do estado de São Paulo, no período compreendido entre o início da década de 1990 até os anos recentes, levando-se em consideração a concentração dos mesmos na Região de Governo de Presidente Prudente (conforme Mapa 1) e tendo como características fundamentais o funcionamento baseado em alguns aspectos solidários, na heterogeneidade das formas estruturais de composição e participação dos trabalhadores e a interligação das atividades desenvolvidas com as teorias do desenvolvimento local e sustentável.

Do mesmo modo, a maioria das iniciativas está associada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, por meio da criação de associações de produtores rurais familiares, concentradas a partir de meados dos anos 2000, nos assentamentos de reforma agrária dos municípios de Presidente Venceslau, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista e Rosana.

Em resumo, como a economia solidária possibilita diversas leituras e análises sobre o seu papel no processo de desenvolvimento econômico, ao contrário do que pressupõe suas implicações ideológicas que apontam para a formação de outra lógica de desenvolvimento, superior e “alternativo” aos ditames dos princípios capitalistas produtivos, cabe analisar e questionar as teorias que fundamentam as próprias práticas produtivas, associativas e cooperativas dos empreendimentos econômicos solidários, como forma de apontar as possibilidades, as limitações e as contradições delas e da economia solidária para o processo de desenvolvimento econômico e social.



- 1 - Caiuá
- 2 - Emilianópolis
- 3 - Euclides da Cunha
- 4 - Marabá Paulista
- 5 - Mirante do Paranapanema
- 6 - Nantes
- 7 - Nandiba
- 8 - Piquerobi
- 9 - Pirapozinho
- 10 - Presidente Prudente
- 11 - Presidente Epitácio
- 12 - Presidente Venceslau
- 13 - Regente Feijó
- 14 - Rosana
- 15 - Sandovalina
- 16 - Santo Anastácio
- 17 - Teodoro Sampaio
- 18 - Estrela do Norte
- 19 - Tarabai
- 20 - Presidente Bernardes
- 21 - Álvares Machado
- 22 - Alfredo Marcondes
- 23 - Ribeirão dos Índios
- 24 - Santo Expedito
- 25 - Caiabu
- 26 - Indiana
- 27 - Anhumas

- 28 - Taciba
- 29 - Martinópolis
- 30 - Rancharia
- 31 - Iepê
- 32 - Panorama
- 33 - Pauliceia
- 34 - Ouro Verde
- 35 - Santa Mercedes
- 36 - São João do Pau d'Alho
- 37 - Monte Castelo
- 38 - Nova Guataporanga
- 39 - Tupi Paulista
- 40 - Dracena
- 41 - Juqueirópolis
- 42 - Flora Rica
- 43 - Irapuru
- 44 - Pacaembu
- 45 - Flórida Paulista
- 46 - Adamantina
- 47 - Mariápolis
- 48 - Pracinha
- 49 - Sagres
- 50 - Osvaldo Cruz
- 51 - Inúbia Paulista
- 52 - Lucélia
- 53 - Salmourão

LEGENDA

- Região de Governo Adamantina
- Região de Governo Dracena
- Região de Governo Pres. Prudente
- Município de Presidente Prudente

Base Cartográfica: IGC, Região Administrativa de Presidente Prudente, São Paulo, 2003.
 Escala 1:1.000000
Organização: Paula Lindo

Mapa 1 – Regiões de Governo e Municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Fonte: do autor.

Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária – novos paradigmas do desenvolvimento econômico?

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970, as teorizações e as políticas de desenvolvimento econômico subjacentes predominaram nas ações econômicas para o pleno desenvolvimento das forças produtivas e a elevação das taxas de crescimento da economia, medida e quantificada pelo aumento da produção e pela produtividade, expressos em termos de Produto Interno Bruto, representando o valor da produção e da riqueza gerada ao longo do ano nas economias nacionais.

Assim, o desenvolvimento ficava atrelado e subordinado essencialmente à racionalidade econômica da produção e à acumulação de capital, não levando em conta os imperativos da natureza, vista somente como simples fonte de recursos para a produção de bens, fundamentada nos valores de troca ou nos valores monetários da economia capitalista de mercado, mesmo que isso representasse a degradação ambiental, a deterioração dos recursos naturais e a exclusão social, derivada da exploração da força de trabalho, realizada intensamente pelo capital desde seus primórdios.

Nesse período de predomínio das políticas denominadas desenvolvimentistas, a economia mundial apresentou forte ciclo expansivo das atividades produtivas, derivadas, nomeadamente, do extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico, aplicados às atividades econômicas com ênfase para as atividades industriais. A expansão da atuação das empresas multinacionais sobre os espaços econômicos dos países desenvolvidos e a grande atratividade exercida pela abundância de matérias-primas e mão de obra barata nos países subdesenvolvidos, permeou o crescimento econômico, baseado na matriz energética derivada do petróleo. Com as crises do petróleo a partir da década de 1970, o crescimento da economia mundial foi duramente afetado, intensificando-se também a preocupação com os problemas ambientais resultantes do crescimento econômico desenfreado, em busca da lucratividade a qual-

quer custo, tais como a exaustão dos recursos naturais, a poluição atmosférica e a devastação de áreas florestais essenciais à sobrevivência de espécies e de ecossistemas em várias partes do planeta (Montibeller-Filho, 2001).

Contudo, segundo Héctor Ricardo Leis (1996), a preocupação ambiental com os resultados ou externalidades negativas do crescimento econômico (conforme os pressupostos da corrente neoclássica da economia ambiental), surgiu em meados dos anos 1960, com a revolução ambiental norte-americana e o crescimento da preocupação de parcelas significativas da população com a degradação ambiental advinda das atividades econômicas. Nos anos 1970, “tal preocupação expande-se pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia, Austrália e culmina na década de 1980, quando essa preocupação atinge a América Latina, Europa Oriental, União Soviética e sul e Leste da Ásia.” (Leis, 1996, p.90).

A expansão da preocupação ambiental, por sua vez, fez surgir um movimento ambientalista global, por meio da proliferação de diversos atores e processos tais como as organizações pela proteção do meio ambiente, as agências governamentais reguladoras de processos de preservação ambiental, grupos de cientistas pesquisadores de temas ambientais, o aumento de grupos de consumidores de produtos “verdes”, com a elevação da demanda pelos mesmos no mercado, entre outros grupos constituintes do movimento global em defesa do meio ambiente.

Leis e D’Amato (1995), procuram definir tal movimento ambientalista desde seu surgimento até sua constituição em um movimento global, conforme o predomínio de certos atores e processos, periodizando-o em décadas, sendo a emergência de um significativo mercado verde, por meio da valorização ou imposição ao produtor do cuidado ambiental, com a entrada dos empresários nesse potencial mercado consumidor, características da década de 1990. A partir daí, segundo os autores, o movimento ambientalista torna-se complexo e multidimensional, apresentando “grande iniciativa e capacidade de ação ética e comunicativa que o habilita para se constituir em um eixo civilizatório fundamental na direção de uma maior cooperação

e solidariedade entre nações, povos, culturas, espécies e indivíduos.” (Leis; D’Amato, 1995, p.17).

Com a constituição do movimento ambientalista global, tomou forma uma intensa crítica ao reducionismo econômico e ao desenvolvimentismo, vistos pelos ambientalistas como responsáveis pelos problemas sociais e ambientais do crescimento econômico capitalista, como Sachs (1986), que propôs uma revisão conceitual na análise da problemática do desenvolvimento, denunciando, ao mesmo tempo, seu atrelamento ao crescimento econômico e ao progresso técnico-científico das últimas décadas.

Para o autor, os países industrializados, imbuídos da ideologia do crescimento econômico, não conseguiram resolver os problemas sociais derivados das altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto *per capita* dos “anos gloriosos” do capitalismo, não obstante o conforto material trazido pela civilização industrial. Da mesma forma, esses países precisavam “enfrentar problemas sociais, psicológicos e ecológicos novos, recaídas negativas desse crescimento tão rápido e do progresso técnico que disparou, escapando ao controle social.” (Sachs, 1986, p.96).

Sachs (1986) realizou a mesma crítica com relação ao denominado “socialismo real”, que pouco a pouco teria se engajado na corrida do crescimento econômico, tentando superar as taxas dos países industrializados, privilegiando o conjunto formado pela acumulação-investimento em detrimento do consumo consciente, levando indubitavelmente a uma via mimética do desenvolvimento econômico.

Para combater o crescimento perverso, deveria se evitar a hipertrofia do setor de produção de bens de produção e de consumo não essenciais, determinados pela lógica do mercado e da acumulação de capital, incentivando a produção de bens e serviços essenciais e destinados à satisfação das necessidades fundamentais da população. Assim, “a seleção dos objetivos, obtida subordinando-se o processo de crescimento à lógica das necessidades, deveria permitir a satisfação das necessidades fundamentais da população a um nível modesto de renda *per capita*.” (Sachs, 1986, p.59).

Esse redirecionamento das prerrogativas do desenvolvimento deveria estar inexoravelmente articulado a um contexto histórico, social, econômico e ecológico específico e determinado pelas novas funcionalidades da ciência e da tecnologia, com vistas a equilibrar o crescimento e a eficiência econômica por meio da resolução dos problemas sociais e ambientais advindos do desenvolvimento econômico contemporâneo, ou seja, tem-se a necessidade “de maior crescimento econômico com formas, conteúdos e usos sociais completamente transformados, atendendo às necessidades das pessoas buscando uma distribuição mais justa da renda, a conservação dos recursos e enfatizando técnicas mais limpas de produção.” (Sachs, 1993, p.21).

Dessas discussões, toma forma o conceito de ecodesenvolvimento, termo introduzido por Maurice Strong, Secretário-Geral da Conferência da ONU para o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972. A partir de Ignacy Sachs (1993), o termo foi desenvolvido e disseminado, passando a significar um novo padrão de desenvolvimento baseado nas potencialidades internas de um país ou região (desenvolvimento endógeno), sem criar dependência externa e tendo por função “responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio.” (Sachs, 1993, p.7).

Com a exacerbação dos problemas sociais e ambientais derivados do rápido crescimento econômico do pós-guerra, a Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), criou, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com os seguintes objetivos:

[...] reexaminar as questões críticas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido das mudanças necessárias; e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas,

incentivando-os a uma atuação mais firme. (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, P. 4)

Percorrendo os cinco continentes em audiências públicas, a Comissão se concentrou nas perspectivas de desenvolvimento, expressos na formação de um número cada vez maior de excluídos do processo e de problemas relacionados ao meio ambiente. Essa constatação, por um lado, direcionou as análises para a ampliação do conceito de desenvolvimento, que pudesse manter o progresso humano em todo o planeta e em todos os lugares e de forma permanente. Por outro lado, esse tipo de desenvolvimento, sustentável em sua essência, deveria ser objetivo não só das nações em desenvolvimento, mas, também e necessariamente, dos países industrializados.

Nesse novo olhar para a problemática de desenvolvimento, as questões relacionadas ao meio ambiente e ao crescimento econômico apareceram articuladas e entrelaçadas em uma teia de inter-relações e interdependências que determinaram e consubstanciaram o pensamento de que “meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados.” (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p.40).

Dessas discussões sobre a problemática do desenvolvimento sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, o relatório final da Comissão, denominado "Relatório Brundtland", de 1987, definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” (Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p.46).

Nota-se uma redefinição do conceito de desenvolvimento, apontando para uma nova articulação das relações humanas com relação ao meio ambiente e a sustentabilidade respondendo a equidade intrageracional e intergeracional do processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Faz-se necessário frisar também o caráter instrumental do conceito de desenvolvimento sustentável,

no que tange a premência de políticas ambientais, a responsabilidade global com o meio ambiente e com as futuras gerações, diferentemente do conceito de ecodesenvolvimento voltado para o “atendimento das necessidades básicas da população, por meio da utilização de tecnologias apropriadas a cada ambiente e partindo do mais simples ao mais complexo.” (Montibeller-Filho, 2001, p.51).

Em termos conclusivos, o conceito de desenvolvimento sustentável, consiste essencialmente em um “processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p.49), ou seja, a articulação da eficácia econômica, com a justiça social e com os imperativos de sustentabilidade da natureza, acrescentadas da preocupação com as gerações presentes e a manutenção das possibilidades de reprodução social, econômica e ambiental das gerações futuras.

Todavia, da mesma forma que os países desenvolvidos estão “chutando a escada” pela qual chegaram ao topo e se tornaram hegemônicos, a partir da negação das políticas intervencionistas e protecionistas e da imposição de instituições globais de boa governança aos países em desenvolvimento, como analisado por Chang (2004), o discurso ambientalista direciona todo o conjunto de problemas do mundo atual para as questões ambientais, relegando, para segundo plano, a questão do crescimento nos países em desenvolvimento que devem seguir uma nova agenda diferente e antagônica dos caminhos trilhados no passado pelas nações desenvolvidas em seu processo de desenvolvimento das forças produtivas materiais sob o modo capitalista de produção.

Ao impor uma nova forma de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico e à preservação ambiental, as organizações multilaterais obstaculizam o crescimento econômico dos países em desenvolvimento e os impedem de resolver seus problemas mais imediatos, tais como a expansão da rede de saneamento básico para

toda a população, a adoção de políticas de redução da fome e da miséria, a implementação de políticas e de investimentos públicos de incentivo à indústria, visando a geração de empregos e a resolução do desemprego em massa que assola nomeadamente os países periféricos, entre outras questões que já foram relativamente resolvidas nos países desenvolvidos, mas que, invariavelmente, permanecem nos países em desenvolvimento, dificultando o alcance dos mesmos patamares de qualidade de vida das nações mais desenvolvidas do planeta.

Fundamentado em premissas críticas da realidade e em uma profunda análise de dados e de estatísticas oficiais sobre qualidade de vida e questões ambientais, Lomborg (2002), conformou a “real situação do mundo”, em contraposição às afirmações de catástrofe e colapso iminente alardeado pelo movimento ambientalista global.

Segundo o autor, a humanidade está “realmente legando um mundo melhor do que aquele que recebeu (...) a condição da humanidade melhorou muito em todas as áreas importantes mensuráveis e tende a continuar melhorando.” (Lomborg, 2002, p.421). Segundo ele, com o desenvolvimento tecnológico, a produção de alimentos deve aumentar cada vez mais, sendo capaz de alimentar mais pessoas; as florestas não foram erradicadas, apesar do desmatamento das florestas úmidas, 80% das mesmas continua intacta; a água é um recurso abundante e renovável e o problema da escassez é localizado e resultante do mau uso e do desperdício, entre outras questões que contrariam veementemente as previsões pessimistas dos ambientalistas que não se confirmaram nas últimas décadas (Lomborg, 2002).

Esse progresso nas condições de vida e ambientais resultou da capacidade e da criatividade humana, a partir do desenvolvimento tecnológico que possibilitou a Revolução Verde, a descoberta de novas fontes de matérias-primas, o combate da poluição ambiental, melhorias significativas na qualidade de vida, o surgimento e aprimoramento de novos produtos (como analisado por Schumpeter (1988) na explicitação do papel da tecnologia no processo de desen-

volvimento econômico), o combate a doenças e o aperfeiçoamento da medicina preventiva e curativa, entre outras (Lomborg, 2002).

Se a definição do conceito de desenvolvimento sustentável partir do pressuposto empregado pelo Banco Mundial que esse tipo de desenvolvimento é o que dura, a sociedade atual, segundo os próprios dados oficiais, aponta inexoravelmente para a sustentabilidade. Essa afirmação não indica que não há problemas ambientais, mas tão somente que se faz necessário “ver o meio ambiente como uma parte importante – mas não a única parte – dos muitos desafios que precisamos enfrentar para criar um mundo cada vez melhor e progredir ao máximo pelo resto do século.” (Lomborg, 2002, p.418).

Colocado em outros termos, se não há possibilidade de crescimento econômico sem preservação ambiental e vice-versa, como destacado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) e reforçado por Sachs (1986), torna-se fundamental a articulação entre o crescimento e a preservação ambiental para assegurar o desenvolvimento sustentável e permanente, a questão da superação da pobreza e da baixa qualidade de vida nos países em desenvolvimento é altamente relevante para a proteção ambiental, pois “é razoável esperar que, a medida que alcançam patamares mais altos, os países em desenvolvimento optem e lutem pela preservação ambiental – como fizeram os países desenvolvidos.” (Lomborg, 2002, p.252).

Desse modo, os países desenvolvidos só passaram a se preocupar com a questão ambiental no momento em que se tornaram suficientemente “ricos” e sustentáveis, no que toca ao desenvolvimento de longo prazo e permanente. Seguindo essa mesma lógica, a piora dos níveis de poluição atmosférica nos países em desenvolvimento nas últimas décadas, atreladas ao crescimento econômico, deve ser analisada em uma perspectiva histórica, já que “na verdade, os países em desenvolvimento estão apenas fazendo os mesmos *trade-offs* que os países desenvolvidos fizeram há 100-200 anos” (Lomborg, 2002, p.252), isto é, estão trilhando os mesmos caminhos do passado para a superação dos problemas sociais e do crescimento

econômico, sem o qual torna-se impossível e dispendioso despertar para a questão da preservação ambiental para as gerações futuras.

Logo, os problemas ambientais devem ser analisados racionalmente e com base em dados e em estatísticas de longo prazo para que a priorização dos gastos dos escassos recursos direcione as ações, pensando a questão ambiental como mais um dos imensos desafios que preocupam a humanidade neste limiar do século XXI. Para Lomborg (2002), a prioridade deve ser “tornar os países em desenvolvimento ricos e dar aos cidadãos dos países desenvolvidos ainda maiores oportunidades” (p.389), pois o iminente colapso natural e as catástrofes daí resultantes não ocorreram, desacreditando os ambientalistas que baseiam suas análises e observações em estatísticas de curto prazo e em mitos, para tornar a questão ambiental o cerne das atenções contemporâneas, relegando, para segundo plano, outros desafios e problemas da humanidade na atualidade.

Em vista disso, a questão ambiental tem sido utilizada politicamente para impor uma nova agenda nas relações internacionais, impossibilitando os países em desenvolvimento de trilhar os mesmos caminhos dos países desenvolvidos e alcançar patamares de riqueza e de qualidade de vida que os torne aptos a repensar a preservação do meio ambiente para as futuras gerações. É imprescindível repensar o desenvolvimento econômico a partir das relações desiguais estabelecidas no mundo atual e controladas pelas nações desenvolvidas, colocando os problemas ambientais nos mesmos patamares de outros desafios da humanidade. Vale ressaltar que existem limites físicos e estruturais ao capitalismo e, portanto, à própria capacidade do mesmo em aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável: conceito amplo, impreciso e passível de apropriação por todas as escolas de pensamento – clássica, neoclássica, marxista, neoliberal, entre outras, como demonstrou Montibeller-Filho (2001).

Nesses termos, o desenvolvimento sustentável, utilizado politicamente por grupos de interesses e orientado para uma nova agenda internacional de desenvolvimento e manutenção do *status quo*, analisado na perspectiva marxista, impede a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas nos países em desenvolvi-

mento, nos mesmos patamares dos países desenvolvidos, impossibilitando os países em desenvolvimento de atingir níveis superiores de crescimento econômico e de qualidade de vida, isto é, o foco na preservação ambiental como o principal e único desafio da humanidade impossibilita que as contradições do capital sejam explicitadas pelo contínuo e irreversível processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Ademais, a bandeira da preservação ambiental anula as discussões sobre as contradições do capitalismo e a análise do processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas, apontando para a abolição das investigações e reflexões científicas da contradição inexorável do sistema capitalista, fundamentada no desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção que obstruem esse processo.

Por conseguinte, a economia solidária, permeada pelo desenvolvimento sustentável e entrelaçada também pelas teorias do desenvolvimento local e do socialismo utópico do século XIX, exerce a mesma função de esquecimento ou omissão na discussão da real contradição do sistema capitalista contemporâneo, expressa na tensa relação entre o capital e o trabalho em tempos de desenvolvimento acelerado das forças produtivas, estando a serviço da recolocação no mercado de trabalhadores excluídos do processo produtivo ou dos párias do capitalismo globalizado e competitivo da contemporaneidade, possibilitando a exploração do trabalho nas cooperativas de materiais recicláveis, nas quais o trabalhador é subordinado indiretamente ao capital, que dita às formas de coleta e venda dos resíduos sólidos reaproveitáveis, os preços pagos ao longo do ano (de acordo com as necessidades do mercado) e os materiais aceitos no mercado de transformação de novos produtos.

Isso é o que pode ser observado na cooperativa de produtos recicláveis de Presidente Prudente, onde a renda obtida pela venda dos materiais é baixa e a cooperação ocorre pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal devido ao baixo nível de escolaridade dos trabalhadores da cooperativa. Dito de outra forma, a sustentabilidade ambiental fica relegada ao segundo plano, so-

bressaindo a necessidade social de resgate de trabalhadores outrora ocupados no “lixão” do município, onde as condições de trabalho eram insalubres e desumanas.

A despeito de a cooperativa funcionar como um instrumento de resgate social desses trabalhadores, a economia solidária, atrelada a essa lógica de preocupação com os recursos naturais, não coloca em discussão a exclusão social derivada do desenvolvimento acelerado das forças produtivas no capitalismo contemporâneo e as contradições daí resultantes, tendo como expressão desse processo desigual e complexo, a condição social desses trabalhadores excluídos, vítimas de um capitalismo tornado competitivo, globalizado e excludente nas últimas décadas. Nesse caso, a economia solidária e o desenvolvimento sustentável que lhe dá suporte teórico e ideológico evitam as discussões da real determinação da exclusão social e da posição das classes sociais sob a lógica do capital em tempos de desenvolvimento acelerado e complexo das forças produtivas materiais da economia.

A sustentabilidade ambiental fica atrelada a lógica do mercado capitalista por meio da subordinação direta da venda dos materiais às empresas compradoras, que ditam os preços pagos durante o ano e os materiais aceitos, sempre tendo em vista a variação do mercado, a oscilação dos preços e as possibilidades de lucro com a transformação do “lixo” reciclável em novos produtos, isto é, o que está em evidência é a possibilidade explícita e inequívoca de obtenção de lucros e não a preocupação direta com o esgotamento dos recursos naturais utilizados nas embalagens descartadas diariamente pela população prudentina.

Não é demais afirmar que os trabalhadores da cooperativa são subordinados indiretamente ao capital por meio da determinação pelo mercado dos preços dos materiais reciclados ao longo do ano, da aceitação ou não de determinados materiais (de acordo com as necessidades do mercado) e pela renda baixa auferida pelos trabalhadores, sempre levando-se em consideração a oscilação de preços e a aceitação dos materiais, não dependendo, assim, da seleção e separação diária e permanente do “lixo” pela população e do mon-

tante de materiais colocado à venda pela cooperativa de reciclagem de Presidente Prudente.

Portanto, a economia solidária e os preceitos da sustentabilidade ambiental omitem que a contradição essencial continua sendo a tensa relação entre o capital e o trabalho, assentada no desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes que determinam a posição das classes sociais e o estágio da luta de classes, além da premissa da necessidade histórica destacada por Marx (1988) da superação do moderno sistema produtor de mercadorias.

Economia Solidária e Desenvolvimento Local

Da mesma forma que o desenvolvimento sustentável surge e se consolida no âmago da crise das políticas de intervenção estatal na economia e do planejamento regional como instrumento de resolução das desigualdades territoriais do processo de desenvolvimento econômico, como explicitado na teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux (1967) e Boudeville (1973) e na teoria da Causação Circular Cumulativa de Myrdal (1965), a teoria do desenvolvimento local toma forma como um possível paradigma do desenvolvimento, assentado nas possibilidades locais de evolução das forças produtivas e atrelado ao desenvolvimento sustentável e às atividades econômicas solidárias.

Assim, até a década de 1960, era comum a associação entre crescimento e desenvolvimento econômico, por meio da hegemonia das políticas macroeconômicas para medir o crescimento econômico com base em dados sobre a produção de riqueza nacional. Também se destacava o pensamento vigente baseado na ideia de que aos países periféricos cabia trilhar os caminhos das nações industrializadas e consideradas desenvolvidas para atingir o pleno desenvolvimento das forças produtivas.

A tentativa de se generalizar o desenvolvimento econômico para todas as nações do sistema capitalista passou a ser amplamente

questionada com a publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pela Organização das Nações Unidas (ONU) no início da década de 1990. O IDH tendeu a relativizar o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* como medida suficiente do desenvolvimento e passou a incorporar outras variáveis, tais como a taxa de mortalidade infantil, a expectativa de vida e o analfabetismo, malgrado os problemas metodológicos inerentes a essa forma de aferição do desenvolvimento.

Com o desencadeamento do processo de reestruturação produtiva do capital, ganharam força propostas e alternativas ao modelo clássico de desenvolvimento, exigindo-se, da mesma forma, novos indicadores para medi-lo. Entre essas perspectivas, destaca-se o desenvolvimento local, permeado pelas potencialidades dos agentes locais e pelas possibilidades endógenas de crescimento econômico, com distribuição de renda, melhoria das condições de vida da população e de sustentabilidade ambiental (Milani, 2005).

Dessas transformações surgiram questionamentos sobre a viabilidade do desenvolvimento enquanto etapa a ser seguida pelos países subdesenvolvidos e a permanência das desigualdades sociais, expressas em uma nova agenda de discussão permeada por temas relativos “a descentralização, a governança local, a participação, a emergência da sociedade civil e, mais recentemente, o capital social integram o envelop.de novos projetos do sistema de cooperação do desenvolvimento.” (Milani, 2005, p.9). Todas essas temáticas e projetos colocam em evidência as diversidades e particularidades locais, passando a exigir medidas de políticas públicas diferenciadas e orientadas para o desenvolvimento local.

No contexto de esgotamento do padrão desenvolvimentista e do desencadeamento do processo de reestruturação capitalista, torna-se evidente que o tema do desenvolvimento local

[...] vem sendo colocado na agenda da discussão político-econômico-social e cultural devido ao fracasso das abordagens macroestruturais em romper, no plano social com a desigualdade, no plano econômico com a concentração do poder, no plano político com a

declarada insuficiência dos mecanismos e processos da democracia representativa e no plano cultural com a folclorização trabalhada pela “indústria-cultural” como exotismo [...]. (Oliveira, 2000, p.25)

As mudanças estruturais das últimas décadas forjaram o enfraquecimento do Estado enquanto regulador de interesses econômicos e mediador de conflitos sociais, estimulando processos de descentralização administrativa, que colocaram o poder local assumindo responsabilidades e passando a atuar como agente do desenvolvimento econômico. Segundo Buarque (1999), o desenvolvimento local surge como uma alternativa ao processo de desenvolvimento econômico baseado em fatores de produtividade, rentabilidade e índices externos de ampliação da capacidade produtiva, representando

[...] uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. (Buarque, 1999, p.9)

Segundo Milani (2005, p.1), o desenvolvimento local deve englobar outras variáveis e outros fatores do desenvolvimento, sendo considerado “como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local.”

Para Sen (2000), o desenvolvimento local está relacionado diretamente à confiança das pessoas no futuro individual e da comunidade a que pertencem, enfatizando-se a necessária melhoria da vida social em detrimento do particularismo do crescimento econômico enquanto promotor do bem-estar social por si só. Por

consequente, o desenvolvimento não é uma consequência irrestrita e ampla do crescimento econômico, sendo necessária a ampliação das atividades livremente escolhidas por cada sujeito no processo de desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento considerado como instrumento de transformação social, sendo na escala local que se realiza a possibilidade de surgimento e fortalecimento de movimentos emancipatórios e novas utopias diante das tentativas de uniformização e padronização engendradas pelo processo de globalização/mundialização do capital (Sen, 2000).

Para Santos (1996), os lugares e os agentes locais podem fortalecer as horizontalidades, consideradas como “os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (Santos, 1996, p.226), em contraposição aos modelos e padrões impostos pela globalização (“as verticalidades [...]” formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais [...], sendo possível reconstruir “a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (Santos, 1996, p.227), possibilitando a criação de novas solidariedades por meio da sobreposição dos recortes e da simultaneidade das forças locais.

O desenvolvimento local, sob a ótica da instrumentalização política e jurídica, por sua vez, requer autonomia na tomada de decisão e uma reorientação das funções políticas e administrativas do Estado, pressupondo

[...] a existência de um aparelho de Estado e de estruturas institucionais que assegurem ao mesmo tempo o jogo democrático indispensável à elaboração permanente do projeto nacional, a gestão descentralizada dos negócios locais e o controle pelo Estado, ele mesmo submetido ao controle social, de pelo menos quatro alavancas de comando: os investimentos produtivos, o comércio exterior e os movimentos internacionais dos capitais, o equilíbrio entre a oferta e a demanda dos principais gêneros alimentícios e os fluxos tecnológicos. (Sachs, 1986, p.85)

Apesar disso, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, recebendo pressões, incentivos e oportunidades externas, apontando para a necessidade de integração econômica com as escalas regional e nacional, orientando as atividades econômicas para a especialização e a competitividade, isto é, a necessidade de internalização das decisões e oportunidades vindas das demais escalas espaciais na estrutura econômica, social e cultural, visando o pleno desenvolvimento a partir das potencialidades locais para a satisfação das necessidades internas.

A reestruturação capitalista, a reorganização e o redimensionamento do processo produtivo a partir das transformações tecnológicas resultantes da revolução técnico-científica atual com a redefinição da concorrência internacional e da competitividade econômica entre nações e regiões sob a economia globalizada, provocam a redefinição da organização do espaço, apontando, de um lado, para a uniformização e padronização dos mercados, como movimento essencial para a competitividade entre os lugares e, de outro lado e contraditoriamente, para a “diversificação e flexibilização das economias e dos mercados locais [criando e reproduzindo] diversidades, decorrentes da interação dos valores globais com os padrões locais, articulando o local ao global.” (Buarque, 1999, p.13).

A valorização do local emerge da tentativa de uniformização desse paradigma de desenvolvimento resultante do movimento de reestruturação capitalista e da globalização/mundialização do capital, apontando para novas oportunidades de desenvolvimento a partir das potencialidades e possibilidades produtivas internas a cada comunidade, lugar ou município, dependendo do recorte territorial e das interações interescares forjadas nesse processo de formulação de outra forma de desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento local.

No entanto, o movimento de globalização/mundialização e reestruturação do capital pode conduzir a um processo contraditório, permeado pela possibilidade de desestruturação e desorganização da economia local ou da abertura de novas possibilidades de desenvolvimento, recriando espaços de competitividade e novas e

variadas formas de participação na economia globalizada. Assim, o sucesso dos empreendimentos produtivos locais depende da mobilização dos atores locais e da formulação de um projeto coletivo de desenvolvimento, com o desenvolvimento local no contexto da globalização sendo

[...] resultante direta da capacidade dos atores e da sociedade locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, buscando a competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações. No novo paradigma de desenvolvimento, isto significa, antes de tudo, a capacidade de ampliação da massa crítica de recursos humanos, domínio do conhecimento e da informação, elementos centrais da competitividade sistêmica. (Buarque, 1999, p.15)

No íterim do movimento de globalização/mundialização do capital, o neoliberalismo, como ideologia desse processo, engendrou a descentralização das políticas públicas, por meio do repasse de funções dos órgãos centrais para os estados e municípios e destes para a sociedade civil organizada, representando um redirecionamento do conceito de Estado, que passa necessariamente a reduzir sua capacidade de intervir na economia, como produtor de bens e serviços públicos, passando a desempenhar o papel de simples provedor de bens essenciais (por meio da compra/subsídio de bens públicos para a sociedade) ou regulador das atividades econômicas desenvolvidas pelas empresas privadas, isto é, o Estado passa a ser regulador do mercado nas atividades em que este se mostre inconsistente para a plena satisfação das condições de vida da população e para a sustentabilidade ambiental.

Mas, a despeito da valorização do local como possível paradigma do desenvolvimento, por trás e permeando esse conjunto de medidas políticas e administrativas, coloca-se a ideologia neoliberal que “ao defender a descentralização, defende também a importância do mercado, a redução do papel do Estado como provedor de

demandas sociais e a competitividade entre os locais.” (Ultramarí; Duarte, 2009, p.22).

A partir daí, no bojo do neoliberalismo e da descentralização, observa-se a transferência ao poder local da gestão de conflitos e de demandas sociais básicas, tais como educação, saúde, lazer, segurança, entre outras funções públicas essenciais, ou seja, ocorre a individualização de problemas e conflitos de interesses para a escala local. Nesse ínterim, a sociedade civil passa a se responsabilizar também pela resolução dos seus conflitos, por meio da organização em associações de moradores, organizações não governamentais, conselhos participativos, entre outras formas de organização descentralizada da sociedade na luta por interesses e pelo desenvolvimento baseado nas potencialidades e possibilidades locais.

Se antes o poder local tinha de se organizar para conseguir repasses e investimentos públicos do poder central para obras de infraestrutura e atendimento de demandas sociais básicas, agora a necessidade recai para a dependência de atratividade do capital privado, por meio da apresentação de dados de qualidade e de indicadores de excelência econômica, resultando na exacerbação da competitividade entre os lugares na articulação do desenvolvimento sobre novas bases.

Esse processo levou ao surgimento da denominada guerra fiscal entre estados e municípios brasileiros, a partir da década de 1990, para atrair indústrias e investimentos produtivos por meio da isenção de impostos, doação de terrenos e realização de infraestruturas para a efetivação e escoamento da produção, diante do processo de desregulamentação estatal, verificando-se também a municipalização de serviços outrora fornecidos e controlados pelo poder central, com destaque para as áreas de saúde e de educação. Não é demais observar que esses serviços se tornam problemáticos com a gestão municipal, resultando, na maioria dos casos, na precariedade funcional e organizacional, assim como na precarização das condições e relações de trabalho devido aos recursos escassos e limitados repassados pelo governo federal e estadual para a esfera local de governo.

No que tange aos recursos produtivos estatais, o local continua a depender dos repasses de verbas federais e estaduais para os investimentos necessários em infraestrutura, saúde, educação, segurança, entre outros serviços públicos. A dependência de repasses financeiros de outras escalas de decisão é explícita também no caso das iniciativas solidárias desenvolvidas pelos trabalhadores nos municípios da região de Presidente Prudente, destacando-se os assentamentos de reforma agrária, onde se observa a formação de associações de produtores rurais familiares que fornecem alimentos para entidades assistenciais locais, comunitárias ou municipais, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

Na mesma linha de análise, os preços pagos pelos alimentos fornecidos pelos produtores rurais familiares são determinados por meio de listas fundamentadas pela cotação no mercado nacional e não com base nas oscilações diárias ou semanais dos preços nos mercados locais ou regionais, apontando para a dependência da escala nacional, conquanto o fornecimento seja realizado necessariamente em escalas locais, comunitárias ou municipais de localização das entidades assistenciais. Da mesma forma, no empreendimento econômico solidário dos trabalhadores cooperados de materiais recicláveis de Presidente Prudente, os incentivos financeiros também advêm da esfera federal, por meio de empréstimos com juros subsidiados dependentes de bancos estatais de financiamento (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) e da expansão das linhas de crédito subsidiadas oficiais, que são definidas pelo Banco Central.

Seguindo a mesma linha de raciocínio crítico, não é no nível local que se definem os principais instrumentos de política macroeconômica, determinantes do desenvolvimento econômico e que impactam sobremaneira as iniciativas locais de desenvolvimento, tais como as taxas básicas de juros da economia, o sistema de crédito subsidiado, a conversão da moeda em um sistema de câmbio flexível ou rígido, o comércio exterior, as alíquotas alfandegárias, a remessa de capitais para fora do país, a entrada de investimentos externos diretos (IED), a resolução de conflitos internacionais, entre outros instrumentos indutores do investimento e multiplicadores da demanda

efetiva, da propensão ao consumo e da geração de emprego e renda na economia local, como destacado por Keynes (1989) em sua teoria geral do emprego, do juro e da moeda e descrito por Dillard (1989), em suas considerações sobre o keynesianismo nos “anos dourados do capitalismo” do pós-Segunda Guerra Mundial.

O recorte territorial e administrativo adotado no caso brasileiro é o dos municípios, considerados como instrumentos de fomento do desenvolvimento local. Entretanto, os mesmos não estão preparados

[...] para ocupar o papel de promotor do desenvolvimento municipal e local e para a inserção nas novas condições socioeconômicas e institucionais do Brasil. Carecem de tradição e instrumentos de planejamento e de base técnica para assumir as novas responsabilidades e uma posição ativa na promoção do desenvolvimento local. Além disso, os passos efetivos de descentralização das decisões e dos recursos são muito insuficientes e, muitas vezes, ilusórios (...) não permitindo a liberdade financeira necessária à implantação de uma estratégia de desenvolvimento municipal. (Buarque, 1999, p.21)

Em síntese, o desenvolvimento local prega uma nova forma de desenvolvimento baseado nas potencialidades e possibilidades locais, em conformidade com o ideário neoliberal de liberdade irrestrita das forças de mercado e da redução do papel do Estado como indutor do processo de desenvolvimento econômico, apontando, ao contrário do que postula, para a fragilização dos serviços públicos prestados à comunidade e a precarização das condições e relações de trabalho que acompanha o movimento de descentralização financeira e operacional do Estado nacional, concomitante ao processo de reestruturação produtiva do capital em tempos recentes.

As teorias do desenvolvimento local e sustentável permeiam as atividades econômicas solidárias, formando um tripé calcado no crescimento econômico baseado nas possibilidades locais de produção e reprodução material da sociedade, na preocupação com a preservação ambiental (em detrimento dos graves problemas sociais

que assolam as economias nacionais, principalmente a dos países em desenvolvimento) e na constituição e conformação de formas associativas e cooperativas de produção ou de prestação de serviços por parte de trabalhadores vulneráveis socialmente ou excluídos do mercado de trabalho formal pelas transformações estruturais do capital das últimas décadas. Esses princípios de produção e reprodução social se entrelaçam e determinam as possibilidades, as limitações e as contradições do desenvolvimento econômico nos empreendimentos solidários, colocando em segundo plano as discussões sobre o desenvolvimento das forças produtivas em contradição com as relações de produção subjacentes.

Contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção e o processo de desenvolvimento

Segundo os postulados materialistas dialéticos como método de análise, o desenvolvimento econômico advém da incorporação e difusão de novas técnicas ao processo produtivo em uma sociedade na qual predominam a propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho, isto é, o desenvolvimento é compreendido como a expansão do sistema produtivo que serve de base estrutural para toda a configuração social existente.

Esse desenvolvimento, por um lado, depende do processo de acumulação de capital, engendrado pelo controle sobre a utilização do produto social e a formação de nova capacidade produtiva, por meio do controle privado dos meios de produção por meio de uma minoria dirigente, que procura limitar o consumo da coletividade e forjar, com isso, seu poder sobre a mesma, determinando e orientando toda a destinação e utilização de tal produto social. Esse processo se expressa nas desigualdades na distribuição da renda e na concentração de recursos nas mãos dos capitalistas (Furtado, 1964).

Essa foi a orientação do capitalismo nas suas primeiras fases de desenvolvimento, historicamente determinadas pela formação de

novas classes dirigentes contra a influência de grupos apoiados em estruturas pré-capitalistas. Nesse período, predominava elevada oferta de mão de obra advinda da eliminação da economia artesanal preexistente, sem a pressão das massas trabalhadoras sobre o processo de utilização do produto social, tendo o impulso dinâmico partindo muito mais da luta da nova classe dirigente capitalista para afirmar sua dominação e a expansão de suas bases econômicas em toda a sociedade e contra as antigas classes dirigentes, assentadas nos antigos modos de produção (Furtado, 1964).

Porém, o desenvolvimento depende também do impulso à melhoria das condições de vida “que atua entre as grandes massas, tanto no sentido da plena incorporação de suas atividades à economia monetária, como no de elevação e diversificação do seu padrão de consumo” (Furtado, 1964, p.64), com o impulso ao desenvolvimento se deslocando para o lado dos trabalhadores nas fases avançadas do capitalismo.

Passada a fase de grande oferta de mão de obra, pela absorção do excedente gerado pela destruição das formas pré-capitalistas e artesanais de produção e cuja oferta passa a depender do crescimento vegetativo da população, a classe trabalhadora passa a exercer forte pressão sobre o aumento na participação na renda social. Logo, a pressão da classe trabalhadora sobre a ampliação da participação na renda social (pondo em risco a acumulação de capital e as altas taxas de lucro da classe capitalista), nas fases avançadas de desenvolvimento do capitalismo, constitui-se na força motriz do desenvolvimento das forças produtivas.

Marx (1988), partindo da afirmação de que toda produção tem caráter social e que o trabalho é a única fonte criadora de valor, explicitou as relações sociais contraditórias e constituintes dos antagonismos de classe no capitalismo: a produção é realizada coletivamente, por meio da venda da força de trabalho aos detentores dos meios de produção e do uso das técnicas disponíveis em determinado período histórico, mas contraditoriamente, a apropriação do produto é realizada de forma privada, fundando e configurando as relações sociais básicas da economia capitalista.

Contudo, os antagonismos de classe (ou a luta de classes) e a pressão da classe trabalhadora suscitam investimentos no ramo da ciência e da pesquisa científica, com a conseqüente formação e difusão de inovações tecnológicas incorporadas ao processo produtivo que tendem a reduzir a quantidade de trabalho necessária por unidade de produto, mantendo-se, assim, por um lado, uma elevada oferta de mão de obra e um exército de reserva disponível a qualquer tempo ao capital. Por outro lado, os investimentos em ciência e tecnologia, levados a cabo pela classe capitalista, permitem a manutenção da posição de classe na estrutura social e a conservação de elevadas taxas de acumulação de capital.

Em outros termos analíticos, Marx (1988, p.621) via no avanço das técnicas “a alavanca mais poderosa da acumulação”, o instrumento mais engenhoso e poderoso das classes capitalistas para engendrar uma oferta de mão de obra sempre constante e em elevação, sendo o desemprego inerente ao próprio desenvolvimento capitalista. Do mesmo modo, no pensamento econômico clássico, já se observava o papel das técnicas na manutenção dos lucros e da acumulação de capital, constituindo-se o progresso técnico como poderosa arma contra a pressão da classe trabalhadora e contra o aumento nos custos da mão de obra. Assim, nas palavras de Ricardo (1988), argumentando contra os privilégios dos donos de terra e a favor do emergente capitalismo industrial inglês do século XIX:

À medida que o capital e a população de um país aumentem, a produção, torna-se mais custosa, e os preços das subsistências geralmente se elevam. Ora, a alta dos alimentos provoca a elevação dos salários, e a alta dos salários tende a orientar mais ativamente o capital para o emprego de máquinas. As forças mecânicas e as humanas estão em perpétua concorrência e frequentemente ocorre que as primeiras não são empregadas senão quando se eleva o preço das segundas. (Ricardo, 1988, p.214)

Mas, os antagonismos de classe estão inexoravelmente articulados à contradição imanente do capitalismo que determina os rumos

da história e à própria posição das classes sociais no interior desse modo de produção, isto é, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes, determinantes do próprio estado da luta de classes, de acordo com o desenvolvimento material e produtivo no modo de produção capitalista.

No famoso prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, Marx (1982), ao explicitar sua visão materialista e dialética sobre a história da humanidade, caracterizou o decurso histórico como uma sucessão de modos de produção, ou seja, a história conformada a partir das relações dos homens com suas bases materiais de produção determinando todo o progresso social e as relações subjacentes. Dessa forma, “na produção social de sua própria existência, os homens entram em relações determinadas, indispensáveis, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais [...]” (Marx, 1982, p.82).

Assim, as forças produtivas são caracterizadas como a base material da sociedade, para a qual se desenvolve a produção especificamente capitalista, permeada e determinada pela divisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas. A propriedade econômica das forças produtivas corresponde, por sua vez, às relações de produção estabelecidas na sociedade e determinadas inextricavelmente pela exploração da força de trabalho como fonte de formação e ampliação do capital posto em movimento no processo de produção de mercadorias sob o modo capitalista de produção (Marx, 1982).

A contradição assumida pelas forças produtivas e as relações de produção em determinado período histórico explicitaria o poder de explicação dessas relações como motor da história, pois “em um certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes, dentro das quais até então funcionaram” (Marx, 1982, p.83), passando a se caracterizar como entraves ao próprio processo de desenvolvimento econômico. Com base nisso, teria ocorrido a substituição do modo feudal de produção pelo capitalista por meio

do impedimento das restrições feudais ao pleno desenvolvimento e emprego das forças produtivas em seu interior, como no caso da manufatura, que exigia a concentração de um grande número de trabalhadores em um só lugar, entrando em contradição com os laços feudais ou semif feudais de ligação umbilical dos produtores a seus mestres e senhores em locais de produção isolados e dispersos (Cohen, 2010, p.79).

Sob o modo capitalista de produção, o desenvolvimento das forças produtivas ocorre articulado à aplicação da ciência e da tecnologia ao processo produtivo, desde o desenvolvimento da maquinaria na grande indústria moderna, que foi a resposta capitalista a proibição do prolongamento ilimitado da jornada de trabalho e do uso extensivo de mão de obra infantil e feminina no processo produtivo, que se constituía em formas de extração de mais-valia absoluta por meio da exploração incessante e desumana da força de trabalho (Marx, 1988).

No contexto da proibição da intensa exploração da mão de obra pelo capital e da extração de mais-valia absoluta naquele momento histórico dos primórdios do modo capitalista de produção, a burguesia, na grande indústria, articulando ciência e tecnologia, passou a intensificar a jornada de trabalho por meio do aumento constante da produtividade do trabalho em um mesmo período de tempo. Isso ocorreu com a aceleração das máquinas (desenvolvimento das forças produtivas) ou da supervisão de um número cada vez maior de máquinas por parte dos trabalhadores. O aperfeiçoamento das máquinas, por sua vez, aumentou a tensão do trabalho e a extração de mais-valia relativa em um período de tempo cada vez mais curto, determinando com isso, a posição das classes sociais no processo de produção, acumulação e ampliação do capital (Marx, 1988).

As descobertas e as inovações técnicas se consubstanciam como formas de aceleração da acumulação de capital por meio da incorporação de capitais adicionais e da mudança da composição técnica do capital, com o aumento da sua parte constante (máquinas, instrumentos de trabalho etc.) em detrimento da diminuição da sua parte variável (força de trabalho), isto é, o desenvolvimento das

forças produtivas determina as relações de produção e a posição de classe no moderno modo de produção de mais-valia ou de trabalho excedente, num contexto de centralização crescente de capitais, primordial para a continuação da reprodução ampliada do capital.

[...] Os capitais adicionais constituídos no transcurso da acumulação normal servem preferencialmente como veículo para a exploração de novas invenções e descobertas, sobretudo de aperfeiçoamentos industriais. Mas, também o velho capital alcança com o tempo o momento de sua renovação da cabeça aos pés, quando ele muda de pele e igualmente renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas. (...) Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele. (Marx, 1988, p.189)

Mesmo que a luta de classes engendre transformações políticas, econômicas e sociais profundas, somente com transformações na base material da sociedade ou nas relações de produção que o proletariado encontrara êxito na substituição do capitalismo por outro modo de produção, como o próprio Marx afirma na seguinte passagem: “Se o proletariado derrocar o domínio político da burguesia, sua vitória será apenas temporária, enquanto as condições materiais ainda não tiverem sido criadas para tornar necessária a abolição do modo burguês de produção.” (Marx, 1988, p.205).

De forma conclusiva, o desenvolvimento do capitalismo se dá historicamente por meio da elevação da parte constante do capital em detrimento da parte variável, representando a constituição de um exército de reserva que pressiona os trabalhadores ocupados à intensa exploração e produção de sobretrabalho excedente para o capital, enquanto os trabalhadores repelidos do processo produtivo são produto desse mesmo trabalho excedente que os obriga a se

manter na ociosidade por causa do incremento técnico constante de capitais adicionais que possibilitam a acumulação ampliada por meio do desenvolvimento das forças produtivas sob o modo capitalista de produção.

No atual estágio do capitalismo contemporâneo, é inexoravelmente esse desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (determinantes da posição da classe trabalhadora na luta política e ideológica de emancipação social) e as contradições daí subjacentes, no que diz respeito às relações de produção, que mais interessa a análise empreendida nessa obra sobre as determinações teóricas do desenvolvimento econômico com o movimento de reestruturação capitalista dos tempos recentes, articulando as discussões à posição e ao papel da economia solidária nesse processo, isto é, quais os impactos das atividades econômicas solidárias no desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes no modo de produção capitalista contemporâneo?

Crise do modelo fordista/taylorista e a reestruturação capitalista como expressão da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção

Sob o modo capitalista de produção, o modelo de acumulação gestado durante a Segunda Revolução Industrial tornou-se predominante até meados da década de 1970, sendo considerado como uma forma de extração de mais-valia por meio da produção de bens industriais em larga escala (fordista) e de controle científico e gerencial do trabalho inserido no processo produtivo (taylorista).

Fordista porque é derivado da implantação de esteiras rolantes de montagem para a fabricação do Modelo “T” na indústria automobilística de Henry Ford, em 1914, com a proposição da jornada de oito horas e o pagamento de cinco dólares por dia de trabalho como forma de incentivar a demanda efetiva por produtos de consumo das indústrias da época (Braverman, 1987, p.130).

O fordismo passou a ser considerado um modelo de acumulação baseado na intrínseca articulação entre produção em massa, por meio da estandardização e da padronização dos produtos e equipamentos de produção, dos ganhos de economia de escala e da configuração de um conjunto de medidas institucionais, econômicas e sociais que possibilitaram a consolidação e ampliação desse modelo de acumulação no pós-guerra, intrinsecamente articulado às políticas keynesianas de incentivo à demanda efetiva, no sentido de manutenção da acumulação de mais-valia relativa naquele período histórico do capitalismo.

Já o taylorismo deriva de seu inventor, o engenheiro Taylor (1865-1915), no decorrer do modo de produção capitalista em sua fase industrial e baseia-se no radical aumento da “produtividade do trabalho por meio da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento.” (Harvey, 1996, p.121).

Colocado em outros termos, o taylorismo caracteriza-se pelo rigoroso controle social do trabalho no processo produtivo como forma de extrair o máximo de mais-valia e produtividade do trabalhador sob as condições e relações capitalistas de produção e consumo, configurando-se como “a mais decisiva medida simples na divisão do trabalho tomada pelo modo capitalista de produção. Inerente a esse modo de produção desde os inícios, e se desenvolve, sob a gerência capitalista, por toda a história do capitalismo.” (Braverman, 1987, p.112).

Assim, o taylorismo é compreendido como um método de organização do trabalho permeado pela estrita separação entre as atividades de concepção e execução de tarefas, engendrando a parcelização do trabalho. Cabe ao trabalhador realizar apenas alguns gestos simples e rotineiros no processo produtivo, comandados pela gerência científica do trabalho, isto é, todo o processo de trabalho passou a ser controlado pela administração capitalista por meio da elaboração científica de um conjunto de normas, regras e fórmulas

a serem seguidas pelo trabalhador no processo produtivo (Braverman, 1987).

Contudo, como bem destacou Braverman (1987), o taylorismo representa muito mais que o controle dos movimentos dos trabalhadores no processo de extração de mais-valia relativa, constituindo-se em uma teoria representativa da configuração e consubstanciação do próprio modo capitalista de produção ou da natureza do processo de trabalho capitalista. Da mesma forma, o taylorismo é a realização ampliada das características descritas por Marx (1988) sobre a natureza do trabalho no capitalismo, representadas pela parcelização de tarefas, especialização de funções, incorporação do saber técnico no maquinismo, o homem tornado apêndice da máquina, o caráter despótico da direção, entre outras formas de controle do trabalho e de extração ampliada e permanente de mais-valia relativa no processo produtivo.

Ao contrário do postulado e tido como verdade absoluta, derivada da interpretação equivocada da literatura sobre a produção industrial e a incorporação da maquinaria na grande indústria, o taylorismo não pode ser considerado estritamente como uma forma de organização e de gerência do trabalho dentro das fábricas, em detrimento do fordismo que é associado com a ideia da construção de uma nova sociedade, conformando-se mesmo como o modelo de acumulação hegemônico no pós-guerra. Ambos são complementares e funcionais ao processo de extração de mais-relativa, por meio da intensificação do trabalho no interior do processo produtivo. Segundo Braverman (1987), o fordismo representa o aprofundamento e a aplicação privilegiada dos princípios tayloristas, tratando-se de um desenvolvimento historicamente crucial dos métodos formulados por Taylor, levados a cabo na produção em massa e na padronização da produção fordista para o consumo em massa.

Assim sendo, os princípios complementares e articulados do taylorismo e do fordismo (tido como modelo de acumulação do pós-guerra) representaram a intensificação do trabalho no interior do processo produtivo por meio do emprego de inúmeros trabalhadores, possibilitando a acumulação ampliada de capital, articulada

a aplicação das políticas keynesianas de regulação da demanda efetiva, sem a necessidade do aprofundamento do desenvolvimento das forças produtivas, no período do pós-guerra com a “aliança” de classes que engendrou “os anos dourados do capitalismo”.

Tal modelo de acumulação entrou em crise no início da década de 1970, desencadeando um movimento de reestruturação capitalista, colocando em xeque o “pacto” e a “aliança de classes sociais” forjados durante os “os anos dourados” no pós-guerra que proporcionaram taxas de crescimento econômico sem precedentes na história do capitalismo. Além disso, passou a ser amplamente questionada a orientação, o controle e o planejamento do mercado pelo Estado, as políticas de Bem-Estar Social e o pesado ônus das leis trabalhistas e garantias de emprego sobre a acumulação de capital, nos países capitalistas avançados. Do mesmo modo, foi posto em questão o modelo de incentivo a demanda efetiva por bens e serviços, baseado nos princípios keynesianos de funcionamento da economia capitalista e do amplo papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico e social (Dillard, 1989).

Em outros termos, o desenvolvimento das forças produtivas entrou em contradição com as relações de produção, engendrando transformações profundas nas formas de regulação social, cujo pilar era o assalariamento e as proteções sociais aos mais vulneráveis economicamente nas formas de produção, de base fordistas/tayloristas e nas relações estabelecidas entre o capital e o trabalho na sociedade e na economia mediadas pelo Estado keynesiano, cuja aliança de classes possibilitava a extração de mais-valia sem a necessidade de transformações profundas no modo de produção, isto é, no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Essa contradição do capitalismo teve como expressão intrínseca um movimento político e ideológico direcionado contra o trabalho organizado, contra a rigidez das leis trabalhistas de proteção e “pleno emprego” e contra a representação sindical, todos esses fatores considerados como obstáculos à acumulação de capital e ao crescimento econômico, engendrando a crise do mundo do trabalho, expressa no aumento do desemprego, na diminuição do poder

de compra dos assalariados (que era um dos pilares do antigo modelo de regulação das relações capital/trabalho sob o fordismo) no (re)surgimento de formas atípicas de trabalho (trabalho parcial, temporário, por tempo determinado, entre outras) e na desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho.

A formação de empreendimentos econômicos solidários é produto desse movimento contraditório entre a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes, baseadas nas antigas formas de regulação social do trabalho sob os desígnios capitalistas da produção, expressa na formação de um exército de reserva abundante e necessário ao movimento de reestruturação das relações de produção.

No que concerne ao movimento histórico de reestruturação capitalista, desencadeado a partir da crise do modelo fordista/taylorista do início da década de 1970, o mesmo foi permeado pela globalização/mundialização do capital, pelo neoliberalismo econômico e financeiro e pelo advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica de base microeletrônica, determinando a crise do mundo do trabalho expressa no aumento do desemprego e na precarização das condições e relações de trabalho.

Nessa perspectiva, nos estertores da constituição de uma economia global/mundial como articulação da unicidade técnica do capital, da convergência dos momentos, da formação do motor único e da cognoscibilidade do planeta, explicitando esse processo como uma globalização perversa (Santos, 2001) e da mundialização do capital, como uma fase específica do movimento de internacionalização do capital e de sua valorização (Chesnais, 1996), as pesquisas e análises apontam para o crescimento significativo do desemprego, para o aumento da pobreza, da fome e do desabrigo e para o alinhamento nas condições mais desfavoráveis aos assalariados, como resultado da flexibilização e da desregulamentação das relações de trabalho sob a globalização/mundialização do capital e do neoliberalismo como modelo político/ideológico desse processo.

Nas mesmas condições, segundo o neoliberalismo, a desestruturação do mundo do trabalho seria expressão do questionamento

dos sistemas de proteção social baseados em políticas keynesianas e da reorientação das políticas econômicas para a livre concorrência como regra básica das relações sociais e para a efetivação das condições favoráveis para o aumento da lucratividade e da acumulação de mais-valia, engendrando a desregulamentação e a flexibilização das relações e condições de trabalho, colocando como premissa a ideia de que o crescimento do desemprego seria necessário para a eficiência de qualquer sistema baseado na economia de mercado (Anderson, 1995) e na neutralidade econômica do Estado que devia apenas “limitar-se a fazer respeitar regras muito gerais do jogo, garantindo a ordem social e a segurança da propriedade, pano de fundo do livre funcionamento dos mercados.” (Brunhoff, 1991, p.40).

No que tange a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica (configurada por um novo paradigma tecnológico determinado pelo complexo eletrônico e pelas tecnologias da informação), as transformações no mundo do trabalho caracterizam-se pela substituição crescente do trabalho humano pelo uso intensivo do computador, pela ruptura com os padrões rígidos da produção fordista por meio da adoção do *just in time* (gestão de fluxos) em contraposição ao *just in case* do modelo fordista/taylorista e pelo paradoxo representado pela deterioração das condições e relações de trabalho, por meio do aumento do trabalho parcial (*part time*) em detrimento do emprego em tempo integral (*full time*), de um lado e, por outro, pela exigência cada vez maior de trabalhadores polivalentes, poliativos, criativos e flexíveis às mudanças do processo produtivo tornado dinâmico e instável (Coutinho, 1992).

Por conseguinte, a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica representa a retomada do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, caracterizando-se pela constituição de um novo paradigma tecnológico permeado pelo complexo eletrônico e por tecnologias da informação, tendo na formação de um amplo complexo eletrônico em diversos segmentos econômicos e produtivos nas principais economias avançadas durante a década de 1980, destacadas por Coutinho (1992), a gênese desse processo, baseado fundamentalmente na aplicação de processos contínuos de produção, nos processos de automação discreto-interrompíveis, na substituição de operações manuais por robôs dedicados, por meio da incorpo-

ração de equipamentos digitais e controles computadorizados, nos processos de automação fragmentada e a introdução de comandos numéricos (CN) e comandos numéricos computadorizados (CNC), nos processos de produção do tipo manufactureiro-artesanal, para a produção de bens de capital sob encomenda.

Logo, as transformações estruturais do capitalismo, concomitantes e complementares, estão em consonância com a retomada do processo de acumulação de capital por meio da intensificação da exploração da parte variável do capital ocupada na produção e da repulsão de grande parcela dos trabalhadores do próprio processo produtivo, possibilitada pela substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto incorporado às máquinas, por meio do amplo desenvolvimento das forças produtivas das últimas décadas e da articulação crescente entre ciência e tecnologia aplicadas ao circuito produtivo, com vistas ao aprofundamento da extração de mais-valia relativa sob os desígnios do capitalismo contemporâneo.

A compreensão do movimento da economia solidária como possibilidade de superação dos problemas relacionados ao mercado de trabalho e ao processo de desenvolvimento econômico na contemporaneidade deve ser direcionada a partir desse ponto de vista, qual seja, o da crise do modelo fordista/taylorista em concomitância com o desmonte das políticas keynesianas de estímulo a demanda efetiva e consolidação do Estado de Bem-Estar Social nos países capitalistas avançados e, o conseqüente desencadeamento da reestruturação capitalista assentada na globalização/mundialização do capital, no neoliberalismo e na Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, representando a crise do mundo do trabalho e as exclusões daí resultantes.

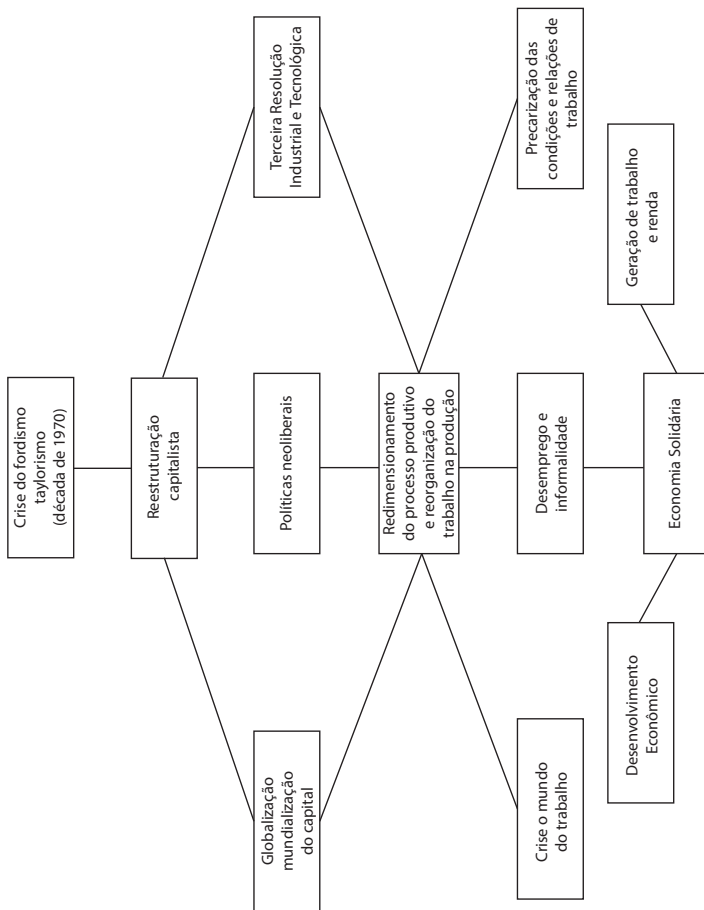


Figura 1 – Estrutura da análise proposta.
Fonte: do autor.

2

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MERCADO DE TRABALHO: OBJETIVOS E POSSIBILIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O movimento histórico de estruturação do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho nacional, configurado desde a década de 1930, com forte participação do Estado na conformação do capitalismo no país, passou a ser questionado a partir da crise fiscal do Estado em meados da década de 1980, abrindo precedentes para a adoção do processo de reestruturação capitalista em curso nas principais economias avançadas a partir da crise do modelo fordista/taylorista e da exacerbação do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas desde então.

Isso ocorreu com a chegada ao poder de Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990, representando a adoção de medidas neoliberais no país, conformando o movimento de desmonte do parque industrial nacional e a desestruturação do mercado de trabalho. Esse processo foi exacerbado nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da aceleração do movimento de redução da participação do Estado na economia, representado pelas privatizações, concessões ao capital privado e pelas reformas institucionais.

Na perspectiva dessas políticas neoliberais, o mercado de trabalho foi fortemente impactado e os trabalhadores passaram a sentir as agruras do desemprego e da precarização do trabalho. Assim, a

economia solidária (re)surge como proposta de organização social e econômica a partir da ação dos movimentos sociais e de entidades representativas dos trabalhadores.

A institucionalização e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego, representaram uma possibilidade de expansão para a economia solidária no país. O mapeamento oficial dos empreendimentos solidários, realizado em 2005, apontou a localização e a concentração geográfica dessas iniciativas solidárias e demonstrou a heterogeneidade delas, representada pela diversificação dos produtos e serviços, pelas formas de organização e funcionalidade, pelas motivações de formação e desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores e pela característica fundamental de abrangência apenas local e/ou comunitária da comercialização e troca dos produtos, associada à dependência de políticas públicas de apoio para a sobrevivência desses empreendimentos diante da concorrência capitalista em tempos de globalização/mundialização do capital e de aumento da exclusão social e econômica.

Desenvolvimento econômico e mercado de trabalho no Brasil

A inserção do Brasil no conjunto de transformações estruturais do capitalismo, desencadeadas a partir da crise do modelo fordista/taylorista de acumulação, no início da década de 1970, atendeu aos interesses dos mercados internacionais, representando a ruptura com o modelo de desenvolvimento econômico configurado em bases industriais e estruturado sob a formalização das relações de trabalho, mormente com a emergência ao poder de Getúlio Vargas na década de 1930.

Colocado em retrospectiva, com a crise da economia cafeeira, em concomitância a crise da economia mundial desencadeada, em 1929, com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York e com a profunda queda no nível de atividades nos países desenvolvidos que

perdurou por quase toda a década de 1930, o Brasil teve seu processo de industrialização impulsionado, por meio da implantação de indústrias de consumo corrente e de indústrias do segmento metal-mecânico, direcionadas para a produção de peças de reposição do maquinário existente no país, por meio do processo de substituição de importações (Dedecca; Brandão, 1993).

Segundo Rangel (1986), sendo o Brasil, na origem, um país exportador de produtos agrícolas e importador de bens de consumo, naquele momento histórico (década de 1930), a contração da capacidade de importar da economia brasileira direcionou o movimento de substituição de importações para a industrialização, com forte participação do Estado na conformação do desenvolvimento econômico brasileiro. Assim, a industrialização impulsionada pela substituição de importações, atingiu gradualmente todos os setores industriais, com base na dialética da capacidade ociosa, isto é, nos momentos de crise, a economia passa a ser contrabalançada por um setor com excesso de capacidade e outro com insuficiência de investimentos e de capacidade para produzir, sendo os investimentos redirecionados para outros setores industriais, ocorrendo à renovação da economia nacional pelo movimento de substituição de importações e com forte participação do Estado na constituição do capitalismo no Brasil e no processo de desenvolvimento econômico nacional.

Dessa maneira, a partir de 1930, sob o Governo Vargas, o Estado passa a desempenhar papel preponderante no processo de desenvolvimento econômico, primeiro, por meio de uma política de gastos públicos que assegurou a rentabilidade dos produtores de café, diante da queda do preço do produto no mercado internacional e da dependência da economia brasileira às oscilações do mercado externo, depois, com a conjuntura desfavorável para as atividades baseadas na economia primário-exportadora, o Estado empreendeu esforços significativos para integrar a economia, por meio da expansão da fronteira agrícola (Marcha para o Oeste) e da abertura de vias de circulação.

A presença marcante do Estado desde 1930, constitui o pilar básico do que veio a ser hoje o capitalismo brasileiro. Sustentáculo principal do processo de industrialização, o Estado acabou sendo uma condição *sine qua non* para a unificação do espaço econômico nacional que, até então, se caracterizava pela fragmentação em enclaves exportadores para o mercado internacional. (Diniz; Lemos, 1989, p.163)

Esse período, compreendido entre 1930 e 1954, destaca-se como a primeira fase da industrialização brasileira, vinculada às oscilações da economia exportadora, apresentando forte dependência da exportação do café e da demanda externa pelo produto, evidenciando-se também a fase política conformada por duas presidências de Getúlio Vargas, entre 1930-1945 e 1950-1954.

No tocante ao mercado de trabalho, nesse mesmo período, o Estado “promoveu” a regulação das relações de trabalho, por meio da estruturação de uma legislação trabalhista e da concessão de um conjunto de direitos consubstanciados no estabelecimento da jornada diária de oito horas de trabalho, no descanso semanal remunerado, na estabilidade do emprego após dez anos de permanência em uma mesma empresa, entre outras formas de regulação do mercado de trabalho nacional, com todas essas medidas vinculadas impreterivelmente à obrigatoriedade de filiação dos trabalhadores ao novo sindicalismo atrelado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

As ações do Estado, no sentido da legalização do movimento sindical e da institucionalização do mercado de trabalho ficaram restritas aos trabalhadores urbanos, quando, paradoxalmente e não por acaso, a maior parte da força de trabalho brasileira estava localizada no campo. Isto posto, por um lado, Vargas atendeu aos interesses da classe latifundiária, ao manter atrelada e subordinada à ela o trabalhador do campo e, por outro lado, promoveu uma divisão e um distanciamento dos interesses entre os trabalhadores urbanos e os rurais, ficando estes últimos relegados aos ditames do latifúndio, tendo sua força de trabalho explorada indiscriminadamente e sujeitos

à violência como principal forma assumida pela relação desigual entre capital/trabalho, enquanto os primeiros se abrigavam numa legislação trabalhista estatal e articulada ao projeto de industrialização nacional.

A não realização de reforma agrária no Brasil, bloqueando o acesso à terra aos trabalhadores rurais e provocando a expulsão deles para as cidades, contribuiu para a formação de um exército industrial de reserva abundante, necessário e condizente à formação do capitalismo no Brasil, favorecendo a extração de mais-valia e os altos lucros da burguesia industrial, por meio das múltiplas formas de superexploração da força de trabalho e da manutenção dos salários sempre baixos, barateando os custos de produção e das mercadorias produzidas.

A partir da segunda metade dos anos 1950, a industrialização nacional ganhou novo impulso, configurando a segunda fase da implantação/consolidação das atividades industriais, por meio da instalação no país, especificamente na cidade de São Paulo, da indústria pesada (aço, equipamentos etc.) como as indústrias de bens de capital e as indústrias de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis, tratores etc.), devido à aliança entre o capital transnacional, o capital estatal e o capital privado nacional, sob orientação do Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (Cardoso de Mello, 1984).

Por conseguinte, nesse período, a atuação do Estado é decisiva no processo de introdução do capital internacional no país, sob uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, por meio, dos investimentos “na ampliação e no aperfeiçoamento da infraestrutura, principalmente de energia, para aumentar a capacidade de produção, e dos transportes, para colocar os produtos nos centros de consumo e a matéria-prima nos centros produtores.” (Cardoso de Mello, 1984, p.118).

Esse novo salto no processo de industrialização ocorreu em um contexto de um novo período de internacionalização do capital, diante de uma nova divisão internacional do trabalho, restabelecendo as relações centro-periferia. A partir daí, as economias centrais

passaram a deslocar para a periferia do capitalismo mundial seus aparelhos industriais, para além do incremento dos circuitos de mercadorias e de capitais para as economias dependentes até então estabelecido (Cardoso de Mello, 1984).

Assim sendo, se no capitalismo o Estado direciona o processo de desenvolvimento econômico, agindo no sentido de corrigir as distorções e contradições inerentes ao caráter essencialmente mercantil do capital, que privilegia determinados espaços econômicos em detrimento de outras áreas e regiões, sendo concentrador de renda e promotor da exclusão social, no Brasil:

[...] o Estado teve uma importante ação estruturante, atuando, contudo, não para corrigir as distorções geradas pelo processo de desenvolvimento, mas sim para atrair investimentos e para reduzir os riscos dos agentes privados, sobretudo das grandes empresas nacionais e multinacionais. (Hespanhol, 1999, p.21)

Portanto, não obstante às contradições do desenvolvimento econômico nacional,¹ como decorrência histórica do movimento de industrialização a partir do processo de substituição de importações, estruturou-se no Brasil, no início da década de 1960, um setor industrial relativamente integrado e complexo, assentado no desenvolvimento do segmento industrial tradicional.

1 O movimento de industrialização e modernização econômica concentrou-se fortemente no sudeste brasileiro, mormente no estado de São Paulo, mais precisamente na capital paulista e na região metropolitana de São Paulo, tendo como consequência o aprofundamento das desigualdades regionais de desenvolvimento, provocando uma redivisão territorial do trabalho em âmbito nacional e do próprio sudeste, mesmo com o Estado atuando, a partir da década de 1960, para reduzir as disparidades de desenvolvimento regional, por meio das superintendências de desenvolvimento, tais como a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do nordeste) e a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), entre outras e, os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, como, por exemplo, o Polocentro (Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados) e o Prodegran (Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados), entre outros. (Oliveira, 1981).

Esse movimento histórico de industrialização nacional apontou para a estruturação do mercado de trabalho nacional em torno da evolução dos empregos formais e regulares e para o aumento do setor organizado da economia sem, todavia, representar a homogeneização das relações formais de trabalho, como resultado da manutenção dos “problemas tradicionais do mercado de trabalho em economias subdesenvolvidas, tais como a informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos” (Pochmann, 1999, p.70).

A terceira fase da industrialização brasileira, entre 1967 e 1973, foi caracterizada pelo auge das indústrias de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos), em um cenário de crescimento vertiginoso da economia brasileira que ficou conhecido como o “milagre econômico brasileiro”, sob a Ditadura Militar estabelecida no país em 1964.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, os governos militares determinaram uma relativa flexibilização das relações de trabalho em substituição a estabilidade no emprego estabelecida na década anterior, por meio da alteração da legislação trabalhista, representada pela instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966, por meio da aprovação da Lei nº. 5.106/66 estabelecendo a opção entre o fundo e o direito à estabilidade. Vale sublinhar que diante da repressão às forças representativas dos trabalhadores e de supressão dos direitos civis, o trabalhador foi praticamente “convidado a optar” pelo Fundo de Garantia que prevaleceu sobre a estabilidade no emprego, sendo definitivamente suprimida pela Constituição de 1988.

Nessa mesma linha de ação política, os militares promoveram o enfraquecimento e o esvaziamento da representatividade dos trabalhadores, por meio da repressão aos sindicatos e aos partidos políticos, assim como a política de arrocho salarial, em consonância com as exigências das empresas transnacionais implantadas no país em meados da década de 1950. A repressão aos movimentos sociais e a todas as formas de organização popular, a superexploração da força de trabalho, a reconcentração de capitais nas mãos

dos grandes grupos empresariais e o redirecionamento da produção para a exportação e para as altas esferas do consumo, possibilitaram um novo ciclo expansivo da economia brasileira.

Por conseguinte, a despeito do novo surto industrial, permaneciam os problemas estruturais no mercado de trabalho brasileiro, refletidos no aumento da pobreza, na ampliação do excedente de mão de obra nas cidades (devido a não realização de uma ampla reforma agrária no campo e o conseqüente êxodo rural),² na queda dos rendimentos dos trabalhadores assalariados e no aumento da jornada de trabalho.

Como não houve a implantação de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, nos moldes da consolidação dessa forma de regulação social nos países desenvolvidos, fez-se necessária a repressão aos movimentos dos trabalhadores e a supressão dos direitos políticos para possibilitar a extração de mais-valia e a acumulação de capital, fundamentada na intensa e brutal exploração da força de trabalho, sem a necessidade de estabelecer novas relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas no país.

A modernização da base técnica industrial e o processo de internacionalização da economia brasileira, iniciado na década de 1950 e intensificado nas décadas seguintes, sob os auspícios dos governos militares, foram realizados por meio de forte endividamento externo (possibilitado pela liquidez encontrada no mercado financeiro internacional nas décadas de 1960 e de 1970) para o pagamento das importações de bens de produção dos países capitalistas centrais, necessários para a consolidação e ampliação do setor de produção de bens de consumo no mercado interno.

2 Pelo contrário, houve no país uma modernização conservadora no campo, por meio da transformação da base técnica da agricultura, privilegiando os grandes produtores rurais e os grandes proprietários de terras, os produtos vinculados aos setores exportadores ou ao setor agroindustrial e as regiões mais desenvolvidas do Brasil (sul e sudeste) em detrimento dos pequenos produtores, da agricultura familiar e das regiões menos desenvolvidas (norte e nordeste), após o golpe militar de 1964, como resposta às reivindicações dos movimentos sociais no campo e a exigência de uma ampla reforma na estrutura fundiária brasileira (Gonçalves, 2005).

A contradição no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, permeada por uma industrialização vinculada ao mercado interno, mas determinada pelo capital internacional sob uma nova etapa da economia capitalista mundial, determinaria os limites para o crescimento da economia, conquanto que “no período de 1968-1973, a expansão das importações de bens de capital (e intermediários) cresceu muito mais do que a produção interna, ocasionando a tradicional crise da balança de pagamentos” (Alves, 2000, p.110).

Ao mesmo tempo, verificou-se uma crise também na conta serviços, com o incremento na remessa de lucros, dividendos, juros e empréstimos para o exterior, exigindo uma nova expansão da dívida externa para suprir o *déficit* da balança comercial, por meio de novos empréstimos no mercado financeiro internacional (Alves, 2000).

Nesse ínterim, a tentativa de solucionar o problema da balança de pagamentos e garantir a reprodução e a acumulação interna de capital se deu com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1976, durante o governo Geisel, redirecionando a produção industrial para o setor de bens de produção (fundamentalmente a produção de aço para exportação) voltado para o mercado externo, como forma de gerar meios de pagamento internacionais.

Essa tentativa de impulsionar o setor industrial de bens de produção encontrou limitações na própria capacidade de endividamento do Estado brasileiro, nos marcos de uma nova crise da economia capitalista mundial, representada pelo questionamento do modelo de acumulação fordista a partir da década de 1970, que redirecionaria a acumulação/reprodução de capital para além das bases fordistas/tayloristas tradicionais de desenvolvimento, tendo como objetivo a retomada do processo de acumulação de mais-valia por meio do movimento de reestruturação capitalista.

No início dos anos 1980, a crise econômica eclodiria com força, caracterizada pela deterioração das condições históricas de acumulação de capital no Brasil, configurando um cenário marcado por hiperinflação, recessão econômica, crise da dívida externa entre

1981 e 1982, deterioração do setor público e o agravamento dos problemas sociais brasileiros ao longo da década.

A exacerbação dos problemas sociais e a exclusão de parcelas significativas de trabalhadores do processo produtivo nacional levaram a conformação das primeiras experiências de economia solidária no Brasil, especificamente por meio da cooperação agrícola realizada e difundida nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo da década de 1980, e nos Projetos Alternativos Comunitários desenvolvidos pela Cáritas Brasileira³ (Singer, 2003).

Contudo, mesmo com a deterioração das condições sociais no país, segundo Antunes (2006), no final da ditadura militar e durante o governo civil e de transição para a democracia, representado pelo presidente José Sarney, o Brasil se encontrava distante das transformações produtivas, organizacionais e tecnológicas em curso nos países capitalistas centrais, caracterizadas como uma reestruturação produtiva do capitalismo mundial. Entretanto, já eram evidentes os primeiros sinais das alterações na base técnica produtiva nacional, em consonância com a nova divisão internacional do trabalho engendrada com a crise de acumulação de capital no início da década de 1970.

Assim sendo, no final dos anos 1980, o cenário econômico estava caracterizado pela hiperinflação, pela estagnação das atividades econômicas e pela relativa desestruturação do mercado de trabalho nacional, representando a crise do Estado Nacional e o agravamento dos problemas sociais históricos do país, abrindo precedentes para a implementação na economia nacional dos procedimentos e métodos da reestruturação produtiva do capitalismo em curso nos países desenvolvidos.

3 A Cáritas Brasileira, entidade ligada a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), mantém desde o início dos anos 1990 um conjunto de incubadoras de cooperativas de trabalhadores, apresentando uma forte concentração no sul do país, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul.

Reestruturação econômica, crise do modelo de desenvolvimento e transformações no mundo do trabalho

Com a eleição de Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990, resultado de eleições diretas para a presidência da república pós-abertura política, com o fim da Ditadura Militar e dos governos baseados em regimes de exceção, foi posto em marcha um conjunto de medidas liberalizantes para dar conta da crise econômica dos anos de 1980, subjacente ao discurso direcionado para a necessidade da modernização da economia brasileira como forma de inserção no grupo dos países desenvolvidos, optando-se por um ajuste macroeconômico pelo viés do mercado, por meio da redução da participação estatal na economia e pelo estabelecimento da livre concorrência como princípio norteador das relações sociais e econômicas.

Araújo (1993), afirma que o dismantelamento das políticas de planejamento regional no Brasil foi consequência e resultado da grave crise econômica dos anos 1980, representando a reorientação das políticas públicas para novas bases, bem como o processo de derrocada do estado desenvolvimentista brasileiro.

(...) A crise abre a discussão de novos rumos a seguir, enquanto o planejamento (que exige projeto, visão de médio prazo) é desmontado, cedendo espaço para a gerência da crise. Sem norte minimamente claro, instala-se o 'salve-se quem puder'. Como a economia estava integrada, a crise atinge todas as regiões. Como existem particularidades nas estruturas produtivas dos diversos espaços, alguns são atingidos primeiro ou com mais intensidade. (Araújo, 1993, p.92-3)

Nessa conjuntura de crise econômica e social, com reflexos espaciais nas desiguais condições de desenvolvimento das regiões e diversos espaços econômicos nacionais, tentou-se, sem sucesso, por um lado, um ajuste econômico pelo viés da modificação do nível de

remuneração do trabalhador, já representando sinais de precarização do trabalho e de aumento dos índices de desemprego. Por outro lado, o desemprego, segundo Rangel (1986), resultou também do estabelecimento de um moderno Departamento I⁴ industrial no Brasil, associado à produção de bens de produção e desenvolvido ao longo dos anos 1970 em substituição ao antigo e precário setor produtor de bens destinados à produção industrial, levando inexoravelmente à formação de capital a engajar muito menos mão de obra que na fase anterior, sendo possível observar transformações na composição da classe trabalhadora, já no início da década de 1980.

Como exemplo concreto desse fenômeno, Rangel (1986) apontou mudanças significativas na construção civil, apresentando traços bem visíveis de reestruturação desde o início da década de 1980:

[...] Os próprios canteiros de obras da construção civil deixaram de operar à base dos formigueiros humanos de antigamente. O pré-moldado, as guias de montagem, o transporte mecanizado de concreto deu a essa indústria uma função de produção muito diferente da de outrora. Tudo isto em vista do surgimento do novo Departamento I, industrial, moderno. (Rangel, 1986, p.60)

Portanto, nos estertores da crise econômica e social e das transformações iniciais desencadeadas na década precedente, no início da década de 1990, com base num conjunto de medidas elaboradas pelo Banco Mundial em Washington (o Consenso de Washington) e direcionada aos países periféricos do capitalismo mundial, Collor promoveu a adoção dos princípios neoliberais de funcionamento da economia capitalista, por meio da promoção das seguintes medidas macroeconômicas, determinantes de transformações estruturais do capitalismo no país e do desencadeamento de mudanças signi-

4 O Departamento I corresponde às atividades produtivas supridoras dos bens de produção para o restante da economia e o Departamento II produz diretamente para o consumo (Rangel, 1986).

ficativas no processo de desenvolvimento econômico liderado pelo Estado brasileiro.

- abertura comercial e financeira indiscriminada da economia;
- eliminação de barreiras não tarifárias;
- abolição das restrições à importação de determinados bens;
- rápida redução de tarifas.

Essas medidas liberalizantes, por sua vez, acompanhando as diretrizes de política monetária estabelecida no Consenso de Washington, possibilitaram a ampliação da mobilidade dos fluxos de capitais no mercado financeiro nacional (Alves, 2000).

Tais modificações estruturais em termos macroeconômicos direcionaram a economia nacional para uma nova estratégia de desenvolvimento, baseada na estabilidade de preços como determinante e suficiente para possibilitar o crescimento econômico, seguindo as prerrogativas de política econômica neoliberal.

No bojo da aplicação do receituário neoliberal, por um lado, aprofundou-se o comportamento negativo da economia, representado pela forte recessão que se abateu sobre o novo governo por meio da redução do PIB (Produto Interno Bruto) em torno de 4% em 1990 e o desempenho negativo do setor industrial, que apresentou redução de 7,4% do PIB no mesmo ano, mantendo-se estagnado no ano seguinte (Dedecca; Brandão, 1994).

Por outro lado, como resultado da abertura indiscriminada da economia nacional à concorrência internacional e ao aumento das importações de bens industriais, observou-se um processo de desindustrialização e desmonte do parque industrial nacional, representando a redução dos estoques de empregos formais e regulares e o aumento do setor terciário, tendo como consequência a exacerbação dos problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro e a precarização das condições e relações de trabalho.

Em outras palavras, a recessão econômica do país, que se repetiu ao longo de 1991 e 1992, reproduzindo o ambiente socioeconômico da década de 1980, quando o país apresentou oscilações no crescimento das atividades produtivas e resultados negativos na produção de riquezas em 1981, 1983, 1988 e 1990, no contexto da crise da

dívida externa, associada a um crescente processo inflacionário e às políticas de ajustes resultantes das tentativas de reequilibrar a economia nacional, representadas pelos sucessivos Planos Econômicos postos em prática ao longo da década de 1980 (Plano Cruzado, Plano Bresser, entre outros).

A implementação do neoliberalismo no Brasil representou ainda a redução da intervenção estatal na economia, representada pela privatização ou concessão de empresas estatais ao capital privado (Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Banespa, Banerj, Cosipa, Usiminas, entre outras), fechamento de empresas, a demissão de funcionários públicos e a adoção de políticas públicas de ajuste fiscal (Biondi, 1999), que representaram a desestruturação do mercado de trabalho nacional e, combinado com políticas econômicas recessivas, o aumento dos índices de desemprego, “representando a destruição dos postos de trabalho, que contabilizou o corte de 2,2 milhões de postos regulares somente nos anos 1990/92 em todo o país.” (Pochmann, 1999, p.88).

O movimento de ruptura com o modelo de desenvolvimento nacional a partir da década de 1990 redirecionou as ações do Estado nacional não no sentido de assegurar o desenvolvimento econômico via ações e projetos públicos, mas, antagonicamente e atrelado a outro modelo de desenvolvimento, foi determinante para assegurar as bases econômicas para a atuação mais significativa das forças do mercado e para a consolidação do processo de reestruturação do capitalismo em curso nos países desenvolvidos e em inúmeros países em desenvolvimento da própria América Latina (governos de Pinochet, Menem, Salinas, entre outros).

Nesses termos, o enfraquecimento das políticas de bem-estar social, principalmente na Europa, levou ao desencantamento e a destruição das perspectivas de implantação de políticas públicas de seguridade social e de assistência aos mais vulneráveis da população, no Brasil, segundo Silveira (2008). Assim, afirmando que no país nunca houve Estado de Bem-Estar Social, nos moldes das políticas praticadas, sobretudo nos países europeus, o autor conclui que o país apenas saiu de um estágio de colônia para permane-

cer na situação de periferia do sistema capitalista. Como nunca houve plena democracia, também não houve nenhuma política de social-democracia, ou seja, vivemos às voltas com pseudo sistemas políticos.

O movimento político e ideológico direcionado para a implementação do neoliberalismo no Brasil representou a exacerbação da contradição fundamental do capitalismo no país: a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas (representadas pela adoção dos princípios tecnológicos em voga nos países desenvolvidos e da flexibilidade do trabalho como forma de extração de trabalho excedente em maior grau de intensidade ainda) e as relações de produção (desemprego, informalidade e precarização do trabalho), sendo a crise do mundo do trabalho resultante desse processo.

desenvolvimento das forças produtivas \neq relações de produção = intensificação do trabalho na produção (extração de mais-valia relativa ampliada), repulsão dos trabalhadores do processo produtivo (pressão sobre a parte ocupada do trabalho), crise do mundo do trabalho (exasperação da contradição histórica fundamental)

A exasperação da contradição histórica fundamental do capitalismo no país, representando a crise do mundo do trabalho e a exclusão de milhares de trabalhadores do processo produtivo, levou a expansão e a consolidação das experiências de economia solidária, iniciadas ao longo da década de 1980 nos assentamentos de reforma agrária espalhados pelo território brasileiro. Esse impulso ocorreu a partir da criação de organizações de incentivo aos empreendimentos solidários, na década de 1990, a saber: criação da Anteag, em 1994 (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão), com o objetivo de articular as iniciativas autogestórias; criação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, por meio da participação no Projeto Alternativo do Cone Sul (Pacs); surgimento de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Popula-

res nas Redes ITCPs, coordenadas pela Rede Unitrabalho, dando apoio universitário aos empreendimentos solidários; a adesão do movimento sindical à economia solidária, por meio da criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e; por meio das experiências de governos municipais e estaduais com relação aos projetos de economia solidária, entre eles os municípios de Porto Alegre, Belém, Santo André, Recife e São Paulo, mas também do governo estadual do Rio Grande do sul, ao longo da década de 1990, que implementou diversas políticas públicas estaduais de apoio a economia solidária no estado.

O processo de reestruturação capitalista no Brasil sofreu um relativo refluxo com a crise política que se abateu sobre o governo do presidente Collor, sendo retomado e revigorado com a aplicação do Plano Real, em 1994, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da aplicação das seguintes medidas macroeconômicas:

- intensificação da abertura comercial e financeira;
- sobrevalorização cambial;
- ancoragem do real ao dólar (como forma de financiar a economia brasileira, diante da liquidez financeira internacional);
- juros elevados (para atrair o capital financeiro internacional, altamente volátil e especulativo, diante da financeirização da economia mundial, destacada por Chesnais (1996).

Promoveu-se o atrelamento da economia nacional ao capital financeiro internacional, por meio da “hegemonia do capital financeiro no conjunto da economia e uma financeirização do Estado brasileiro, que vive em função do pagamento dos juros de suas dívidas.” (Sader, 2003, p.138).

Em um contexto histórico mais amplo, a hegemonia do capitalismo industrial no Brasil, dentro de uma aliança de classes com a classe latifundiária nacional para o exercício do poder,⁵ em que

⁵ Desde a Independência do Brasil, o poder do Estado é exercido por uma coalizão de duas classes sociais (dualidade), de acordo com o estágio de desenvolvimento

o primeiro seria o sócio hegemônico e mandatário das principais decisões político-econômicas do país, levou ao desenvolvimento de um novo aparelho de intermediação financeira, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, como forma de estimular a utilização do acúmulo de excesso de capacidade industrial, sendo “o desfecho natural desse processo o surgimento de um capitalismo financeiro, estágio supremo do desenvolvimento do nosso capitalismo” (Rangel, 1986, p.60), por meio do atrelamento desse novo e complexo ramo do capitalismo industrial aos ditames do capital financeiro internacional, altamente especulativo e volátil, ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000 na economia brasileira.

No que reporta a intensificação da reforma do Estado, Fernando Henrique Cardoso continuou o processo de privatização do aparato estatal, a concessão de empresas estatais ao capital privado e as reformas institucionais, com destaque para a reforma da Previdência Social e a Reforma Administrativa, representando a reorientação da intervenção estatal, no sentido de dar suporte a livre iniciativa do mercado, consubstanciando um distanciamento do Estado na promoção dos direitos fundamentais propostos na Constituição de 1988, quais sejam: educação, saúde, moradia, segurança pública, entre outras.

O movimento de reestruturação capitalista no Brasil, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi permeado também por um baixo crescimento do PIB, pelo endividamento público (que saltou de 29% do PIB brasileiro, em 1994, para mais de 50%, em 2006) e pela ausência de políticas públicas de crescimento econômico, representando a aplicação das prerrogativas do Fundo Monetário Internacional para o Brasil, por meio da formulação do Plano Real de combate à inflação por meio de políticas monetaristas neoliberais. Com isso, “ao invés de saldo positivo de US\$ 1,5 bilhão nas transações totais com o exterior em 1987, observou-se dez

das forças produtivas, mudando a classe dominante de acordo com as transformações econômicas do país, ou seja, com os avanços das forças produtivas, muda-se a dualidade, com o poder político nunca sendo exercido por uma só classe, mas pela alternância de um dos sócios hegemônicos no poder (Rangel, 1986).

anos depois déficit de US\$ 36,7 bilhões em um único ano (1997) (...) a pretexto de “conter a inflação e estimular a concorrência”, incluindo importações de banana (Equador), suco de laranja (Canadá), coco (Tailândia) etc. (Mamigonian, 2006, p.8).

Todas essas transformações da economia nacional e o desmantelamento do nacional-desenvolvimentismo (1930-1980) representaram, em termos de mercado de trabalho, a intensificação do processo de desestruturação, com a “explosão” das taxas de desemprego (sem precedentes na história do país, segundo Pochmann (2006), a precarização das condições e relações de trabalho, mudanças na estrutura do emprego formal, aumento da informalidade, como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores desempregados e o desassalariamento nos setores estratégicos da economia.

O processo de desassalariamento ocorreu em praticamente todos os setores de atividade econômica, desde o governo Collor/Itamar Franco até a primeira metade do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1990 e 1996, apresentando uma concentração mais significativa no setor industrial e nos subsetores correspondentes: redução de 34% nas indústrias de material elétrico e de comunicação, 27,1% (em cada setor) nas indústrias têxteis e de materiais de transporte, 26,9% nas indústrias mecânicas e 22,5% nas indústrias metalúrgicas. (Mte/Caged e Rais, apud Mattoso, 2000, p.18).

Na segunda metade do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro ano do segundo mandato, observou-se a continuidade do processo de desassalariamento no país, decorrente das medidas de ajuste neoliberal, ancoradas na moeda sobrevalorizada, nas altas taxas de juros no mercado interno e nos baixos investimentos na produção e no consumo, inibindo a geração de empregos formais no período. Verificou-se a eliminação de 813.481 postos de trabalho em praticamente todos os setores de atividade econômica, no período de janeiro de 1997 a dezembro de 1999. A indústria foi responsável pela maior parte dos postos eliminados (486.749 empregos formais a menos no estoque total do setor), acompanhada

da construção civil e da agropecuária, que eliminaram 163.849 e 175.301 empregos formais respectivamente.

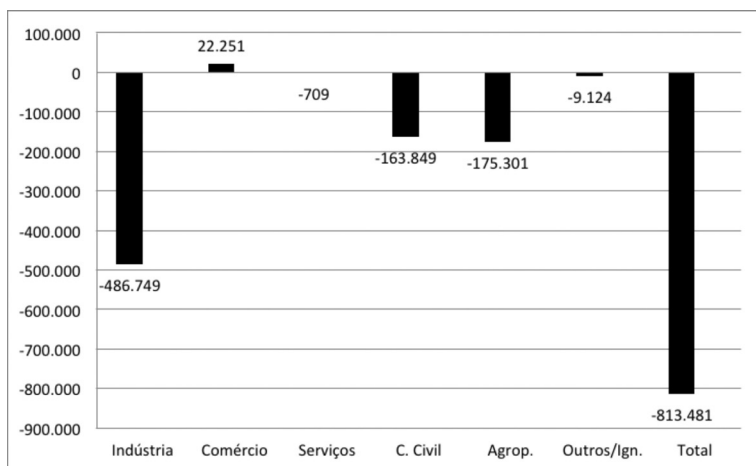


Gráfico 1 – Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal – Brasil, janeiro de 1997 a dezembro de 1999.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Caged 1997 - 1999.

A despeito da recuperação do emprego formal na segunda metade do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (geração de 2.287.638 empregos entre 2000 e 2002), resultado de mudanças na política econômica do governo federal, nomeadamente no regime cambial em 1999, num contexto de crise de liquidez internacional e de fuga de capitais, fazendo com que o governo brasileiro tivesse de recorrer aos empréstimos do FMI em 1999, 2001 e 2003, permaneceram os problemas históricos e estruturais do mercado de trabalho nacional, fundamentados na alta rotatividade da mão de obra empregada (conforme Gráfico 2), nos altos índices de desemprego, na precarização das condições e relações de trabalho, na desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores e na intensificação da informalidade como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores diante da crise do emprego formal e da desestruturação das condições e relações de trabalho.

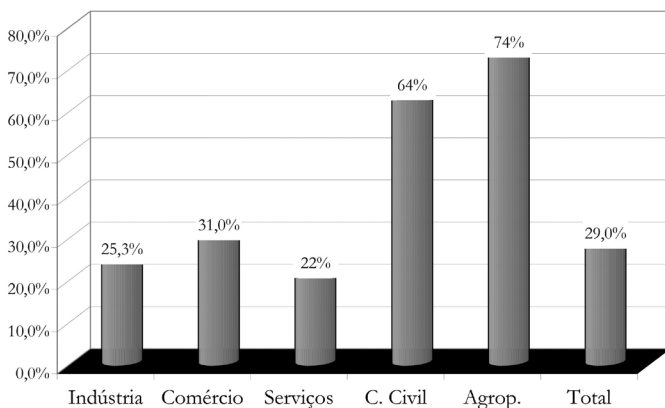


Gráfico 2 – Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro por grandes setores de atividade econômica, 2006.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Caged, 2006.

Com relação às desigualdades de rendimentos entre os trabalhadores, observa-se a continuidade do processo histórico de distanciamento salarial entre os níveis de escolaridade mais baixos e aqueles representados pelos níveis superiores de graduação, configurando, porém, por mais paradoxal que seja uma maior diferenciação de rendimento entre os homens e as mulheres conforme aumenta o nível de escolaridade, de tal maneira que no nível de escolaridade compreendido pelos analfabetos, as mulheres recebem em média 18% menos que os homens ou uma diferença salarial de R\$ 84,93. Essa diferença salarial e de rendimentos do trabalho aumenta para cerca de 32% para as trabalhadoras com 8ª série completa, chegando a 35% no nível de escolaridade compreendido pelo grau superior completo de instrução ou uma diferença de remuneração de R\$ 1.111,43 entre ambos os sexos, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais – séries históricas) do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

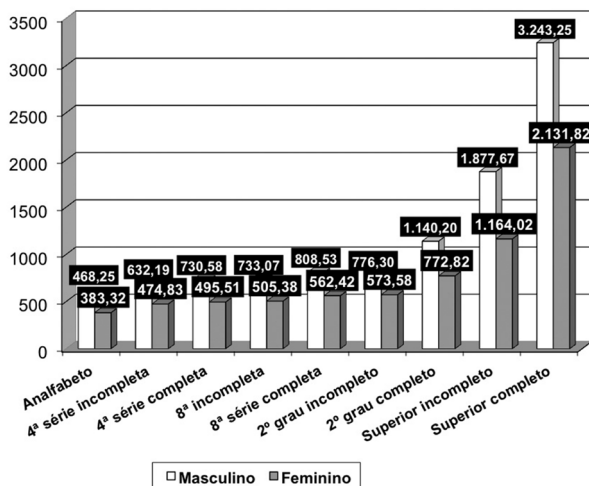


Gráfico 3 – Remuneração média por grau de instrução e por gênero, 2005.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Rais, 2005.

Em suma, perante o movimento de reorientação do processo de desenvolvimento econômico rumo à determinação das forças do mercado como estruturantes da evolução do capitalismo no país e do processo de desestruturação/precarização do mercado de trabalho ao longo da década de 1990 e parte da década de 1980 (associado às oscilações da economia nacional, tendo como característica básica a estagnação do processo de geração de empregos com carteira assinada), o neoliberalismo, expresso na livre iniciativa, deixou marcas profundas na estrutura social do país, aprofundando os problemas sociais históricos: bastou pouco mais de uma década para se destruir toda uma história de industrialização, conformação de um modelo de desenvolvimento econômico nacional, de estruturação e de formalização das relações de trabalho no Brasil, constituindo-se um cenário caracterizado pelo baixo crescimento econômico, pela explosão do desemprego em massa, pela informalização das relações de trabalho e pelo surgimento de formas precárias de ocupação e da ampliação das desigualdades de rendimento entre os trabalhadores.

Assim sendo, no contexto da crise do mundo do trabalho que assolou a economia brasileira desde meados da década de 1980, observa-se o surgimento, a expansão e a consolidação das experiências de economia solidária no Brasil, por meio da atuação dos movimentos sociais e de instituições de base civil, tais como a Igreja Católica (Comunidades Eclesiais de Base), as universidades, os sindicatos e os partidos políticos.

A institucionalização da Economia Solidária no Brasil

Nas últimas décadas, observou-se o surgimento da economia solidária em diversas nações latino-americanas como resposta às crises econômicas e do trabalho, por parte dos setores populares e marginalizados do processo de flexibilização do trabalho, desregulamentação do Estado, privatização do aparato estatal e da prerrogativa das forças do mercado na condução do progresso econômico.

No Brasil, a economia solidária surgiu da cooperação agrícola realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos assentamentos de reforma agrária e pelas ações desenvolvidas pelo grupo ligado a CNBB, se expandido na década de 1990 com a criação de diversas entidades de incentivo aos empreendimentos econômicos solidários em todo o Brasil, como resultado da exacerbação dos problemas sociais, advindos da reestruturação da economia nacional, especialmente por meio da adoção e da consolidação de políticas neoliberais de flexibilização e de desregulamentação das condições e relações de trabalho no país, tendo como resultado desse processo, o aumento do desemprego, a informalidade e a precarização do mundo do trabalho ao longo da década de 1990 e no início dos anos 2000 na economia e no mercado de trabalho brasileiro (Pochmann, 1999).

Dessa maneira, frente à criação das organizações de apoio e do aumento das experiências solidárias no país, em 2001, no I Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre, constituiu-se

um marco reivindicatório em torno da institucionalização da economia solidária no Brasil. Naquela ocasião, como medida para articular a participação nacional e internacional e a manifestação de interesses no Fórum, foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, reunindo representantes diversos, agentes de práticas associativas do segmento popular solidário, a saber: agentes dos meios rurais e urbanos, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, agentes de práticas governamentais em torno de políticas sociais, de apoio ao crédito e redes de informação e vínculos às redes internacionais (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2009).

Com base na formação desse grupo de trabalho, várias entidades e redes nacionais participaram da elaboração do documento síntese da constituição e institucionalização da economia solidária no país. Essas entidades foram representadas da seguinte maneira: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RbSES), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab), Agência de Desenvolvimento Solidário, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Auto-gestão, Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase), entre outras. Conjuntamente com alguns gestores públicos, essas entidades constituíram, logo em seguida, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2009).

Colocado em outros termos, pensando e refletindo sobre a economia solidária como um instrumento social que atravessa e permeia o marco institucional, político e econômico mais amplo, segundo seus teóricos e defensores, esses grupos chegaram à conclusão de que a economia solidária, para se fortalecer, se consolidar e se expandir necessitava de atividades constantes e permanentes de discussão, participação comunitária, deliberação de políticas, formulação e implementação de ações, entre outras iniciativas, destacando-se ainda a necessária institucionalização e participação legal dentro das estruturas do Estado nacional, isto é, os esforços deveriam convergir para a demarcação de posição e disputa de espaços dentro da estrutura governamental.

Como forma de divulgar, caracterizar as atividades e constituir uma articulação nacional em torno dos empreendimentos solidários, o grupo viesou para a realização de plenárias nacionais e a configuração de um Fórum Nacional de discussão e teorização do movimento da economia solidária. Como resultado dos trabalhos e discussões desse grupo e do Fórum Nacional, foi encaminhado um documento ao governo Lula, que saiu vitorioso das eleições presidenciais de 2002.

Nesse documento, intitulado “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, foram apresentadas as diretrizes da economia solidária e a reivindicação da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Durante a III Plenária de Economia Solidária, realizada em junho de 2003, foi efetivada a denominação do fórum de discussão dos empreendimentos solidários no Brasil, recebendo a denominação de Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Fbes). No mesmo ano, o Congresso Nacional aprovou a vinculação das iniciativas solidárias ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes).

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária foi realizada num contexto de adoção de medidas de cunho social (sob a perspectiva de formação de um governo supostamente de base “popular”), representadas pela aplicação de políticas de combate à pobreza (o Programa Fome Zero) e pela ampliação do Programa Bolsa Família em todo o território nacional, como parte de um conjunto de políticas públicas de erradicação da fome e da miséria no país (Soares, 2004). Todavia, as medidas de política macroeconômica do governo Lula também foram caracterizadas pelas metas anuais de inflação, pelas políticas de controle das taxas de juros para inibir a alta de preços, pela necessidade de geração de superávits primários anuais, pela manutenção da abertura das contas comercial e financeira, pelo estímulo às exportações para gerar divisas, pela política de responsabilidade fiscal e de câmbio flexível (Soares, 2004), representando a manutenção de algumas políticas neoliberais no Estado

brasileiro⁶, apesar da promoção de políticas sociais de combate à miséria e às desigualdades sociais ao longo da década na economia nacional.

Em termos conclusivos, partindo de um conjunto de iniciativas solidárias difundidas nos movimentos populares, passando pelo processo reivindicatório no I Fórum Social Mundial até sua institucionalização, em 2003, a economia solidária propõe como sugerem os estudiosos dessas iniciativas, uma “alternativa” de combate a exclusão social e ao desemprego que assolou o país nas últimas duas décadas do século XX, pretendendo se constituir como um modelo de desenvolvimento baseado na cooperação, na solidariedade e na associação dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal. Assim, nesses dez anos de institucionalização da economia solidária no país, vários são os projetos desenvolvidos em diversos estados da federação e em inúmeros municípios, por meio do fortalecimento desse movimento dentro da estrutura legal do Estado Nacional, representado pela Senaes do Ministério do Trabalho e Emprego.

Distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários e impactos na geração de trabalho e renda

O crescimento das práticas solidárias no Brasil pode ser observado notadamente após a criação da Senaes e a implementação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da constituição e integração dos projetos solidários por meio de políti-

6 Entende-se que ao longo dos dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva permaneceram resquícios de políticas neoliberais no Estado Nacional, podendo ser observadas até os dias atuais, como atestam as medidas de cunho monetaristas de metas anuais de inflação, de políticas de controle das taxas de juros da economia e da manutenção do superávit fiscal anual sobre o PIB (Produto Interno Bruto), em detrimento de transformações estruturais que possibilitem a retomada do desenvolvimento econômico e social.

cas públicas que visam o desenvolvimento com geração de trabalho e renda e inclusão social, ou seja, somente com a institucionalização e a participação do Estado na regulamentação e apoio aos empreendimentos solidários, eles puderam crescer e se fortalecer no âmbito das unidades da República Federativa do Brasil, contrariando o postulado de que esses empreendimentos surgem de iniciativas espontâneas dos trabalhadores excluídos do processo produtivo e da necessidade de reemprego/reinserção no circuito capitalista de trocas contemporâneo.

Entre 2005 e 2006, no primeiro mapeamento oficial dos empreendimentos econômicos solidários, constatou-se a existência de 14.954 iniciativas solidárias em todo o território nacional, abrangendo 2.274 municípios (41% do total de municípios do país), gerando trabalho⁷ para cerca de 1 milhão e 250 mil trabalhadores associados e movimentando mais de 500 milhões de reais ao ano. Essas informações passaram a constituir um banco de dados nacional, estruturado e organizado sob a denominação de um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, conformando um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos solidários em território nacional e das entidades de apoio e fomento da economia solidária, sendo instituído a partir da Portaria do MTE, nº 30, de 20 de março de 2006.

Com relação ao período de formalização das iniciativas, 70% dos empreendimentos solidários foram criados entre a década de 1990 e o ano de 2005, período esse que coincide com a crise econômica e social que atingiu o Brasil ao longo dos anos 1990, apresentando reflexos negativos também por boa parte do início dos anos 2000. Tal período foi representado pela reestruturação da economia nacional e a adoção de medidas de cunho neoliberal que provocaram desin-

7 A economia solidária deslocou a noção de emprego formal para o de trabalho, substituindo a prerrogativa da geração de emprego com carteira assinada para o de trabalho autônomo, democrático e participativo, deslocando também a ideia de empregabilidade para a de trabalhabilidade, pois o trabalhador passa a ser responsável por seu próprio autoemprego, se tornando inexoravelmente um empreendedor.

dustrialização, desemprego, a precarização das condições e relações de trabalho, o aumento da informalidade do trabalho e mudanças nas formas de empregabilidade dos trabalhadores, confirmando invariavelmente as críticas sobre os empreendimentos econômicos solidários como uma saída efêmera para a crise do sistema capitalista e para a crise do mundo do trabalho (Castel, 2009).

Segundo Castel (2009, p.275), as realizações de atividades em economia solidária tendem a se autonomizar numa esfera independente, do mercado de trabalho, que têm sua utilidade numa conjuntura catastrófica. Entretanto, só como eufemismo é que se pode chamá-las de “políticas de emprego”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, contrariamente às prerrogativas de que os empreendimentos solidários são alternativos às forças de mercado, a economia solidária, para sobreviver, acaba se inserindo na lógica econômica predominante, ou seja, no jogo hegemônico das forças de mercado e das trocas monetárias, por meio da inserção em redes comerciais e financeiras no mundo empresarial e capitalista (Quijano, 2002), isto é, dependem inexoravelmente das forças de mercado para vender seus produtos e serviços, enfrentando, ademais, a concorrência com as mercadorias das grandes empresas, subordinando-se, assim ao jogo e às regras do mercado capitalista de trocas mercantis e financeiras para sobreviver.

No que tange às formas de organização nos empreendimentos solidários, eles têm como características fundamentais a heterogeneidade na composição, funcionalidade e estruturação interna, sendo constituídos por associações de produtores e prestadores de serviços diversos (54% do total), grupos informais⁸ (33%) e organizações cooperativas (11%), além de outras formas de organização solidária (2% do total). Esse perfil nacional é reproduzido nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, assumindo um caráter diferenciado no sul e no sudeste, onde predominam os grupos infor-

8 Os grupos informais caracterizam-se pela inexistência de registro legal ou de formalização junto aos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, diferentemente das associações e das cooperativas, que são formalizadas ou registradas de acordo com a sua natureza jurídica.

mais em detrimento das associações, que apresentam participação menor do que às das regiões anteriores (Brasil, 2006a; 2006b).

Vale ressaltar que esse perfil predominante no sudeste vem sofrendo modificações profundas com a expansão do PAA, criado em 2003, pelo Governo Federal, para o fortalecimento da agricultura familiar. Isso pode ser observado em alguns municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, como em Presidente Venceslau, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista e Rosana, onde se verificou, nos últimos anos, a formação e consolidação de inúmeras associações de produtores rurais familiares assentados da reforma agrária. Essas associações representam a obrigatoriedade de legalização das organizações dos trabalhadores solidários para o fornecimento de alimentos às entidades assistenciais locais (Entrevistas de Campo – outubro/novembro de 2011).

Quanto à trajetória dos empreendimentos econômicos solidários, observa-se um aumento do número de empreendimentos no grupo informal a partir da segunda metade da década de 1990, em contraposição à diminuição das associações e um movimento de estabilidade na criação de organizações cooperativas no período (Brasil, 2006a; 2006b).

A distribuição territorial desses empreendimentos solidários caracteriza-se por uma concentração deles nas áreas rurais do país, representando 50% do total de empreendimentos, enquanto 33% são urbanos e 17% são formados por atividades econômicas solidárias desenvolvidas tanto no meio rural como nas áreas urbanas, apresentando também forte concentração geográfica na região nordeste do Brasil, perfazendo 44% do total das atividades solidárias desenvolvidas no país em 2005, seguido da região sul (17%), sudeste (14%), norte (13%) e centro-oeste (12%) (Brasil, 2006a; 2006b).

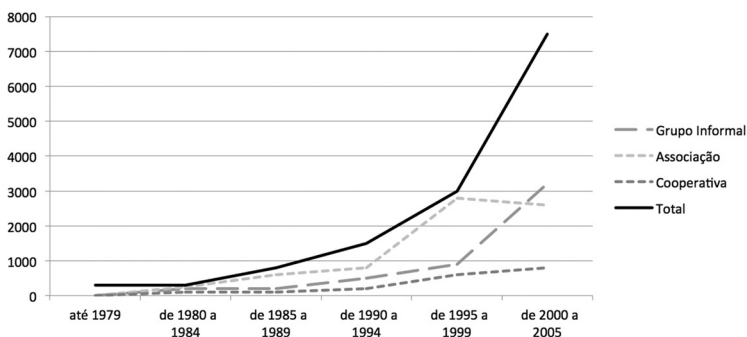


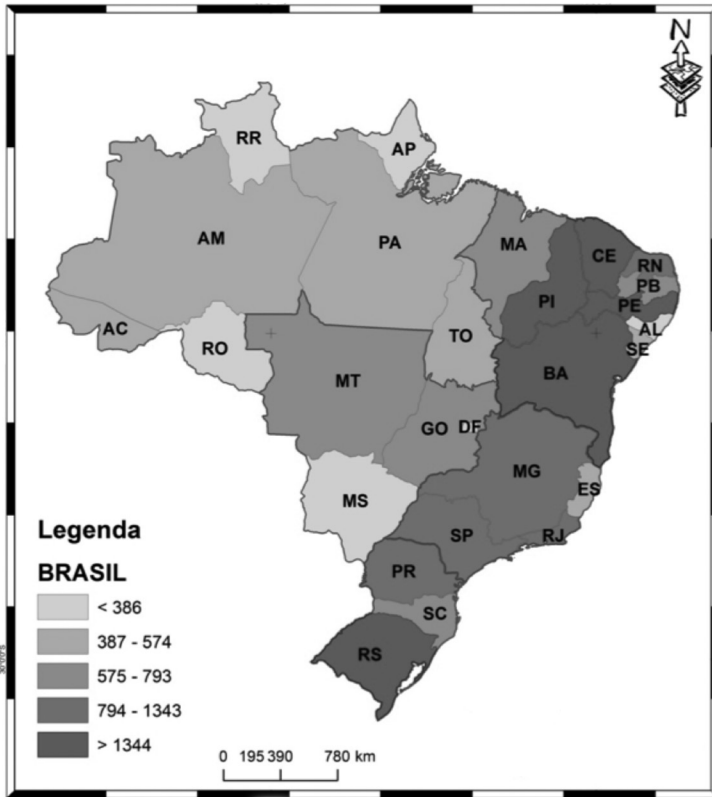
Gráfico 4 – Formas de organização dos empreendimentos solidários por ano de início – período de 1979 a 2005.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2006.

Os empreendimentos solidários rurais se destacam nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, enquanto os empreendimentos especificamente urbanos se concentram nas regiões sul e sudeste do Brasil. Das Unidades Federativas, as que apresentam maior número de empreendimentos solidários são respectivamente: Rio Grande do Sul (2.085), Ceará (1.854), Bahia (1.611), Pernambuco (1.526), Piauí (1.472), Rio de Janeiro (1.343) e Rio Grande do norte (817).

Dos motivos apresentados para a criação dos empreendimentos solidários, sobressai a alternativa ao desemprego (45%), forma complementar de renda aos sócios ou membros dos empreendimentos (44%), possibilidade de obtenção de maiores ganhos (41%), gestão coletiva das atividades produtivas e econômicas (31%) e melhores condições para acesso a crédito (29%). Dessas possibilidades e motivos de criação dos empreendimentos, observa-se uma diferenciação regional, sendo a alternativa ao desemprego mais citada na região sudeste (58%) e nordeste (47%), em comparação com a possibilidade de obtenção de maiores ganhos, por exemplo, na região sul do Brasil (48%) e a perspectiva de complemento de renda, nas regiões norte e centro-oeste, apresentando 46% e 53%

respectivamente do total das respostas aos motivos de criação dos empreendimentos econômicos solidários (Brasil, 2006a; 2006b).



Mapa 2 – Empreendimentos solidários por Unidades da Federação, 2006.

Fonte: Brasil/Sistema Nacional de Economia Solidária – 2010. Org.: Nildo Melo.

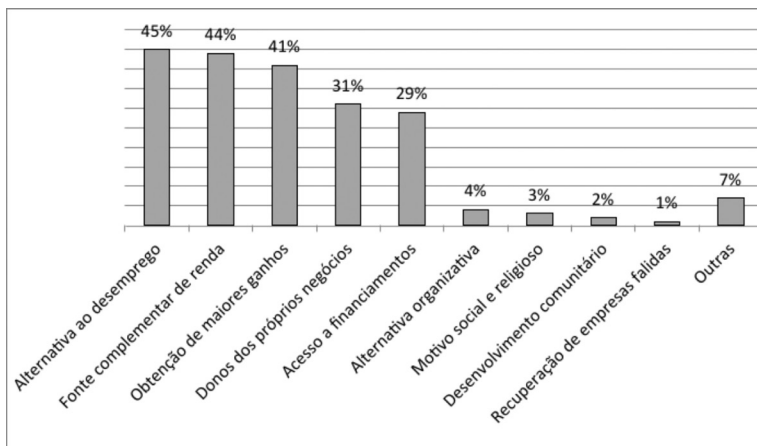


Gráfico 5 – Motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2006.

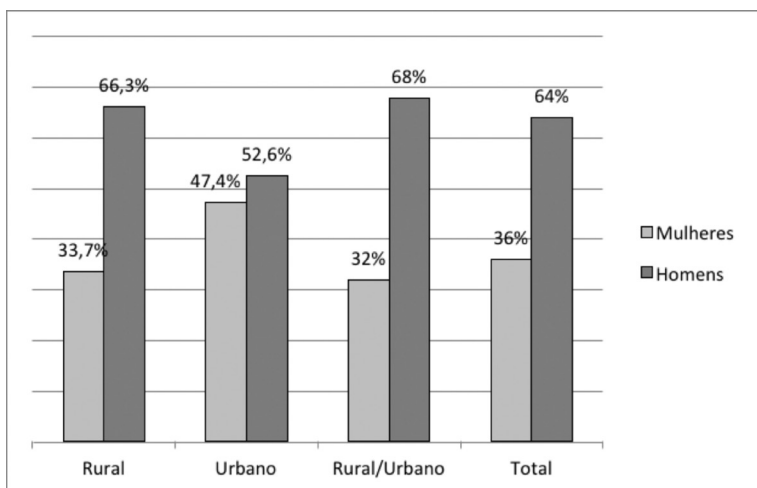


Gráfico 6 – Participação por gênero nos empreendimentos econômicos solidários.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2006.

Com relação à participação por gênero nos empreendimentos solidários, observa-se a presença mais significativa dos homens, perfazendo 64% ou aproximadamente 800.000 trabalhadores asso-

ciados, enquanto as mulheres apresentam participação de 36% do total ou aproximadamente 450.000 trabalhadoras solidárias no Brasil, no período mencionado. Dessa distribuição por gênero, a maior diferença entre homens e mulheres ocorre nos empreendimentos classificados como rural/urbano (68% a 32% do total) e a maior igualdade entre ambos encontra-se nos empreendimentos urbanos (52,6% a 47,4% do total).

Os produtos e serviços solidários são trocados ou vendidos nos espaços locais e/ou comunitários, perfazendo 56% das trocas comerciais dos empreendimentos em todo o Brasil. No que tange ao comércio municipal, essas trocas atingem 50% e, no âmbito regional, perfazem 20% do total das trocas e vendas dos produtos e serviços (Brasil, 2006a; 2006b).

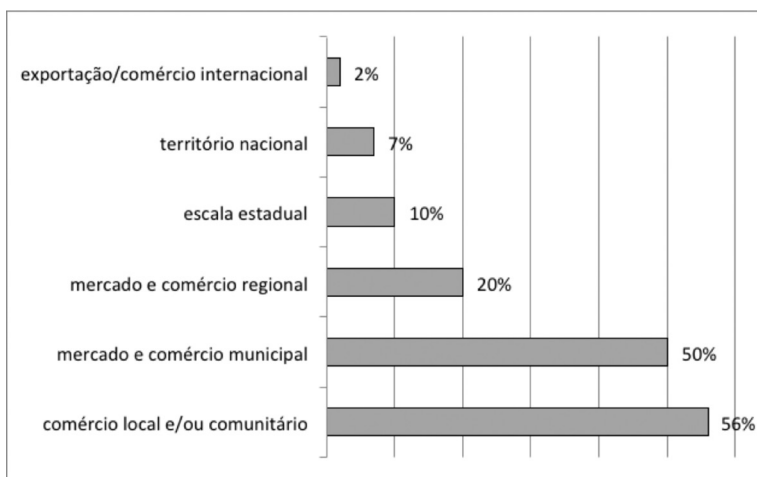


Gráfico 7 – Escala de abrangência das trocas/vendas dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2006.

Quando a escala de análise se torna mais abrangente, nota-se que as trocas e as vendas não são tão significativas, atingindo 10% na escala estadual, 7% no território nacional e apenas 2% na escala internacional ou no nível das exportações e comércio com outros países (Brasil, 2006a; 2006b). Portanto, a economia solidária é um

fenômeno inexoravelmente local ou comunitário, cuja abrangência ou funcionalidade segue a tendência da exploração das potencialidades e possibilidades locais, sem se integrar a um projeto de desenvolvimento nacional ou a outros fatores de crescimento econômico mais abrangente, como, por exemplo, a associação da economia solidária com políticas de investimentos em infraestrutura, educação, saúde, previdência social, entre outras (Lima; Simões, 2010).

A escala local e municipal de abrangência e alcance dos produtos e serviços solidários torna essas iniciativas problemáticas quanto ao grau de inserção produtiva e dificulta a expansão das atividades, dependendo do Estado como financiador desses empreendimentos e de mercados cativos locais/municipais para os produtos e serviços. Paradoxalmente, o apoio na forma de crédito subsidiado, juros baixos e mercados cativos advêm da esfera estadual e federal de governo, enquanto o “sucesso” dos empreendimentos é creditado às atividades desenvolvidas na esfera local ou comunitária.

Isso é o que ocorre nas associações de produtores rurais familiares dos assentamentos de reforma agrária de alguns municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, que foram formadas com o objetivo de fornecer alimentos às entidades assistenciais locais ou comunitárias cadastradas no PAA. O financiamento para o desenvolvimento das atividades solidárias vem da esfera federal, por meio da compra da produção dos associados, abrangendo valores até R\$ 5.500,00 anuais. No entanto, toda a circulação de produtos e mercadorias acontece na escala local ou municipal, não obstante a maioria dos empreendedores solidários não conseguir ampliar a abrangência de suas atividades e fornecer em escalas geográficas regionais, estaduais, nacionais ou internacionais e não conseguir competir com as empresas capitalistas.

No que diz respeito à manutenção e aos resultados financeiros dessas trocas/vendas de produtos e prestação de serviços dos empreendimentos solidários, 38% deles conseguiram obter sobras em suas atividades, enquanto 16% dos empreendimentos são deficitários, ou seja, os resultados financeiros não foram suficientes para pagar as despesas referentes à produção ou a prestação de serviços.

33% dos empreendimentos somente conseguiram pagar as despesas não obtendo sobras ou “lucros” em suas atividades e 13% não são organizados com vistas à obtenção de ganhos financeiros ou de lucros ou não informaram os resultados para os recenseadores do map.da economia solidária no Brasil no período analisado (Brasil, 2006a; 2006b).

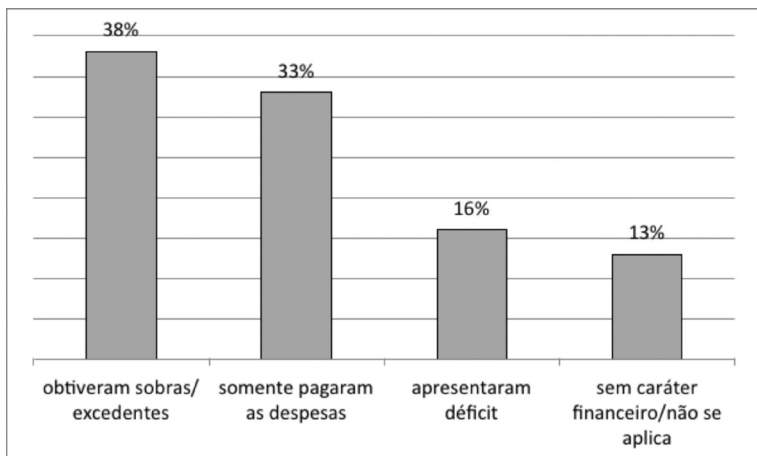


Gráfico 8 – Resultados financeiros dos empreendimentos econômicos solidários, 2006.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2006.

Esses dados revelam que metade dos empreendimentos solidários passa por dificuldades de funcionamento e permanência nas atividades produtivas e de prestação de serviços específicos, apontando que a economia solidária é um fenômeno em formação, apresentando características de dependência tanto das regras das forças de mercado para continuar se desenvolvendo (venda dos produtos e serviços nos mercados mais próximos), quanto de políticas públicas de crédito e assistência para os empreendimentos solidários (esses empreendimentos são fortemente dependentes do Estado para sobreviver), bem como o fato de que, em sua grande maioria, são originários de grupos informais de organização econômica e

produtiva, formados como alternativas ao desemprego ou para a obtenção de rendimento complementar.

Seguindo outra linha de raciocínio, ao aceitar as forças de mercado como a realização da liberdade humana, por meio das escolhas e iniciativas individuais e de afirmar que “o mercado não é um mal, ele é uma forma de realização individual” (Singer, 1998, p.113) e de que o que o socialismo “tem a mais é que, depois que o jogo do mercado é feito, depois que os ganhadores estão definidos, deve existir uma instituição que tira uma grande parte dos bens materiais dos ganhadores e dá para os perdedores” (Singer, 1998, p.114), a economia solidária, ao aceitar tanto as forças de mercado, quanto as formas estatais de intervenção nas desigualdades produzidas pelo capitalismo, aponta muito mais para a configuração de formas pontuais e isoladas de combate às desigualdades sociais, do que para um movimento revolucionário de superação do modo capitalista de produção e sua substituição pelo socialismo.

Torna-se de suma importância também ressaltar que esses empreendimentos se caracterizam essencialmente pela tendência de complementação de renda, sendo a remuneração extremamente baixa na maioria deles, atingindo até meio salário mínimo em cerca de 50% dos empreendimentos e uma remuneração de até um salário mínimo em 26,1% dos mesmos (Brasil, 2006a; 2006b). Esse é o caso dos produtores rurais familiares assentados nos municípios de Mirante do Paranapanema e de Euclides da Cunha Paulista, que produzem para o PAA, recebendo R\$ 5.500,00 anuais pelos produtos fornecidos às entidades assistenciais locais ou comunitárias. Se os mesmos fornecerem todos os meses, a renda auferida será de aproximadamente R\$ 458,33 mensais, isto é, um rendimento extremamente baixo, sendo que os rendimentos precisam necessariamente ser complementados por outras atividades, como por exemplo, a venda dos produtos em feiras livres ou a entrega individual para laticínios e feculares⁹ da região.

9 Agroindústrias processadoras de mandioca, tendo como resultado a produção de alimentos como farinha de mandioca, polvilho, entre outros.

Esses dados indicam que a economia solidária é um movimento residual e complementar para a maioria dos associados/cooperados, em contraposição às formas de organização caracterizadas pelo desenvolvimento comunitário, alternativo e motivado por razões sociais, filantrópicas e/ou religiosas. A alternativa ao desemprego também fica comprometida, pois a razão para a formação e participação nesses empreendimentos é a complementação de renda, sendo necessárias outras formas de sobrevivência diante da remuneração baixa proporcionada pelas atividades desenvolvidas neles.

Dito de outro modo, se a renda é baixa e a opção pela participação nos empreendimentos reside exatamente na possibilidade de complementação dos rendimentos, os trabalhadores precisam necessariamente do exercício de outras funções em atividades produtivas que proporcionem rendimentos maiores que aqueles auferidos nos empreendimentos econômicos solidários.

Portanto, a participação na economia solidária se torna apenas complementar e residual, uma forma de aumentar os rendimentos do trabalho, com base em uma atividade de abrangência reduzida (local/municipal), caracterizada pelas dificuldades de expansão dos empreendimentos, fortemente dependentes do Estado como financiador e das forças de mercado para a sobrevivência econômica e produtiva.

Essas afirmações contrariam os princípios teóricos solidários, baseados no fato de que “nem todos os trabalhadores rejeitam o capitalismo, mas a maioria o faz e por isso, quando se associa para produzir, comprar, vender ou consumir, o faz sob formas solidárias.” (Singer; Souza, 2003, p.15). Nesse sentido, a economia solidária, supostamente uma forma não capitalista de organização do trabalho, não oferece alternativas aos trabalhadores, pois os mesmos são obrigados a complementar a renda nesses empreendimentos, fazendo da atividade capitalista seu principal instrumento de inserção no mercado de trabalho e de sobrevivência pessoal e familiar.

As dificuldades enfrentadas pelos associados/cooperados recaem sobre a comercialização dos produtos ou prestação de serviços,

perfazendo 61% do total dos empreendimentos, enquanto em 49% deles as dificuldades estão voltadas para o acesso ao crédito, ao acompanhamento, apoio e à assistência técnica (27% do total) (Brasil, 2006a; 2006b).

Dessas informações, fica explícito que os empreendedores solidários ficam à mercê da venda ou troca dos produtos e serviços nos mercados comunitários ou municipais, enfrentando também a concorrência capitalista e as regras mercantis para sobreviver, dependendo, além disso, de acesso ao crédito e a assistência técnica para se manter ou se desenvolver. O desenvolvimento das atividades solidárias ou a expansão da escala de comercialização desses empreendimentos depende inexoravelmente de políticas públicas de fomento e acesso a linhas de crédito subsidiados, ou seja, o Estado deve ser o financiador da economia solidária no Brasil, sem o qual essas iniciativas tendem a solapar diante da concorrência no mercado capitalista e da ausência de condições de expansão das atividades para mercados mais distantes, como forma de sobrevivência diante das condições de extrema competitividade e exclusão do capitalismo globalizado/mundializado das últimas décadas.

Torna-se de fundamental importância uma análise dos incentivos dos governos municipais aos empreendedores solidários, por exemplo, o tipo de assistência técnica e fomento a eles, facilidades de comercialização, compras direcionadas, políticas tributárias, entre outras políticas públicas de incentivo e apoio a economia solidária nos espaços locais e/ou comunitários. Contudo, esses empreendimentos não podem prescindir de políticas estaduais e federais,¹⁰ direcionadas para o acompanhamento, assistência técnica, política de compras, taxas de juros subsidiadas, mercados pro-

10 O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um exemplo de política pública voltada para a aquisição de alimentos dos empreendimentos solidários e da agricultura familiar, por meio da obrigatoriedade de 30% dos gêneros alimentícios virem das iniciativas populares a partir de 2009. Porém, trata-se de política pública de incentivo ao desenvolvimento local vinda do governo federal, isto é, as iniciativas solidárias locais dependem fortemente de decisões realizadas em escalas de abrangência superiores, como as de ordem estadual ou federal.

tegidos, entre outras, para que os mesmos não sucumbam diante da concorrência capitalista e possam expandir a comercialização/troca dos produtos para mercados mais abrangentes, sem o que esses empreendimentos tendem a reproduzir a característica original de surgimento e formação, sendo apenas residuais e complementares à lógica capitalista de mercado e fortemente dependentes das ações do Estado para continuar sobrevivendo e se desenvolvendo.

Da mesma forma, a caracterização e a classificação dos empreendimentos solidários apresentam-se problemáticas ao incorporarem ao rol da economia solidária uma gama infindável de atividades de fins econômicos, associadas supostamente aos princípios ou benefícios na esfera social. Como o mapeamento da economia solidária no Brasil é realizado por órgãos oficiais, por meio das informações prestadas pelos próprios empreendedores locais, permanece a dúvida sobre o alcance real da associação ou cooperação dos trabalhadores no país, sobre a quantidade de empreendimentos e dos seus impactos sobre a geração de trabalho, renda e combate ao desemprego.

3

ECONOMIA SOLIDÁRIA NA 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A economia solidária apresenta-se como um fenômeno pouco expressivo no estado de São Paulo, quando comparada em termos percentuais com outros estados da federação, sendo fortemente concentrada geograficamente na Região Administrativa da Capital Paulista e arredores, considerada a mais impactada pelo processo de desestruturação/precarização do mercado de trabalho ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 na economia estadual.

Nesse ínterim, mesmo com o desencadeamento de ações políticas relativas ao processo de desconcentração das atividades produtivas industriais, iniciado na década de 1960 no estado de São Paulo, não foram observadas significativas mudanças no processo de desenvolvimento econômico estadual e na correção das desigualdades regionais, ficando o processo relegado a apenas algumas áreas do estado em contraposição a outros espaços econômicos, como a 10ª Região Administrativa, considerada como a segunda mais pobre em termos de produção de riqueza estadual nos últimos anos, segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), mesmo apresentando participação intermediária nas dimensões sociais que compõem as variáveis do Índice.

Nas teias dessas determinações e fortemente associados com a transformação na base técnica e produtiva da região ao longo

da década de 1990, a economia solidária é inserida na estrutura econômica regional, sendo representada pelas associações, pelas cooperativas e pelos grupos informais, concentrados nos assentamentos de reforma agrária e articulados à consolidação e ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal e as possibilidades apresentadas pelo fornecimento de alimentos às entidades assistenciais no espaço local, comunitário ou municipal de atuação dos empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

A economia solidária no estado de São Paulo

No estado de São Paulo, constata-se a existência de 813 empreendimentos solidários, apresentando uma forte concentração geográfica na Região Administrativa da Capital Paulista, perfazendo um total de 356 empreendimentos ou aproximadamente 43% do total do estado. Em seguida, sobressaem-se respectivamente a Região Administrativa de Campinas (96) e a Região de Itapetininga (60). As Regiões Administrativas com as menores quantidades de empreendimentos solidários são: Piracicaba (9), Marília (16) e a Macrometrópole¹ Paulista (16) (Brasil, 2006a; 2006b).

Tabela 1 – Distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários por Regiões Administrativas no estado de São Paulo, 2006.

Regiões Administrativas	Quantidade
São Paulo	356
Campinas	96
Itapetininga	60
São José do Rio Preto	48

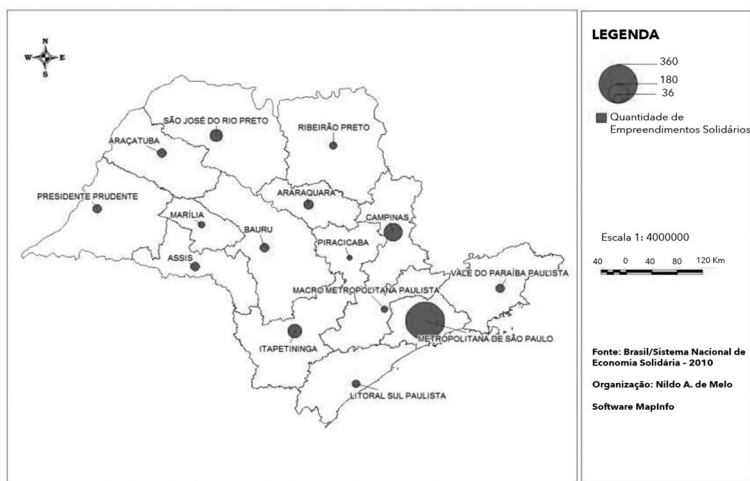
Continua

1 A macrometrópole Paulista se caracteriza pela expansão do espaço metropolitano paulista e a criação de uma região metropolitana mais complexa, fragmentada e hierarquizada pela dispersão de suas atividades industriais e a centralização das decisões na capital paulista e arredores (Lencione, 2002).

Tabela 1 – *Continuação*

Araraquara	32
Bauru	29
Aracatuba	28
Assis	28
Presidente Prudente	26
Vale do Paraíba	25
Litoral sul	23
Ribeirão Preto	21
Marília	16
Macrometrópole SP	16
Piracicaba	9
Total	813

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2006



Mapa 3 – Empreendimentos Econômicos Solidários por Regiões Administrativas – estado de São Paulo, 2010.

Fonte: Brasil, 2006b.

Já os municípios que apresentam maior participação nas iniciativas de economia solidária são: São Paulo (169 empreendimentos), São Bernardo do Campo (59), Campinas (38), Santo André (29),

Americana e São Carlos (24 cada um), Hortolândia (22), Diadema e Botucatu (17 cada um) e Osasco (16), entre outros municípios do estado de São Paulo no período analisado (Brasil, 2006a; 2006b).

Essas informações indicam que a concentração dos empreendimentos econômicos solidários coincide com os índices mais elevados de desemprego e informalidade, isto é, os empreendimentos estão fortemente localizados nas regiões do estado onde os impactos negativos do movimento de reestruturação capitalista foram mais significativos, representados pela desestruturação/precarização do mercado de trabalho e pela exclusão dos trabalhadores do processo produtivo, localizados essencialmente na macrometrópole paulista e seu entorno, considerada uma área caracterizada pela “criação e reiteração de uma região metropolitana mais complexa, fragmentada e hierarquizada” (Lencioni, 2002, p.207).

Contudo, o estado de São Paulo apresenta uma abrangência muito baixa em termos de cobertura dos empreendimentos solidários por município. No estado, a economia solidária está presente em apenas 147 municípios ou uma abrangência de 23% do total, ficando à frente apenas de Minas Gerais (12% do total dos municípios) entre todos os estados da federação (Brasil, 2006a; 2006b).

Tabela 2 – Abrangência dos Empreendimentos Econômicos Solidários por municípios e por Unidades da Federação, 2006.

Unidades Federativas	Nº de municípios com EES*	% total dos municípios
Rondônia	40	75%
Acre	20	87%
Amazonas	32	51%
Roraima	14	88%
Pará	51	35%
Amapá	13	76%
Tocantins	84	60%
Norte	254	56%
Maranhão	73	33%

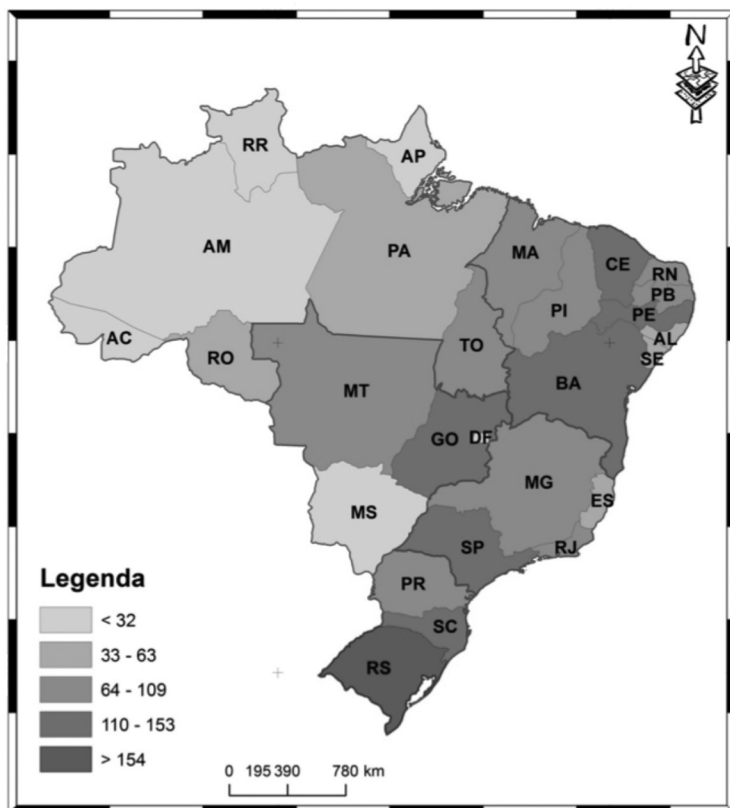
Continua

Tabela 2 – *Continuação*

Piauí	83	37%
Ceará	134	72%
Rio Grande do norte	77	46%
Paraíba	101	45%
Pernambuco	129	69%
Alagoas	48	47%
Sergipe	63	83%
Bahia	153	37%
Nordeste	861	48%
Minas Gerais	101	12%
Espírito Santo	59	75%
Rio de Janeiro	82	88%
São Paulo	147	23%
Sudeste	389	23%
Paraná	109	27%
Santa Catarina	133	45%
Rio Grande do sul	270	54%
Sul	512	43%
Mato Grosso do sul	25	32%
Mato Grosso	91	65%
Goiás	127	51%
Distrito Federal	15	83%
Centro-Oeste	258	53%
Total – Brasil	2.274	41%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2006.

* EES – Empreendimentos Econômicos Solidários



Mapa 4 – Municípios com empreendimentos solidários por Unidades da Federação, 2006.

Fonte: Brasil/Sistema Nacional de Economia Solidária – 2010. Org.: Nildo Melo.

Os problemas para o desenvolvimento econômico na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo

A 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo está localizada no extremo oeste do estado, abrange 53 municípios divididos entre as regiões de governo de Presidente Prudente, Dracena e

Adamantina e situa-se próxima às divisas com o estado do Paraná e com o estado do Mato Grosso do sul.

A Região ocupa 10% do território paulista e concentra 2,1% da população estadual, apresentando também a terceira menor taxa de urbanização do estado, com aproximadamente 86% da população residindo em áreas urbanas. Com uma população estimada em torno de 800 mil habitantes, a região tem no município de Presidente Prudente seu principal polo de crescimento e sua sede regional, concentrando 24% da população da Região Administrativa e representando apenas 0,25% da riqueza produzida no estado (IBGE/Seade, 2009). Ao lado de Presidente Prudente, os municípios de Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Dracena e Adamantina concentram aproximadamente 40% da população regional, apresentando também os maiores índices de crescimento econômico da 10ª Região Administrativa.

Mesmo com o processo de desconcentração industrial desencadeado a partir da década de 1960 pelo governo estadual, sendo um desdobramento das discussões em torno da forte concentração industrial na metrópole paulista e dos problemas sociais daí advindos (violência, trânsito caótico, questão ambiental, entre outros), apontando para a necessidade da elaboração de políticas públicas estaduais que levassem a um processo de interiorização da indústria como forma de estimular o desenvolvimento econômico do interior do estado de São Paulo (Azzoni, 1986a), os dados sobre os índices de crescimento econômico regional apontam para a permanência das desigualdades de desenvolvimento econômico entre as Regiões Administrativas do estado.

Em vista disso, em detrimento do processo de desconcentração industrial, na 10ª Região Administrativa desde a década de 1960, não foram constatadas mudanças significativas na base produtiva, notadamente nas atividades industriais, num contexto de estímulo ao deslocamento das atividades industriais da metrópole para o interior do estado de São Paulo, com os investimentos ficando concentrados em algumas regiões do interior do estado, tais como Campinas, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba, que representavam

em 1980, 42,8%, 11,9% e 14% respectivamente do Valor de Transformação Industrial (VTI), em contraste com a participação muito menor de outras Regiões Administrativas, como Marília, Presidente Prudente e Araçatuba, por exemplo, que apresentavam 1,8%, 1,2% e 1,0% do VTI estadual respectivamente, segundo dados do Censo Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período compreendido entre a década de 1960 e a década de 1980.

Esse processo levou Azzoni (1986a), a denominar esse relativo deslocamento da atividade industrial para o interior do estado como uma forma de “desconcentração concentrada”, conformada pelo deslocamento industrial em torno de algumas áreas num raio de 150 quilômetros da Região Metropolitana de São Paulo, abrangendo as Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba, evidenciando também a importância dos eixos rodoviários relacionados ao desenvolvimento industrial paulista ao longo das rodovias Castelo Branco, Anhaguera e Dutra.

Assim, segundo o autor, “as evidências indicam que, longe de constituir-se em um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do país” (Azzoni, 1986, p.221), com a grande metrópole reforçando a concentração do poder de comando e de gestão do processo de valorização do capital, por meio do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e da informação das últimas décadas, associadas ao desencadeamento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica dos tempos recentes.

Todavia, esse processo, segundo Lencioni (2002), (concordando apenas em parte com as afirmações sobre a desconcentração concentrada da atividade industrial no estado de São Paulo), abrange um movimento de centralização de capitais a partir da capital paulista. Tal processo de centralização, por sua vez, “consolida a hegemonia do grande capital e subordina os outros capitais à organização oligopolista e utiliza mecanismos de dispersão espacial como forma estruturante do espaço, e não mais mecanismos concentradores” (Lencioni, 2002, p.207), consubstanciando a “criação e reiteração

de uma região metropolitana mais complexa, fragmentada e hierarquizada” (ibidem, p.207), tendo como expressão desse movimento a expansão do espaço metropolitano paulista, configurando a “macrometrópole” pela dispersão das suas atividades industriais, no bojo da configuração de um novo paradigma tecnológico e do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e a possibilidade de transferência de plantas industriais para outras áreas do estado, sem a necessidade de mudanças nas esferas administrativas e financeiras das grandes empresas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Sposito (2002) afirma que as transformações econômicas verificadas no capitalismo mundial nas últimas décadas, determinaram mudanças estruturais na economia nacional, com a desigualdade de desenvolvimento permanecendo e sendo aprofundada pela

[...] redefinição da divisão regional do trabalho no Brasil e, especialmente, no Estado de São Paulo, gerando ampliação dos papéis econômicos das áreas melhor dotadas de infra-estrutura e equipamentos, mas, ao mesmo tempo, aumento das disparidades territoriais, econômicas e sociais. (Sposito, 2002, p.27)

Da mesma forma, Silveira (2010), discutindo os termos do desenvolvimento da logística de transportes no estado de São Paulo, destaca a seletividade das grandes empresas no espaço paulista, por meio da determinação da Região Metropolitana da capital paulista e das Regiões Administrativas de Campinas e de Sorocaba como os espaços de maiores fluxos econômicos pelas rodovias que se iniciam em São Paulo e interligam todo o território paulista e nacional. Com isso, a seletividade do grande capital em detrimento do planejamento nacional e regional, aponta para o fato de que

[...] O estado de São Paulo e algumas de suas regiões foram nomeados pelas corporações para serem os novos espaços produtivos, de consumo e de fluidez e, assim, diferenciam-se dos demais, ampliando ainda mais as desigualdades regionais. Todas essas imposições do

capital só foram colocadas em prática porque o neoliberalismo econômico e seu sistema de desregulamentações, de enfraquecimento do Estado, de eliminação do planejamento para o desenvolvimento nacional e regional e outras estratégias da globalização foram implementados com sucesso. Assim, o fim do planejamento nacional e regional para o conjunto da sociedade foi substituído pelo planejamento de interesse exclusivamente do capital. (Silveira, 2010, p.15)

A determinação dos fluxos de transportes e da logística engendra o desenvolvimento econômico e os investimentos a partir da metrópole paulista em articulação com a macrometrópole, ao longo dos eixos de circulação das rodovias Anhanguera e Presidente Dutra, em detrimento das demais Regiões Administrativas do estado de São Paulo, como no caso da Região Administrativa de Presidente Prudente e seus municípios componentes, que ficou relegada ao segundo plano, sendo desnecessária ao processo de reprodução ampliada do capital em seu movimento de reestruturação e desenvolvimento acelerado das forças produtivas desde então.

Nas últimas décadas, não está configurada e implementada uma política de desenvolvimento econômico para o interior do estado de São Paulo, notando-se o aprofundamento do processo de “reconcentração” das atividades industriais em torno da Região Metropolitana de São Paulo, concentrada nos municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano e Guarulhos (Seade, 2009). Esse movimento dificulta o desenvolvimento da 10ª Região Administrativa e provoca, por conseguinte, até mesmo um esvaziamento produtivo, com a transferência de unidades industriais para outras áreas do estado e para outros estados da federação.

A transferência de empresas e a redução das atividades industriais na região resultam da recusa por parte do governo do estado de São Paulo de participar da chamada “guerra fiscal”,² para atrair

2 Não se defende aqui a guerra fiscal para atrair investimentos produtivos, mas apenas constata-se a adoção de tal instrumento na conjuntura econômica

investimentos produtivos e empresas do setor industrial, provocando a transferência de plantas industriais para outros estados da federação. A proximidade geográfica da região com os estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, por sua vez, explica a atratividade exercida pelos incentivos fiscais e creditícios oferecidos por aqueles estados e a facilidade de deslocamento das plantas industriais para eles nas últimas décadas.

Outros fatores logísticos, operacionais e organizacionais obstaculizam o desenvolvimento econômico regional, a saber: a distância geográfica dos grandes centros consumidores e dos principais portos exportadores, a precariedade da infraestrutura para o escoamento da produção, conformada pela malha ferroviária sucateada ao longo dos anos 1990 e a subutilização do transporte hidroviário, o transporte aéreo e rodoviário deficiente, com poucas rotas e empresas aéreas operando e a necessidade premente de duplicação da rodovia Raposo Tavares, tida como principal rota rodoviária de acesso à região. Todos esses fatores dificultam o investimento produtivo na região de Presidente Prudente, o processo de geração de emprego e renda e a recuperação dos estoques de empregos formais eliminados ao longo da década de 1990.

Esses fatores são agravantes para o processo de desenvolvimento econômico regional, dificultando todo o conjunto da economia, que passou a ter uma participação muito baixa na produção de riqueza estadual, ficando em penúltimo lugar, à frente apenas da Região Administrativa de Registro no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) nos últimos anos, na dimensão riqueza,³ mesmo com os dados expressando o avanço de todas as regiões do estado nessa

nacional, no bojo da redução do papel do Estado na economia e do fortalecimento de políticas de desenvolvimento local, em detrimento do planejamento estatal visando o desenvolvimento econômico regional articulado a um projeto de desenvolvimento nacional de longo prazo.

3 Variáveis que compõem essa dimensão no período entre 2008 e 2010: consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços; consumo de energia elétrica por ligação residencial; rendimento médio do emprego formal e o valor adicionado per capita.

dimensão do IPRS e uma pequena variação positiva da participação da 10ª Região na produção de riqueza estadual.

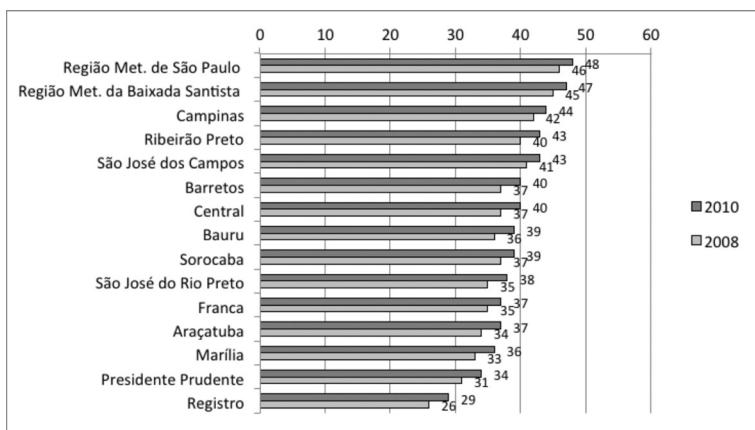


Gráfico 9 – Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Riqueza – Regiões Administrativas do estado de São Paulo, 2008/2010.

Fonte: Fundação Seade – Índice Paulista de Responsabilidade Social IPRS – 2008/2010.

Vale destacar que, nas outras duas dimensões do Índice Paulista de Responsabilidade Social, a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo ocupa uma posição intermediária, ficando em 8º lugar em longevidade⁴ e em 9º lugar na dimensão escolaridade,⁵ mesmo apresentando significativos avanços nas duas classificações entre 2008 e 2010.

4 Variáveis que compõem esta dimensão no período entre 2008 e 2010: taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos); taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos vivos); taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes); taxa de mortalidade das pessoas de 60 a 69 anos (por mil habitantes).

5 Variáveis que compõem esta dimensão no período entre 2008 e 2010: taxa de atendimento escolar de crianças de 4 a 5 anos; média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e; percentual de alunos com atraso escolar no ensino médio.

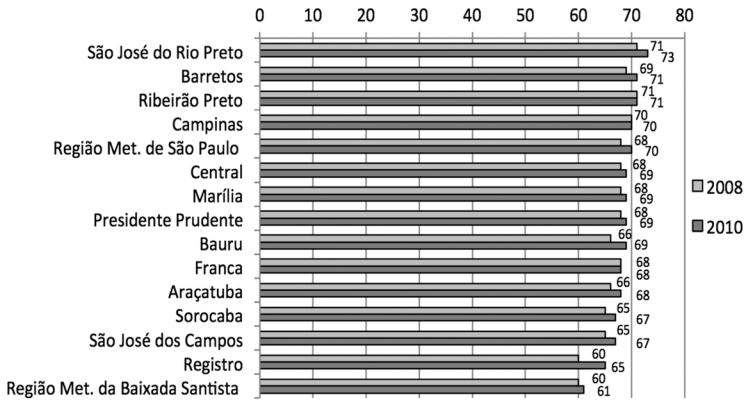


Gráfico 10 – Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Longevidade – Regiões Administrativas do estado de São Paulo, 2008/2010
 Fonte: Fundação Seade – Índice Paulista de Responsabilidade Social IPRS – 2008/2010.

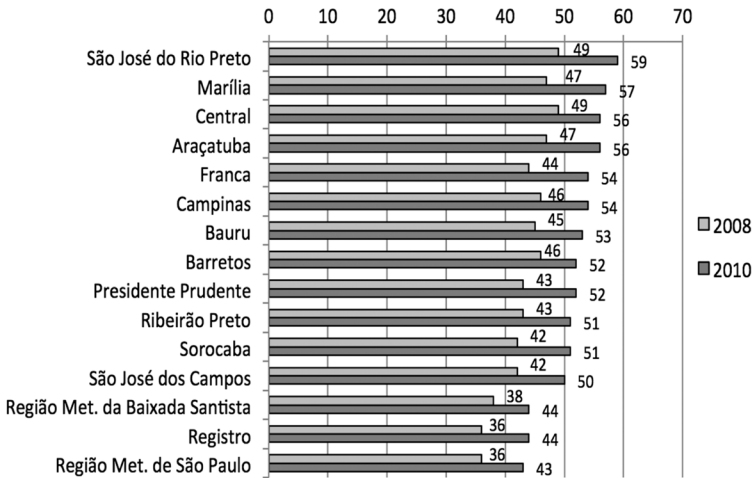


Gráfico 11 – Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Escolaridade – Regiões Administrativas do estado de São Paulo, 2008/2010.
 Fonte: Fundação Seade – Índice Paulista de Responsabilidade Social IPRS – 2008/2010.

Nesse contexto de estagnação relativa das atividades produtivas na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, com ênfase para as atividades relacionadas ao setor industrial, caracterizando a região como uma das mais atrasadas do estado em termos de participação na produção de riqueza estadual, além de fatores logísticos, operacionais e organizacionais que dificultam o processo de desenvolvimento econômico, que a economia solidária é explicitada e analisada. Dessa maneira, problematiza-se a existência dos empreendimentos econômicos solidários na região com relação à geração de trabalho e renda no contexto socioeconômico descrito acima e a prerrogativa de que os impactos da desestruturação do mercado de trabalho e do aumento dos índices de desemprego foram maiores na região metropolitana de São Paulo e não na 10ª Região Administrativa. Quais seriam, portanto, os interesses e os posicionamentos ideológicos da economia solidária diante do problema da precarização do trabalho e do desenvolvimento econômico regional?

Os empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa

No íterim da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, pelo governo federal, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a economia solidária apresentou uma pequena participação na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, nomeadamente entre 2001 e 2007, período de criação da maioria dos empreendimentos solidários na região.

Tabela 3 – 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo: empreendimentos de economia solidária por município e por ano de criação

Municípios	Empreendimentos Solidários	Ano de criação
Pirapozinho	2	entre 2001 e 2007
Euclides da Cunha Paulista	4	entre 2001 e 2007

Continua

Tabela 3 – *Continuação*

Mirante do Paranapanema	5	1991 (1) e entre 2001 e 2007 (4)
Presidente Bernardes	1	1991
Presidente Prudente	3	entre 2001 e 2007
Presidente Venceslau	4	entre 2001 e 2007
Rosana	5	1990 (1) e entre 2001 e 2007 (4)
Santo Anastácio	1	entre 2001 e 2007
Teodoro Sampaio	1	1991
Total	26	-

O processo de criação dos empreendimentos econômicos solidários, fortemente concentrado entre 2001 e 2007, está inexoravelmente relacionado à estagnação econômica pela qual passou a região, representada pela redução das atividades industriais e pelas mudanças verificadas na base produtiva do campo, tendo como resultante a desestruturação e a precarização do mercado de trabalho regional ou a estagnação na geração de empregos formais entre 1996 e 2002. Esse movimento negativo do emprego formal atingiu praticamente todos os setores de atividade econômica no período entre 1996 e 1998 e apresentou estagnação no período entre 1999 e 2002 (os estoques de empregos formais só apresentaram uma pequena recuperação a partir de meados 2000). Nesse segundo período, a reduzida geração de empregos formais não deu conta de absorver todos os trabalhadores desempregados do período anterior e nem incorporar os jovens que passaram a fazer parte da PEA, passando a buscar uma vaga no mercado de trabalho formal e aumentando substancialmente o exército industrial de reserva no período analisado (Melo, 2008).

Esse processo de precarização do mercado de trabalho regional, por sua vez, deve ser entendido também nos estertores das transformações estruturais do capital das últimas décadas, assentado na globalização/mundialização econômica e financeira, na adoção dos princípios neoliberais na economia nacional e na consolidação dos mé-

todos e funcionalidades de um novo paradigma tecnológico, representado pela Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. Como consequências desse movimento do capital rumo às novas formas de extração de mais-valia, produtividade e acumulação, por meio inexoravelmente da exploração intensiva da força de trabalho no interior do processo produtivo, o mundo do trabalho passou a ser atingindo radicalmente, engendrando a crise das condições e relações de trabalho no Brasil e no mundo.

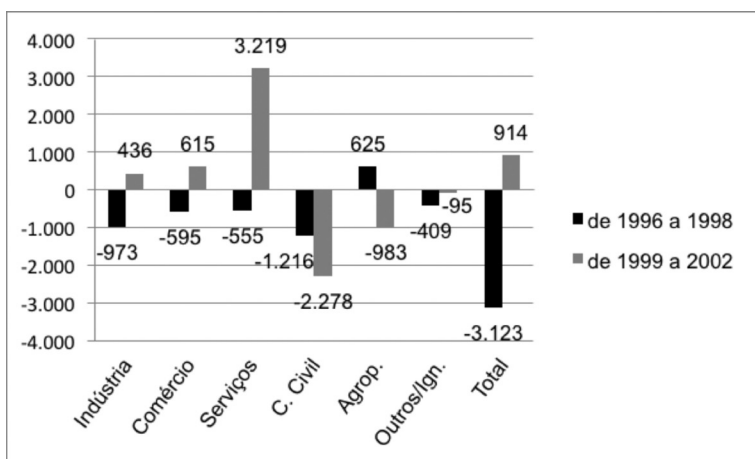


Gráfico 12 – Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na 10ª Região Administrativa, 1996-2002

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Caged 1996-2002.

Em outras palavras, como resultado do próprio processo histórico de desenvolvimento desigual do capitalismo e seu movimento atual de reestruturação produtiva, econômica e financeira, entendido como um movimento de desenvolvimento acelerado das forças produtivas, com todas as formas de precarização daí resultantes (reflexos das contradições engendradas ao longo do processo), em pouco mais de três décadas (a partir de 1970, a economia regional passou a apresentar reduções significativas na produção de riqueza), a 10ª Região Administrativa se caracterizou pelo processo de desestruturação do mercado de trabalho formal no período, repre-

sentado pelo elevado número de trabalhadores desempregados, pela instabilidade no emprego, pela precariedade das ocupações, dada pela associação brutal entre desemprego elevado e a informalidade do trabalho (o trabalho temporário e por tempo determinado e os “bicos” têm sido uma marca inexorável dos trabalhadores desempregados, como forma de sobrevivência diante das dificuldades de inserção profissional) e pela alta rotatividade dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal (Melo, 2008).

Assim os empreendimentos econômicos solidários implementados na região foram resultado desse movimento desigual e contraditório do capital na escala global, nacional, estadual e regional, representado por reflexos negativos na economia regional até o início dos anos 2000, apresentando impactos negativos também em sua base produtiva e nas condições de empregabilidade dos trabalhadores. Conforme Castel (2009), as iniciativas solidárias foram implementadas em um momento de crise do emprego formal na região, devendo ser compreendidas somente nessa perspectiva social e não como uma alternativa ao próprio modo de produção capitalista (Singer, 2006).

Ademais, os empreendimentos analisados não desenvolvem todos os princípios relacionados à economia solidária, principalmente a autogestão da produção e a distribuição igualitária dos rendimentos, apontando para a premissa de que as atividades solidárias investigadas na 10ª Região Administrativa devem ser consideradas não como organizações autogestionárias, como fazem Guimarães e Salomão (2006), mas sim como organizações com características autogestionárias, devido ao fato indubitável e inelutável da “impossibilidade de experiências autogeridas plenas no modo de produção capitalista” (Guimarães; Salomão, 2006, p.138).

A participação da economia solidária na 10ª Região Administrativa, contudo, tem se mostrado pouco significativa, apresentando poucos empreendimentos econômicos solidários (perfazendo 26 iniciativas de solidariedade entre os trabalhadores) e abrangendo apenas nove municípios, dos cinquenta e três que compõem a região. Não obstante a grave crise do emprego formal verificado a

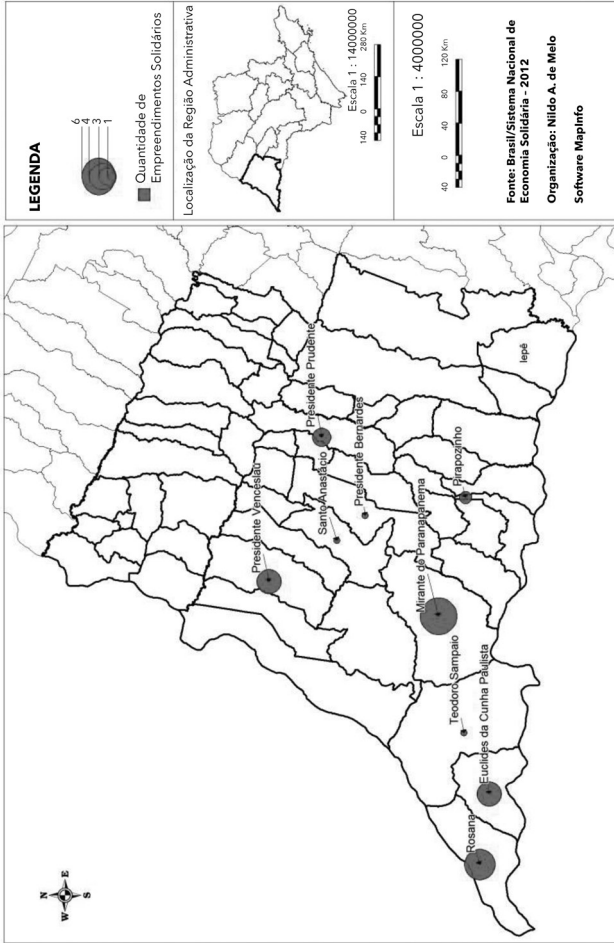
partir da década de 1990, concomitante às transformações na base produtiva do campo⁶ e da redução das atividades industriais na produção de riqueza estadual e regional, como reflexos do processo de reestruturação capitalista no país, representada, sobretudo, pela abertura econômica e financeira e pela adoção de medidas neoliberais na economia nacional.

No que tange à organização interna desses empreendimentos e às formas de inserção institucional, nos marcos reguladores jurídicos, são constituídas majoritariamente por grupos informais, perfazendo catorze empreendimentos ou aproximadamente 51,8% do total, seguidos das associações de produtores, com nove iniciativas ou 33,3% do total e as cooperativas de trabalhadores, que apresentam quatro organizações solidárias ou 14,9% do total de empreendimentos solidários na região. As associações sobressaem-se nos assentamentos⁷ de reforma agrária e de produção agrícola familiar, nos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Presidente Bernardes e de Rosana, enquanto os grupos informais estão presentes em praticamente todos os municípios devido às facilidades de organização e inserção comunitária, advindas da não exigência de registro legal e de formalização junto aos órgãos reguladores locais, estaduais ou federais.

6 Os frigoríficos (associados a base técnica produtiva da pecuária no campo) exerceram um importante papel na geração de empregos formais e no processo de desenvolvimento econômico até a década de 1990, quando se observa uma nova mudança na base produtiva regional, expressa pelo advento e crescimento do agronegócio da cana-de-açúcar e pela decadência da pecuária de corte na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

7 Assentamentos resultantes dos conflitos pela posse da terra na região, perfazendo um total de 110 projetos de reforma agrária e aproximadamente 6.248 famílias assentadas (Dataluta, 2013), além de inúmeros movimentos sociais que lutam contra o latifúndio e pela distribuição de terra (Fernandes, 2000), decorrência do histórico de ocupação e concentração fundiária na região, caracterizados pelos grilos e pelas falsificações de títulos de propriedade e da forma violenta e predatória de expropriação de imensas áreas desde meados do século XIX (Leite, 1998).

Mapa dos empreendimentos solidários por regiões administrativas do estado de São Paulo



Mapa 5 – Empreendimentos Econômicos Solidários na 10^a Região Administrativa do estado de São Paulo, 2013.
Fonte: Brasil/Sistema Nacional de Economia Solidária – 2012.

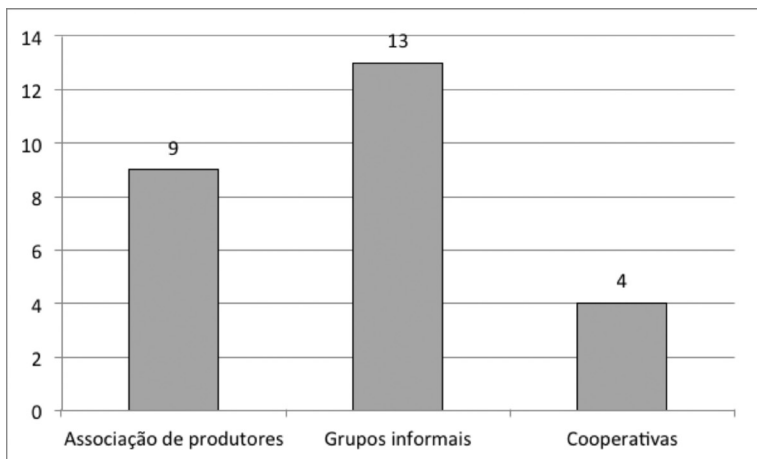


Gráfico 13 – Tipo e classificação dos empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, 2012.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2012 – Entrevistas de Campo – outubro/novembro de 2011.

Torna-se de fundamental importância sublinhar que as associações de produtores apresentaram um crescimento significativo nos últimos anos, associadas à implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pelo governo federal, por meio da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, por meio do artigo 19, tendo como exigência legal para o fornecimento de alimentos às entidades que atendem populações em situações de insegurança alimentar ou em estado de vulnerabilidade social, a constituição e formalização de associações⁸ de agricultores familiares. Em contrapartida, observa-se a estabilização da participação dos grupos informais e das coope-

8 Nos municípios de Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana há um número relativamente grande de associações, formadas entre o final de 2010 e o início de 2011, aguardando o parecer jurídico do Ministério do Trabalho e Emprego para que possam fornecer alimentos para o PAA. No entanto, elas ainda não podem ser consideradas associações da economia solidária, pois não entraram em funcionamento pleno e não fornecem para as entidades assistenciais da região, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

rativas de trabalhadores, sendo que muitas delas encerraram suas atividades, parcial ou totalmente, devido a ausência de incentivos fiscais e creditícios ou a concorrência com produtos e mercadorias mais baratas e com maior competitividade no mercado (Entrevistas de Campo – outubro/novembro 2011).

Com relação à distribuição territorial dos empreendimentos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, observa-se a caracterização da economia solidária essencialmente concentrada nas áreas rurais dos municípios, representando 74% dos empreendimentos, enquanto as iniciativas urbanas perfazem apenas 26% do total dos projetos de economia solidária na região. A maioria dos empreendimentos solidários rurais é formada por associações de produtores rurais familiares e está concentrada nos assentamentos de reforma agrária dos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau e Rosana. Já os empreendimentos caracteristicamente urbanos se concentram nos municípios de Santo Anastácio, Presidente Prudente e Teodoro Sampaio.

A participação por gênero nesses empreendimentos é caracterizada pela presença majoritária de homens, conformando 332 participantes e representando 59,8% do total, enquanto as mulheres apresentam 223 participantes ou 40,2% do total. A maioria de participantes do gênero masculino é encontrada nos empreendimentos rurais (74,4% do total rural) e o gênero feminino, concentra-se nas iniciativas urbanas (70,9% do total urbano).

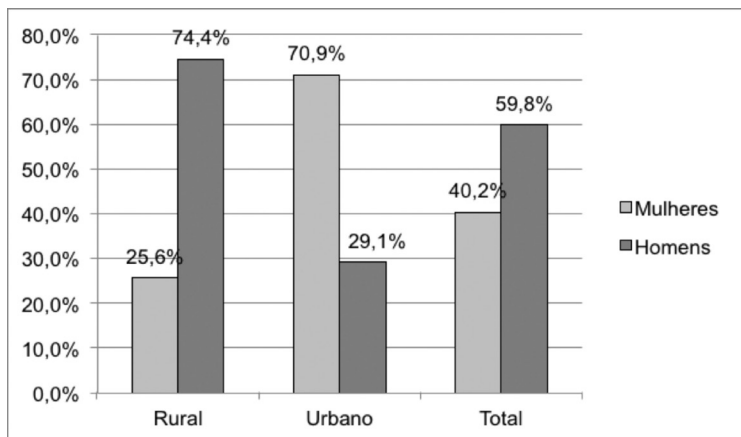


Gráfico 14 – 10ª Região Administrativa – participação por gênero nos empreendimentos econômicos solidários, 2012.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2012 – Entrevistas de Campo – outubro/novembro de 2011.

No que tange à escala de abrangência da economia solidária nos municípios da 10ª Região Administrativa, observa-se que os produtos e serviços solidários são comercializados ou trocados nos espaços locais e/ou comunitários e na escala do próprio município, nomeadamente no caso das associações de produtores familiares dos assentamentos de reforma agrária, em que os produtos são fornecidos para entidades de apoio às famílias em situação de insegurança alimentar no espaço local e municipal.

Alguns empreendedores solidários expõem seus produtos em feiras estaduais e nacionais, de forma esporádica, em períodos curtos e predeterminados, como nos casos das associações e grupos informais artesanais de Presidente Prudente, Santo Anastácio e de Porto Primavera (distrito de Rosana).

Paradoxalmente, os espaços de distribuição ou prestação de serviços estão situados na escala local, comunitária ou municipal, enquanto os financiamentos dos empreendimentos econômicos solidários de base estritamente rural advêm da escala de governo nacional, apontando para a problemática do atrelamento dos prin-

cípios solidários com o desenvolvimento local. Esse tipo de desenvolvimento atinge somente o nível de sobrevivência familiar e fica restrito às associações que fornecem para as entidades assistenciais, enquanto os demais empreendimentos urbanos, sem financiamento público, passam por dificuldades de funcionamento e inserção no mercado, sendo que alguns deles até mesmo encerraram suas atividades pela ausência de apoio público seja federal, estadual ou municipal.

No que diz respeito à manutenção e aos resultados financeiros obtidos com a venda/troca dos produtos e serviços, essencialmente realizados nos espaços locais/comunitários e municipais, os empreendimentos solidários apresentaram as seguintes características organizacionais, financeiras e administrativas: 30,4% conseguiram pagar as despesas e obter alguma sobra ou conseguiram somente pagar as despesas e, o mesmo percentual, não declarou fins lucrativos em suas atividades econômicas. Somente 8,8% dos empreendimentos declararam que os recursos financeiros não deram para pagar as despesas, apresentando-se como iniciativas solidárias deficitárias.

A situação da sede ou local de funcionamento dos empreendimentos econômicos solidários aponta para a ausência de um lugar para as reuniões do grupo ou para a operacionalização das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores associados ou cooperados. Dos 26 empreendimentos solidários analisados, somente seis deles possuem sede própria para as reuniões dos trabalhadores, sendo que a grande maioria funciona de forma precária, com as reuniões sendo realizadas na residência de algum trabalhador ou na casa do presidente da associação, no barracão onde são guardados os equipamentos de produção ou ainda em locais cedidos ou emprestados para a operacionalização das atividades dos empreendimentos econômicos solidários.

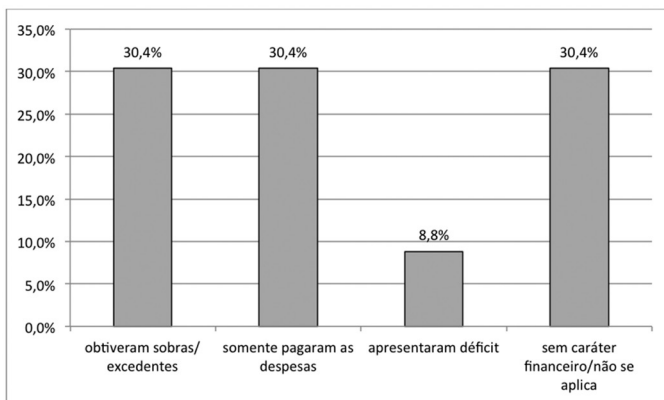


Gráfico 15 – 10ª Região Administrativa - Resultados financeiros nos empreendimentos econômicos solidários - 2012.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2012 – Entrevistas de Campo – outubro/novembro de 2011.

A existência de sede ou local de funcionamento próprio é mais comum nos empreendimentos urbanos (Santo Anastácio, Presidente Prudente, Teodoro Sampaio, Presidente Venceslau e o Distrito de Porto Primavera), sendo precário ou inexistente nos empreendimentos solidários das associações de produtores rurais familiares dos assentamentos de reforma agrária.

No que reporta às atividades coletivas desenvolvidas pelos trabalhadores, o uso comum de equipamentos (implementos agrícolas, tratores, ferramentas, maquinários em geral, entre outros) e as compras coletivas de insumos, matérias-primas, adubos, defensivos agrícolas etc., permeia todos os empreendimentos econômicos solidários analisados. Em contrapartida, a produção é realizada individualmente pelos associados, com ênfase para o caso das associações dos assentamentos de reforma agrária, o que torna esses empreendimentos caracteristicamente pragmáticos, distantes da associação como forma de organização social e econômica alternativa ou superior aos ditames das regras capitalistas de funcionamento da economia.

Em consonância com essa informação, a motivação para a criação dos empreendimentos solidários nos municípios da 10ª Região Administrativa apresenta características diversas e heterogêneas na gênese da associação ou cooperação entre os trabalhadores. Assim, a alternativa ao desemprego está presente em 33,3% das respostas dos trabalhadores associados, a solidariedade como forma complementar de renda representa 51,8% dos empreendedores e a possibilidade de obtenção de maiores ganhos por meio da cooperação, aparece em 59,2% dos empreendimentos. Já a gestão coletiva dos negócios, por meio da propriedade comum dos meios de produção representa 22,2%, a possibilidade de melhores condições para o acesso a crédito e financiamento público, representa 44,4% e a alternativa organizativa, motivação social e religiosa e a cooperação para o desenvolvimento comunitário foram citadas por apenas 3,7% dos empreendedores de economia solidária.

Dessas perspectivas de criação dos empreendimentos solidários as possibilidades de obtenção de maiores ganhos, por meio da configuração de empreendimentos nos quais todos são donos e do acesso aos financiamentos públicos, destacando-se ainda a possibilidade de complementação de renda, permeiam praticamente todos os empreendimentos, sendo mais explícito para o caso das associações de produtores dos assentamentos da reforma agrária.

Essas informações apontam inexoravelmente que a motivação para o estabelecimento dos empreendimentos solidários nos municípios pesquisados ocorre invariavelmente como forma de complementação de renda ou obtenção de maiores ganhos, por meio da formação e organização de associações de produtores rurais familiares, a partir das quais o acesso ao financiamento oficial, por meio do PAA, leva à participação em um mercado cativo, no qual a renda é certa e permanente, bastando apenas a produção e a entrega dos alimentos às entidades assistenciais locais, comunitárias ou municipais.

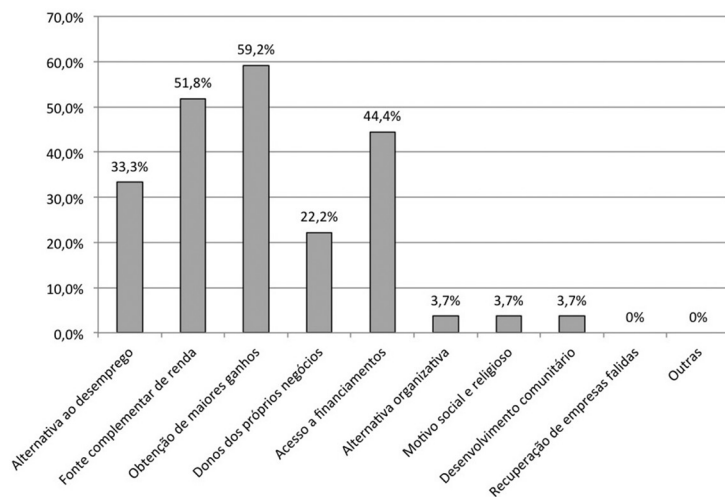


Gráfico 16 – 10ª Região Administrativa – motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2012 – Entrevistas de Campo – outubro/novembro de 2011.

Observa-se uma diferenciação com relação aos empreendimentos econômicos da região nordeste do país, onde a alternativa ao desemprego aparece associada à complementação de renda, às possibilidades de maiores ganhos financeiros e ao acesso aos financiamentos públicos de apoio e fomento a solidariedade entre os trabalhadores.

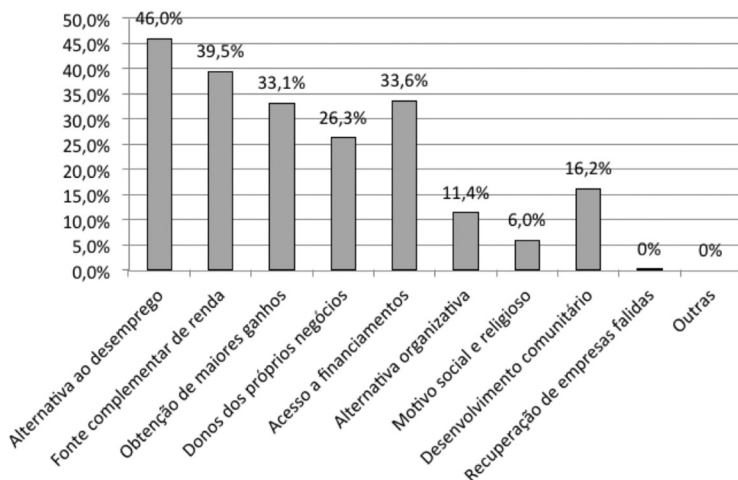


Gráfico 17 – Região nordeste – Motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2012 – Entrevistas de Campo – outubro/novembro de 2011.

Também se constata uma diferenciação no que diz respeito aos empreendimentos econômicos solidários localizados na região metropolitana de São Paulo, onde foram criados majoritariamente como alternativas ao desemprego, resultado dos impactos do movimento de reestruturação capitalista dos anos 1990 e início dos anos 2000. Essa variável corresponde a, aproximadamente, 59,6% dos empreendimentos, tendo articulação secundária com a fonte complementar de renda, as possibilidades de maiores ganhos financeiros e a configuração de grupos, associações ou cooperativas, nas quais todos são donos dos empreendimentos.

A partir dessas constatações e comparações com outras realidades regionais, questionam-se os reais motivos de existência da economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo. Se os empreendimentos econômicos solidários foram configurados para a complementação de renda e para a obtenção de maiores ganhos financeiros por meio dos financiamentos públicos federais, em contraste a alternativa ao desemprego e a quase

inexistência de financiamento para os empreendedores urbanos, a economia solidária regional funciona como um instrumento de recolocação no circuito produtivo dos excluídos do mercado de trabalho e dos trabalhadores subordinados diretamente ao movimento atual do capital no que tange ao desenvolvimento acelerado das forças produtivas, desempenhando uma função diferente da preconizada pelos teóricos da solidariedade entre os trabalhadores associados ou cooperados.

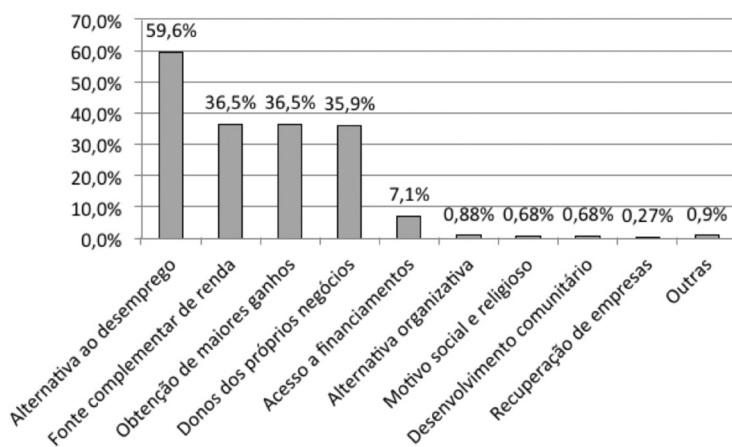


Gráfico 18 – Região metropolitana de São Paulo – motivos e perspectivas de criação dos empreendimentos econômicos solidários.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Sies, 2012 – Entrevistas de Campo – outubro/novembro de 2011.

Consequentemente esse tipo de motivação para a formação dos empreendimentos econômicos solidários leva a uma baixa participação dos trabalhadores nas reuniões, deliberações e decisões de grupo em torno do uso comum dos equipamentos, das compras coletivas ou da forma de fornecimento dos produtos ou da prestação de serviços pelos trabalhadores. Na maioria dos empreendimentos, a participação coletiva dos trabalhadores gira em torno de 30% dos associados, nomeadamente nas associações de produtores rurais dos assentamentos de reforma agrária. A participação expressiva

nas decisões de grupo é maior nos empreendimentos urbanos, nos quais o próprio local de trabalho serve como lugar para as reuniões e deliberações coletivas, como no caso dos empreendimentos de Presidente Prudente, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio e Porto Primavera, distrito do município de Rosana.

Quando se considera que quase metade dos empreendedores associados apenas paga as contas ou está em situação deficitária, conclui-se que a economia solidária na região caracteriza-se como um movimento residual e complementar às formas dominantes de produção e circulação de mercadorias, tipicamente capitalistas, em contraposição às formas de organização solidárias caracterizadas como alternativas ao desemprego ou pelo desenvolvimento comunitário, social e religioso (3,7% de motivação para a criação do empreendimento solidário).

Vale sublinhar que, em muitos empreendimentos econômicos solidários, os trabalhadores precisam se assalariar formalmente para complementar a renda e garantir a sobrevivência individual e familiar, num contexto de insuficiência dos financiamentos públicos e de impossibilidade de produção contínua e permanente, devido aos aspectos organizacionais, operacionais e técnicos de produção e distribuição das mercadorias desses empreendimentos.

Dito e posto de outra forma, as necessidades de inserção na lógica do mercado e a dependência do financiamento oficial, caracterizando um mercado cativo para os associados, além do interesse econômico e financeiro, típicos da sociedade capitalista concorrencial, levam os trabalhadores a praticar a economia solidária não como alternativa ao desemprego ou como uma nova forma de organização social. Pelo contrário, o associativismo solidário é realizado de forma pragmática, sem intenções comunitárias, sociais ou religiosas, mas sim como forma complementar de renda ou de obtenção de maiores ganhos financeiros com as atividades pretensamente solidárias.

No que tange às dificuldades encontradas pelos trabalhadores solidários, o acesso às linhas de crédito, infraestruturas para o escoamento da produção, acesso à água e à irrigação coletiva,

construção de sede própria, assistência técnica e dificuldades de ampliar e comercializar a produção é comum aos empreendedores dos assentamentos da reforma agrária. As dificuldades de acesso a linhas de créditos oficiais, juros subsidiados, mercados cativos para os produtos ou serviços e ampliação da escala de abrangência e participação, permeiam os empreendimentos econômicos solidários tipicamente urbanos, localizados nos municípios de Presidente Prudente, Santo Anastácio, Rosana e Teodoro Sampaio.

Essas reflexões apontam indubitavelmente para a compreensão de que a economia solidária não age nas interfaces do mercado e do Estado ou nas lacunas deixadas pelo modo capitalista de produção, sendo uma alternativa a este e às formas perversas de precarização e exclusão do mercado de trabalho formal (Singer, 2006), mas, contraditoriamente, os empreendedores solidários agem dentro da lógica do mercado e das regras monetárias dominantes na economia capitalista (Quijano, 2002), tendo configurado um mercado cativo para seus produtos, sem o qual eles não conseguem sobreviver e acabam sendo desativados parcial ou totalmente, como no caso de um número relativamente significativo de empreendimentos solidários urbanos da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo que sucumbiram diante da concorrência com outros produtores e prestadores de serviços diante da ausência de proteção estatal para suas atividades e do estabelecimento de mercados cativos para seus produtos.

4

PARA ALÉM DO DISCURSO, AS POSSIBILIDADES, AS LIMITAÇÕES E AS CONTRADIÇÕES DO ASSOCIATIVISMO E DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO REGIONAL

Os empreendimentos econômicos com características solidárias apresentam-se como um fenômeno pouco significativo, abrangendo poucos municípios da 10ª Região Administrativa e configurando algumas formas associativas, cooperativas e de grupos informais nos mais diversos ramos de produção e de prestação de serviços. A abrangência das iniciativas solidárias fica relegada a apenas alguns municípios da região de governo de Presidente Prudente e fortemente concentrada nos assentamentos de reforma agrária, por meio da presença das associações de produtores rurais familiares que fornecem alimentos para entidades assistenciais, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar do governo federal.

Destaca-se, neste capítulo, uma análise qualitativa dos empreendimentos solidários por município, apresentando e discutindo o grau de abrangência deles, as formas organizacionais e as características solidárias desenvolvidas, como forma de reflexão dos impactos da economia solidária na geração de trabalho e renda e no processo de desenvolvimento econômico regional.

Os empreendimentos econômicos solidários nos municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo

Em Presidente Prudente, constata-se a existência de três empreendimentos solidários, nas áreas de artesanato, de coleta e reciclagem de resíduos sólidos e de produtos derivados do couro.

No que tange ao empreendimento econômico solidário dos trabalhadores em artesanato de Presidente Prudente, observou-se a existência da associação desde 2003, com a participação de seis trabalhadores no processo de produção de mercadorias derivadas do bordado, do crochê e tricô, da pintura e do tear manual.

A associação sempre funcionou de forma precária, com os trabalhadores produzindo individualmente em suas próprias residências e com maquinário próprio, sem a compra e a venda coletiva das matérias-primas e das mercadorias, constatando-se ainda a inexistência da própria legalização da associação. Portanto, a união dos trabalhadores artesãos não pode ser caracterizada plenamente como solidária ou cooperativa, mas como uma organização com características solidárias e de autogestão, ocorrendo mesmo um esvaziamento nos últimos anos por falta de apoio técnico e financeiro para a formalização do empreendimento e para o aumento da produção e venda dos produtos, tanto na escala local, quanto na escala regional e estadual.¹

A participação no empreendimento se restringe atualmente somente à presidente da cooperativa, porém, a produção é realizada nos finais de semana ou nos feriados, pois a mesma possui um emprego formal e a economia solidária funciona como uma forma de complementação de renda ou de obtenção de maiores ganhos financeiros. Isso representa a extensão da jornada e a exploração do trabalho, pois o trabalhador necessita complementar a renda de

1 Todas as informações referentes a economia solidária desenvolvida nos municípios da 10ª Região Administrativa apresentadas nesse capítulo foram obtidas por meio de trabalhos de campo e da aplicação de questionários junto aos trabalhadores solidários da região.

forma precária e atípica, sendo que o emprego formal não é suficiente para gerar um rendimento que possibilite a reprodução da força de trabalho de forma digna, apontando para um retorno da exploração do trabalho por meio do aumento constante da jornada em detrimento da redução da parte variável do capital, conforme destacou Marx (1988)

Em síntese, o empreendimento funciona de forma complementar à economia dominante e o emprego formal acaba representando a principal fonte de rendimento, sendo a economia solidária, nesse caso, apenas um resíduo ou um apêndice social do modo capitalista de produção e sua forma fundamental de existência, ou seja, o assalariamento formal e a exploração do trabalho como meio de extração de mais-valia relativa para o processo ampliado de reprodução de capital.

Com relação aos empreendedores dos produtos derivados do couro, trabalham como cooperados 62 trabalhadores, sendo 38 mulheres e 24 homens, originários da escola de curtimento de couro de Presidente Prudente e apoiados pelo Rotary Club local. Os cooperados têm baixa escolaridade (ensino fundamental completo) e produzem carteiras, selas, sandálias, rasteirinhas e bolsas (as bolsas são produzidas em grande parte por mulheres cooperadas, representando 80% da produção delas).

O empreendimento não possui sede própria e nem financiamento dos órgãos públicos, sendo apoiado tecnicamente e financeiramente pelo Rotary Club local, que paga os custos de um barracão para guardar os equipamentos e maquinários de uso coletivo, servindo também de local para as reuniões mensais dos cooperados. A matéria-prima é fornecida por um curtume local e a produção é individual, sendo realizada manualmente pelos cooperados em suas residências.

A participação nas reuniões mensais é baixa (em torno de 25% dos cooperados participam das decisões) e a renda auferida é pró-

xima do salário mínimo paulista.² Portanto, a autogestão da produção, venda e divisão dos resultados financeiros da cooperativa é parcial, não havendo uma plena participação nas decisões e deliberações do grupo. Trata-se, por um lado, pois de características autogestionárias apenas e não de formas plenas e permanentes de autogestão e de decisões democráticas e participativas de economia solidária (Guimarães; Salomão, 2006).

Por outro lado, segundo observações de Benini (2003), devido à cultura dominante e hegemônica, que conforma nas pessoas a dependência e a subordinação a superiores, além da naturalização do ato de receber e executar ordens em processos de produção tipicamente capitalistas, a negação de participação nos atos decisórios pelos próprios empreendedores solidários, advindos da dificuldade de incorporar princípios de autogestão, leva à reprodução social na perspectiva da heterogestão, conformando a volta ou a permanência da figura do “coordenador” no lugar do “patrão” ou do “chefe” típicos da produção controlada e vigiada do modo de produção capitalista, que tem no controle dos movimentos dos trabalhadores e da regulação social fordista/taylorista seu maior instrumento de dominação ideológica (Braverman, 1987).

Não participar das decisões do grupo representa a deliberação de domínio e controle para uma figura central, que acaba por substituir, conscientemente ou indiretamente, o papel do chefe de seção ou do gerente de produção, sem as devidas atribuições autoritárias e compulsórias que eles desenvolvem em uma empresa tipicamente capitalista, mas apontando na mesma direção e com as mesmas características da heterogestão capitalista.

A venda da produção, por sua vez, é local e totalmente dependente da Fundação Banco do Brasil (FBB), que compra as mercadorias e garante o mercado para os cooperados. A única forma de venda nacional é a participação anual em uma feira de artesanato

2 Em 2012, o salário mínimo paulista era de R\$ 690,00, passando para R\$ 755,00 mensais a partir de março de 2013.

em Brasília, que é financiada pela fundação ligada ao órgão público federal.

Assim, a solidariedade entre os membros da cooperativa é baixa nas reuniões e decisões coletivas, ocorrendo a participação somente como forma de garantir a venda dos produtos em um mercado cativo ou a exposição em uma escala maior de abrangência, mesmo sendo uma única vez por ano. Nota-se a falta de união para o aumento da produção e das vendas, ausência de sede própria para o funcionamento da cooperativa e financiamentos públicos para a venda dos produtos em escalas geográficas mais amplas, o que aumentaria a renda dos cooperados, a inserção no mercado consumidor e facilitaria no enfrentamento mais efetivo com os produtos chineses, que são os maiores concorrentes dos produtos da cooperativa.

A cooperação, um dos pilares estruturantes das práticas solidárias, definida pelo estabelecimento de objetivos comuns na produção coletiva, na partilha igualitária e justa dos rendimentos, na união dos esforços produtivos e na propriedade coletiva dos meios de produção, fica restrita somente ao uso coletivo dos equipamentos de produção, sem a determinação coletiva e democrática das estratégias de produção e comercialização e a divisão igualitária dos rendimentos obtidos com a venda dos produtos. Por conseguinte, faz-se necessário ressaltar os aspectos pragmáticos do empreendimento solidário, voltado mais para a necessidade de sobrevivência e geração de renda do que necessariamente de estruturação de outros valores, pretensamente superiores de produção e comercialização de produtos para além da lógica de acumulação de capital, hegemônica nas relações econômicas e sociais no mundo contemporâneo.

Por fim, a cooperativa de produtos recicláveis funciona desde 2002 e se caracteriza pela participação de 44 trabalhadores, que auferem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 560,00 e vendem sua produção apenas no mercado local. A escolaridade é baixa (ensino fundamental incompleto) e a jornada de trabalho é de aproximadamente oito horas diárias, com exceção dos sábados e feriados em que a jornada é de quatro horas de trabalho.

Na cooperativa, as decisões são coletivas e o resultado financeiro da produção é dividido igualmente entre os membros, que têm voz e voto com o mesmo peso nas reuniões mensais do empreendimento. A participação resulta das dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho ou como outra opção de renda, com a maioria dos trabalhadores sendo originários do “lixão”, no qual as condições de trabalho eram precárias e desumanas.

Os cooperados recebem apoio de diversos órgãos públicos e entidades da sociedade civil, entre elas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (financiamento de caminhões para a coleta, trituradores de papel, esteira para a seleção e separação dos materiais, entre outros equipamentos), Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) e Universidade Estadual Paulista (Unesp), que elaboram os projetos para a concessão de créditos e financiamentos públicos, a Igreja Católica e o Rotary Club local (Entrevistas de Campo – outubro/novembro 2011).

Conquanto a solidariedade entre os membros, a cooperação na produção, na venda e na divisão dos resultados financeiros e a democracia nas decisões, em torno de 10% dos cooperados não permanecem no empreendimento, pela não concordância com a renda auferida e com a divisão dos resultados obtidos por meio da venda dos materiais recicláveis. Ademais, o empreendimento depende do Estado para continuar funcionando, da assistência social para a obtenção de apoio, de instituições públicas e privadas de ensino superior e de campanhas de conscientização da população na separação do lixo doméstico para a coleta seletiva dos materiais para a reciclagem.

Essas informações contrariam a prerrogativa de que a economia solidária funciona nas interfaces deixadas pela ação do Estado e pela lógica perversa do mercado, como advogam seus teóricos, entre eles Paul Singer (2006). Pelo contrário, mesmo em um empreendimento em que as características solidárias são mais significativas, a dependência de investimentos e financiamentos públicos é explícita, assim como a necessidade de um mercado local para os produtos advindos da reciclagem no município.

Mesmo apelando para a configuração de um ambiente ecologicamente sustentável (Sachs, 1993), por meio da destinação correta dos resíduos sólidos, o empreendimento solidário depende de um mercado para esses produtos, sendo que nem todos os materiais encontram compradores e os produtos originados da reciclagem dependem da lógica do mercado, isto é, os preços são ditados pelas empresas consumidoras e os materiais que são aceitos também passam pelo crivo do mercado, de acordo com a oscilação de preços ou da possibilidade de maiores ganhos com a transformação dos mesmos em novos produtos.

Como exemplo do exposto, pode-se destacar a variação mensal do preço pago aos derivados do plástico, como no caso das garrafas de refrigerante *pet*, que apresentam forte oscilação durante o ano e os materiais originários do vidro, que não encontram mercado consumidor em praticamente quase todo o ano, não sendo economicamente viável para os cooperados sua coleta, separação e venda às empresas recicladoras do município e da região de Presidente Prudente (Entrevistas de Campo – outubro/novembro 2011).

Na mesma linha de raciocínio, essas afirmações estão de acordo com as observações realizadas em torno do conceito de desenvolvimento sustentável no Capítulo 1, em que foi delimitada a necessidade de apreensão dos problemas ambientais de acordo com as reais situações do meio ambiente, não baseada em mitos e em falsas reflexões sobre as necessidades prementes de conservação dos recursos naturais e de preservação do ambiente ecológico em bases sustentáveis (Lomborg, 2002) ou da limitação do desenvolvimento econômico, por meio da supervalorização do meio ambiente em contraposição aos princípios de crescimento econômico e redução das desigualdades sociais, impostas pelos atuais países desenvolvidos como uma nova agenda de desenvolvimento agora considerado sustentável (Chang, 2004).

Da mesma forma, a reciclagem e a preocupação com o meio ambiente, obstruem a necessidade de se repensar o desenvolvimento econômico em outras bases, como forma de reinserir esses trabalhadores na sociedade, por meio de políticas públicas de educação,

saúde, seguridade social, emprego assalariado, entre outros instrumentos de desencadeamento do desenvolvimento econômico nos municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Logo, a reciclagem de resíduos sólidos é tão somente um instrumento de resgate social dos trabalhadores excluídos ou vulneráveis socialmente, por meio do reaproveitamento dos resíduos descartados diariamente pela população, como atestam os benefícios do trabalho cooperado em relação às formas desumanas, insalubres e precárias da antiga atividade desenvolvida no lixão pelos trabalhadores da cooperativa de recicladores de Presidente Prudente.

Assim, a economia solidária praticada na cooperativa está inserida na lógica de mercado (formação de preços, monopólio na aceitação dos materiais reciclados, oscilação de mercado, entre outros) e nas regras monetárias da sociedade capitalista (os “lucros” dependem da oscilação monetária dos preços pagos aos produtos reciclados, não dependendo tanto da produtividade da cooperativa, mas sim do montante colocado no mercado de recicláveis), como assinalou Quijano (2002), observando-se ainda a dependência explícita do Estado, para a continuidade das atividades da cooperativa.

Em resumo, os empreendimentos solidários desenvolvidos em Presidente Prudente, como possíveis instrumentos de enfrentamento do desemprego e da desestruturação do mercado de trabalho local, resultado do movimento geral de reestruturação capitalista das últimas décadas e seus impactos no mundo trabalho, apontam para a baixa abrangência da economia solidária no município, para a baixa geração de trabalho e para a renda mínima auferida pelos membros desses empreendimentos, caracterizando essas iniciativas como complementares ao emprego com carteira assinada ou como formas temporárias de inserção profissional e de sobrevivência diante das dificuldades impostas no mercado de trabalho local nas duas últimas décadas do século XX e neste início de século XXI.

Ademais nem todos os empreendimentos desenvolvem todas as características da solidariedade e da cooperação, com a união entre os membros ficando relegada apenas a alguns aspectos práticos

da economia solidária, voltados a obtenção de juros subsidiados, mercados cativos e protegidos para os produtos e assistência estatal para a continuidade das atividades solidárias. Em outros termos analíticos, a luta pela sobrevivência cotidiana caracteriza esses empreendimentos, isto é, a ideologia da economia solidária como forma superior de produção e distribuição de bens e serviços passa inexoravelmente pela constatação de que os trabalhadores só querem sobreviver por meio da cooperação, da associação e da suposta solidariedade entre eles.

Já no município de Santo Anastácio, a economia solidária é pouco abrangente e envolve a preparação de alunos para a participação em uma feira local de produtos derivados do bordado, da costura, de confecções diversas e do artesanato. A Febisa (Feira do Bordado Industrial de Santo Anastácio) é anual e acontece desde 1985, sempre na primeira quinzena do mês de novembro.

O empreendimento é do tipo informal e a motivação para a sua criação recai sobre a necessidade de complementação de renda e uma alternativa ao desemprego elevado no município e na região. Por ano, são formadas aproximadamente 45 mulheres e cinco homens na escola de artesanato e bordado industrial, que irão expor seus trabalhos na feira anual ou serão empregados das empresas do setor de lingerie do município. Muitos desses formandos, no entanto, irão se transformar em trabalhadores domiciliares ou contratados por produtividade pelas empresas de bordado e costura do município, auferindo uma renda aproximada de R\$ 600,00 mensais.

A preparação na escola é incentivada pela prefeitura local e pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e a venda dos produtos ocorre na Feira anual ou o fornecimento é feito para particulares do próprio município ou da região de Presidente Prudente. Entretanto, observa-se a ausência de incentivos para a compra da matéria-prima, crédito para a expansão da produção, apoio técnico, maquinário e sede própria para a venda dos produtos dos trabalhadores formados pela escola de bordado e costura industrial. Vale ressaltar que os trabalhadores são totalmente

dependentes do espaço mantido pela prefeitura e do maquinário para a produção das mercadorias que irão ser expostas na Febisa.

As características da economia solidária desenvolvida ficam restritas à escola e à feira anual, pois cada trabalhador produz individualmente e em domicílio, compra a matéria-prima separadamente e fornece também para empresas particulares do município, por meio do trabalho domiciliar, por contrato e por produtividade. Isso se deve à suspensão das atividades da cooperativa de trabalhadores em artesanato de Santo Anastácio, que funcionou até o ano de 2003 e foi desativada por motivos legais, técnicos e funcionais.

Com isso, os trabalhadores formados pela escola passaram a expor esporadicamente na Febisa, a produzir para particulares, por meio do trabalho em domicílio e por produtividade e ter sua produção realizada individualmente, sem cooperação e solidariedade. Assim, a solidariedade e os princípios da economia solidária ficam relegados a apenas alguns aspectos práticos da escola, como a preparação técnica para o exercício da atividade artesanal, sem a motivação comunitária e solidária e sem a cooperação na compra coletiva de matérias-primas, na produção e na venda de produtos do bordado, da costura e do artesanato industrial.

Colocado em outros termos, a economia solidária no município de Santo Anastácio está associada à preparação de mão de obra para as empresas de bordado e artesanato locais ou para a produção domiciliar individual vendida para empresas locais ou regionais, descaracterizando as práticas solidárias, pois não há cooperação, solidariedade ou autogestão da produção, mas sim práticas individuais de inserção profissional e de assalariamento formal ou informal, tipicamente capitalistas e a exacerbação da precarização do trabalho, representada pelas atividades domiciliares, por contrato, por produtividade e pela característica temporária e parcial do trabalho realizado pelos trabalhadores artesanais do município de Santo Anastácio.

Em Presidente Bernardes, constatou-se a existência de apenas um empreendimento econômico solidário, localizado na área rural do município e constituído por trabalhadores assentados da reforma

agrária, perfazendo 11 famílias participantes na associação, de um total de 65 famílias assentadas na antiga fazenda Rodeio.

A associação existe desde o ano 2000 e foi criada com o objetivo de complementar a renda dos produtores familiares e para torná-los donos coletivos de um empreendimento, configurada atendendo a exigência para a obtenção de financiamentos públicos, por meio do PAA. Os produtores familiares participam do programa federal desde o ano de 2009, produzindo individualmente para a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e vendem os produtos também nas feiras livres e no comércio local.

A participação na associação é objetivada pela necessidade de utilização de máquinas e implementos agrícolas, por meio do pagamento do óleo diesel e da hora de trabalho do tratorista. Os associados não contam com uma sede própria e as reuniões trimestrais acontecem sempre na residência de algum membro da associação, contando com uma participação significativa (em torno de 90% dos associados participam das decisões e deliberações da associação).

A participação no PAA configurou um mercado cativo e protegido para os produtos da associação, pois os produtores não tinham para quem vender antigamente. Verifica-se também a complementação da renda obtida com a entrega dos alimentos produzidos para entidades assistenciais locais e a produção de leite que é fornecido para uma cooperativa local e o aluguel dos equipamentos da associação para terceiros, como forma de estabelecer um fundo de funcionamento das atividades associativas.

Os empreendedores associados apontaram a necessidade de novas linhas de financiamentos públicos na escala federal e estadual, aumento nos valores anuais dos programas federais e aumento da abrangência do fornecimento para outras escalas geográficas mais amplas, no intuito de possibilitar a sobrevivência no mercado e a superação da dependência do Estado na continuidade e permanência da associação em suas atividades produtivas.

A economia solidária no município de Presidente Bernardes é pouco significativa e abrange apenas um empreendimento econômico solidário. Mesmo no assentamento a participação é muito

baixa, alcançando apenas 17% das famílias assentadas na antiga fazenda Rodeio. A solidariedade pode ser observada apenas na utilização coletiva dos implementos e máquinas agrícolas, sendo a produção individual e direcionada para o fornecimento de alimentos à Conab, por meio do PAA.

Mesmo com a participação significativa nas decisões e deliberações do grupo, a economia solidária se restringe ao aspecto prático e organizacional associado à configuração de um mercado cativo e protegido para os alimentos produzidos e a abrangência apenas local das atividades solidárias, que são caracterizadas essencialmente pelo uso comum dos equipamentos da associação.

O empreendimento também desenvolve apenas algumas características solidárias, associadas intrinsecamente ao fornecimento de alimentos para entidades assistenciais, escolas, hospitais e creches na escala local, sem o desenvolvimento pleno das características solidárias da autogestão, cooperação e solidariedade na produção, na venda e na distribuição dos resultados financeiros da associação. Pelo contrário, a economia solidária, nesse caso, apresenta-se como uma forma complementar e residual ao modo de produção capitalista dominante,³ altamente dependente do financiamento público federal e de um mercado cativo para continuar funcionando, sem causar impactos significativos na geração de trabalho e renda e no processo de desenvolvimento econômico regional.

No município de Pirapozinho, observa-se a existência de dois empreendimentos de economia solidária, sendo uma associação de produtores rurais e uma cooperativa urbana de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, desativada temporariamente por motivos organizacionais, técnicos e financeiros.

No caso da associação de produtores rurais, ela existe desde 1993, mas a participação nos princípios solidários passou a ocorrer

3 Somente o fornecimento de alimentos para as entidades assistenciais não basta, tendo os associados de complementar a renda com a venda de parte da produção nas feiras livres locais e/ou regionais, tornando as iniciativas solidárias residuais e complementares às formas capitalistas de obtenção de rendimentos e de sobrevivência individual e familiar.

a partir do ano de 2010, por meio da mudança de estatuto para o fornecimento de alimentos para as escolas municipais, por meio do Pnae, que consiste no repasse de recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para as prefeituras, exigindo-se no mínimo a aquisição de 30% dos gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, sobretudo no caso da agricultura familiar dos assentamentos de reforma agrária, das comunidades tradicionais indígenas e das comunidades quilombolas.

Para o fornecimento dos alimentos à merenda escolar, a associação mudou a razão social, o estatuto jurídico interno e passou a apresentar a DAP (Declaração de Aptidão) ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), como exigência para a participação no programa federal, como forma de ajustamento às regras gerais para a destinação dos produtos e alimentos para a merenda escolar municipal.

A participação na associação é conformada pela presença de 75 famílias de produtores rurais do município, sendo aproximadamente 40% da agricultura familiar. Do total de famílias participantes, 60% mantêm mão de obra assalariada ou contratada na produção e colheita dos produtos agrícolas.

A associação dispõe de um trator, uma grade Roma, uma niveladora, um tombador, uma calcareadeira e uma roçadeira para uso coletivo dos associados, que pagam uma taxa para a utilização agendada previamente e uma contribuição simbólica mensal para a manutenção de um tratorista assalariado e mantido pela associação. Os implementos agrícolas ficam guardados na Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), que dispõe também de uma plantadeira para uso coletivo dos associados.

As reuniões da diretoria são mensais e as assembleias gerais são realizadas uma vez por ano, contando com uma baixa participação, girando em torno de 30% dos associados. Mesmo com o fornecimento para a merenda escolar municipal, a associação vende os produtos e alimentos também nas feiras livres locais e regionais

e fornece batata doce para um grupo atacadista de Promissão, no interior do estado de São Paulo.

A associação não possui sede própria e nem recebe apoio financeiro de órgãos estatais, sejam locais, estaduais ou federais, somente assistência técnica da Cati. Todavia, no que tange às características solidárias, as mesmas são desenvolvidas parcialmente, especificamente na utilização dos implementos agrícolas e no fornecimento para a merenda escolar, sendo baixa a participação democrática nas deliberações e decisões coletivas. Vale frisar o fato indubitável do assalariamento formal em 60% das atividades produtivas, o que descaracteriza a prática solidária como uma atividade coletiva, autogestionária, cooperativa e solidária entre os associados. A escala de abrangência apenas local dificulta a inserção mais abrangente e a ampliação da produção, que carece de maior apoio técnico, financeiro e administrativo dos órgãos estatais de fomento à agricultura familiar.

No caso da cooperativa de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, observou-se a existência plena da mesma entre 1990 e 2003, sendo constituída como uma alternativa ao desemprego, como possibilidade de maiores ganhos financeiros e como uma forma de complementação de renda. A cooperativa deixou de funcionar por problemas técnicos, financeiros e organizacionais, pela ausência de apoio municipal para a aquisição de máquinas e equipamentos e pela inexistência de campanhas de coleta seletiva no município. Toda a coleta era feita manualmente e as vendas dependiam do mercado local de materiais reciclados, o que impossibilitou a continuidade das atividades de reciclagem de resíduos sólidos por parte dos cooperados.

Fica explícita também a necessidade da utilização das potencialidades locais de desenvolvimento em articulação com políticas públicas estaduais e federais, fundamentadas em projetos de desenvolvimento nacional e regional, sem o que a economia solidária fica relegada ao segundo plano, sendo os empreendimentos apenas constituídos por projetos pontuais e isolados de geração de trabalho

e renda insuficientes para promover a inserção profissional e o desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, a economia solidária apresenta-se como uma possibilidade pouco significativa no município, ficando relegada aos aspectos práticos de participação em um mercado cativo de fornecimento para a merenda escolar municipal, sendo dependente da manutenção de um programa federal de aquisição de alimentos e da utilização de implementos agrícolas para a atividade produtiva agrícola familiar, sem a possibilidade de ampliação dos princípios solidários para outras atividades econômicas, apresentando resultados pouco significativos na geração de trabalho e renda e no processo de desenvolvimento econômico local e regional.

A solidariedade em Presidente Venceslau está configurada pela presença de uma iniciativa na área rural, conformada pela produção de um assentamento da reforma agrária que fornece para o PAA.

Outras três iniciativas foram extintas há pelo menos quatro anos, devido à ausência de financiamentos públicos, linhas créditos para o empreendedor solidário e assistência técnica deficiente ou ausente. Nesse caso, a padaria comunitária de um assentamento de reforma agrária e um grupo de doces de mulheres assentadas de outro assentamento do município deixaram de funcionar por dificuldades na comercialização dos produtos na escala local, pela falta de legalização do grupo de trabalho, pela ausência do selo de inspeção sanitária municipal (exigência para fornecer para os supermercados e estabelecimentos comerciais maiores) e por problemas organizacionais e operacionais das associações comunitárias, a despeito de as mesmas terem sido fundadas e atuarem como alternativas ao desemprego, no intuito de obter maiores ganhos financeiros e na complementação da renda dos associados.

As dificuldades de produção em larga escala e a comercialização apenas local dos produtos, impossibilitou a continuidade das atividades solidárias e levou à desativação do empreendimento temporariamente, já que existe a possibilidade de reorganização dos associados para o fornecimento de alimentos diversos para o PAA ou para o Pnae.

Já no caso de uma cooperativa de trabalhadores de costura, a iniciativa solidária deixou de funcionar há três anos, após operar de forma precária por um ano. Eram 20 trabalhadores solidários, com faixa etária entre 18 e 60 anos de idade e escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental, em sua grande maioria formada por mulheres da comunidade, que auferiam uma renda estimada de R\$ 400,00 mensais.

Fundada como uma alternativa ao desemprego elevado no município e na região, pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho (devido à baixa escolaridade e à idade avançada da maioria dos membros), com o intuito de obtenção de maiores ganhos financeiros para a complementação da renda e como forma de tornar os associados donos do próprio negócio, o grupo funcionou precariamente em um salão comercial com espaços reduzidos, por um período muito curto, não obtendo apoio financeiro, organizacional ou técnico para continuar operando.

No que tange às características solidárias desenvolvidas, somente o espaço de produção era coletivo, a compra das matérias-primas, a venda das mercadorias e a divisão dos lucros por produtividade. O maquinário e a produção eram individuais e a venda dos produtos era local, comunitária ou municipal, o que dificultou sobremaneira a expansão dos negócios e a manutenção das atividades dos associados. Pelo despreparo técnico, espaço reduzido e falta de máquinas mais modernas, o grupo informal não conseguiu expandir a produção de confecções e concorrer com os preços mais baratos das grandes marcas ou oficinas de confecções do próprio município, da região de Presidente Prudente e de outras regiões do estado de São Paulo e do Mato Grosso do Sul.

Mesmo com o apoio administrativo do Sebrae local, faltou, aos trabalhadores solidários, o acesso a meios técnicos mais eficazes, espaço maior para a produção, crédito público estadual ou federal, espaço para a exposição das mercadorias e preparo logístico e administrativo para a venda dos produtos em escalas geográficas mais abrangentes, para além do espaço local, comunitário e municipal.

A maioria dos ex-membros da atividade solidária está inserida no mercado de trabalho formal em outros setores de atividade econômica ou costuram em domicílio e por encomenda, como forma de complementação de renda, sendo a atividade de costura no primeiro caso, apenas uma atividade complementar ao emprego formal em outras áreas de atuação profissional e de sobrevivência pessoal, familiar e comunitária.

Essas informações apontam para a constatação de que a economia solidária necessita do apoio estatal para sobreviver ou para expandir suas atividades, contrariando as prerrogativas advogadas pelos teóricos solidários de que os empreendimentos comunitários agem nas interfaces ou nas lacunas deixadas pelo modo de produção capitalista e para além das determinações do Estado. Pelo contrário, a ausência de estímulo estatal, linhas de crédito especiais, mercados cativos e protegidos da concorrência capitalista, levam à falência da atividade solidária, como no caso do grupo informal urbano de Presidente Venceslau, que atuou temporariamente e precariamente no setor de confecções do mercado local, comunitário ou municipal.

A única atividade solidária funcionando plenamente no município está assentada numa associação de produtores da agricultura familiar de um assentamento de reforma agrária local, conformado pela participação de 45 famílias que auferem uma renda mensal aproximada de R\$ 600,00 mensais, por meio da entrega de mercadorias para o PAA, para o Pnae ou da venda de leite *in natura* para laticínios da região.

A produção é realizada individualmente e a entrega para as entidades assistenciais do município é coletiva. De uso comum, os associados têm uma calcareadeira, uma roçadeira e um trator, cuja utilização é realizada por meio do pagamento da hora de produção e do pagamento mensal de uma taxa de funcionamento e manutenção da associação.

Mesmo com o apoio técnico e organizacional da prefeitura municipal e da Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo (Itesp), contando com uma sede própria e com ampla participação dos membros da comunidade nas decisões e deliberações, os

associados têm dificuldades de acesso à água no assentamento, na comercialização dos produtos e na ampliação da produção. Se produzir mais alimentos, não existe a possibilidade de venda, pois a outra opção, representada pela feira livre local, está saturada de mercadorias dos assentados e os preços são baixos, havendo também a concorrência com comerciantes que adquirem mercadorias de outras áreas da região de Presidente Prudente e até mesmo de outras regiões do estado de São Paulo.

Essas informações apontam para a necessidade de ampliação da escala de atuação e alcance dos produtos da associação como forma de sobrevivência no mercado e de ampliação da produção. Indicam também a necessidade de linhas de crédito especiais, de apoio logístico e operacional por parte do poder público, pois somente o fornecimento para o PAA e para o Pnae não é suficiente para propiciar renda e trabalho para todos os associados, bem como o espaço local de venda dos produtos não é suficiente para manter os associados nas atividades solidárias.

Em termos conclusivos, a economia solidária no município de Presidente Venceslau necessita de apoio permanente dos órgãos públicos locais, estaduais e federais para continuar funcionando, sem o que as atividades entram em falência ou são suspensas temporariamente ou permanentemente (grupo informal de costura, grupo de doces e padaria comunitária) ou não conseguem expandir seus negócios e fornecer para outras regiões (produtores familiares de assentamento de reforma agrária), contrariando a teoria central da economia solidária que aponta que as iniciativas cooperativas e associativas atuam independentemente do Estado e das regras capitalistas de produção, circulação e lucratividade mercantil.

No município de Teodoro Sampaio, a economia solidária está representada pela existência de um empreendimento na área urbana do município, conformado por uma cooperativa de trabalho educacional, atuando na área de fornecimento de serviços de ensino e aprendizagem. Funcionando desde a década de 1990, o empreendimento se tornou solidário a partir de 2000, mudando o estatuto para se enquadrar na motivação social e filantrópica e nos

princípios cooperativos. A motivação alternativa ao desemprego e a possibilidade de configuração de um negócio do qual todos são donos, também determinaram as mudanças rumo aos princípios econômicos solidários.

Participam do empreendimento 22 mulheres e sete homens, que têm direito a voz e a voto nas decisões da cooperativa educacional. A escola emprega aproximadamente 45 trabalhadores, que são assalariados formais e se enquadram nas regras da legislação trabalhista em vigor no país. Do total de cooperados, apenas oito trabalham diretamente no empreendimento e a vantagem principal de participar da cooperativa é a de ter bolsa de estudos para os filhos.

As assembleias são mensais e contam com ampla participação nas decisões e deliberações da cooperativa. Todo o resultado financeiro é reinvestido na ampliação do espaço físico, na aquisição e renovação de equipamentos e na capacitação de mão de obra, visando a melhoria da prestação do serviço educacional, sendo que no último calendário jurídico e financeiro os resultados e os lucros obtidos foram direcionados para o pagamento das despesas e não possibilitou nenhuma sobra ou excedente financeiro.

Os serviços educacionais são fornecidos fundamentalmente para estudantes locais, comunitários ou municipais, notando-se a dificuldade de acesso a juros subsidiados e empréstimos mais baixos, impossibilitando a ampliação das atividades cooperativas e a abrangência dos serviços para a escala regional ou estadual. Ademais, a partir de maio de 2011, a cooperativa alterou o estatuto e passou a contribuir para o Simples (Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), medida decorrente dos altos custos, taxas e impostos cobrados do grupo na antiga forma de cooperativa de trabalhadores.

Portanto, no município de Teodoro Sampaio, a economia solidária é pouco significativa, representada por apenas um empreendimento econômico solidário na área urbana e de prestação de serviços educacionais. As características solidárias desenvolvidas estão configuradas pela possibilidade de acesso a serviços de ensino e aprendizagem de melhor qualidade, por meio de bolsas de estudos para os

cooperados. A contratação e assalariamento formal de trabalhadores que atuam nos serviços administrativos, financeiros, jurídicos, de limpeza e higienização e atuação profissional diretamente no processo de ensino e aprendizagem, descaracterizam a solidariedade e a cooperação no empreendimento, tornando-a uma iniciativa complementar às regras e às leis do mercado capitalista, articuladas aos aspectos práticos e funcionais da economia solidária, assentadas na cooperação como forma de acesso à bolsas de estudos e a um ensino de melhor qualidade para os filhos dos cooperados.

Nesse caso, o assalariamento formal descaracteriza o empreendimento como sendo solidário, isto é, torna impraticável a autogestão considerada como um atributo fundamental da prática solidária, permeada pela inexistência de patrões e empregados e de relações hierárquicas de dominação e de poder. Segundo as análises das afirmações intelectuais do próprio formulador teórico da economia solidária no Brasil, Singer (2002), o empreendimento educacional se enquadra na categoria de cooperativa mista, por separar o trabalho e o capital dos cooperados, não evitando, dessa maneira, as reivindicações de melhores condições de trabalho por parte dos trabalhadores assalariados, a exploração do trabalho como fonte formadora do capital e da luta de classes subjacente às relações hierarquizadas no interior da cooperativa prestadora de serviços educacionais.

Os princípios solidários no município de Mirante do Paranapanema estão representados pela existência de quatro empreendimentos rurais, atuando nas áreas de produção de leite, de doces diversos e de derivados da mandioca. Dos empreendimentos, três são associações de produtores rurais familiares assentados da reforma agrária e um é constituído por um grupo informal de assentados produtores de leite *in natura* e de seus derivados.

Observou-se a existência de uma associação comunitária no período de 2002 até meados do ano de 2007, composta por produtores familiares assentados da reforma agrária e atuando na liberação de área comunitária para o assentamento, na construção de um poço comunitário e no projeto do biodiesel para os assentados da reforma agrária da região.

Os associados se reuniam mensalmente e todos tinham voz e voto nas decisões e deliberações associativas. Participavam aproximadamente 30 famílias do assentamento, dentre as quais apenas 30% decidiam coletivamente nas reuniões da associação. Contavam com sede própria para as reuniões e nenhum apoio técnico, logístico ou financeiro para alcançar os objetivos propostos.

A suspensão das atividades da associação foi motivada pela ausência de um objetivo comum a todos e pela criação recente de novas associações direcionadas para a produção de alimentos para o PAA e para o Pnae.

No que diz respeito às associações em pleno funcionamento, nota-se a existência de uma associação de produtores familiares rurais do assentamento Santa Apolônia, participantes da economia solidária desde 2003, contando com a participação de 12 famílias assentadas, que auferem uma renda mensal aproximada de R\$ 500,00. Os associados se reúnem a cada dois meses em uma sede própria na casa do presidente, onde decidem coletivamente a produção, venda e divisão dos resultados financeiros das atividades associativas.

Cada família associada produz individualmente a matéria-prima dos produtos em seus lotes para, posteriormente, produzir doces de forma coletiva. Há a necessidade de aquisição de excedentes de produção de outros assentamentos do município para compor a matéria-prima dos produtos da associação. A produção é quase toda manual e alguns equipamentos são de uso coletivo, como a cozinha comunitária na sede da associação. Os custos com a água e a energia elétrica são divididos coletivamente e a jornada de trabalho é de seis dias semanais (oito horas diárias durante a semana e quatro horas nos sábados). A produção é direcionada para o Programa de Aquisição de Alimentos e o excedente é vendido nas feiras livres locais e, anualmente, na Fejup (Festa Junina de Pirapozinho).

Sem embargo da entrega para o PAA, os associados estavam há, aproximadamente, 90 dias sem produzir, devido ao fato de terem atingido a cota anual de R\$ 5.500,00 de alimentos fornecidos a entidades assistenciais locais e não terem condições técnicas e opera-

cionais para produzir em larga escala e redirecionar a produção para supermercados, quitandas ou grandes redes de varejo regionais. Colocado de outra forma, os associados não conseguem fornecer em grandes quantidades e concorrer no preço e na qualidade dos produtos. A ausência de Selo de Inspeção Sanitária Municipal (SIM), para o caso dos derivados do leite, impossibilita a ampliação da produção e a abrangência maior de alcance das atividades associativas.

Os associados não tiveram apoio estatal para a fundação da associação e para o seu funcionamento e necessitam de linhas de crédito subsidiadas, maquinário e tecnologia moderna para a produção ampliada, apoio logístico para a comercialização e local próprio para a exposição dos produtos.

Em resumo, a associação funciona precariamente e depende de um mercado cativo e protegido para os produtos, representado pelo fornecimento para o PAA. Ademais, os associados não estão preparados tecnicamente para ampliar a produção e fornecer em larga escala, dependendo da tutela do Estado para continuar produzindo de forma associativa. A economia solidária, nesse caso, fica relegada aos aspectos práticos da associação como forma de participar de um mercado cativo, restrito a entrega de alimentos para entidades assistenciais locais, comunitárias ou municipais.

No mesmo assentamento, funciona outra associação formada por produtores rurais familiares que participam do PAA desde 2007, atuando na produção de derivados de mandioca (farinha, polvilho etc.). A associação existe desde 2003 e conta com a participação de 40 famílias assentadas da reforma agrária do município, que auferem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 500,00. As reuniões são trimestrais e contam com baixa participação dos associados (em torno de 30%), sendo a principal motivação para a iniciativa associativa a complementação de renda familiar.

A produção é realizada separadamente e em domicílio pelos associados e a entrega é coletiva, local e municipal, para as entidades assistenciais cadastradas no PAA. O único apoio que tem é do Itesp e as dificuldades recaem sobre a necessidade de apoio técnico, de sede própria, de espaço físico apropriado para a produção, de linhas

de crédito especiais, de equipamentos de irrigação, entre outras condições técnicas e operacionais.

A produção de derivados de mandioca, nesse caso, é direcionada mais para a sobrevivência familiar, configurando-se como uma forma complementar de renda. Observa-se que os princípios solidários ficam restritos à participação no PAA, por meio da entrega coletiva a partir das iniciativas associativas. A associação funciona de forma precária e complementar a lógica mercantil capitalista, sem a solidariedade dos associados na produção, venda e divisão dos resultados financeiros.

Em outro assentamento do município (Santa Carmen), cinco produtores rurais familiares se reuniram num grupo informal para fornecer leite para os laticínios da região. Funcionando desde 2004, o grupo produzia leite individualmente em seus lotes, a entrega era coletiva e facilitava na formação dos preços junto ao laticínio, possibilitando uma renda maior ao produtor, já que os laticínios pagam preços menores quando a produção e a entrega são realizadas individualmente.

Da mesma maneira da obtenção de preços maiores no produto, fornecendo coletivamente, a união dos produtores rurais familiares possibilitava também selecionar a empresa que pagava mais pelo leite e a manutenção na estabilidade dos preços nas épocas de forte oscilação na produção, como no período de estiagem na região, nos meses de junho, julho e agosto.

De uso comum, os membros do grupo tinham à sua disposição um resfriador de leite e a compra de insumos e rações era coletiva, facilitando a aquisição dos produtos com preços reduzidos. As reuniões eram mensais e o grupo contava com o apoio dos técnicos do Itesp para a realização das atividades e a melhoria da qualidade do leite. O fornecimento era local e regional para um laticínio do próprio município de Mirante do Paranapanema.

As atividades do empreendimento solidário estão suspensas desde 2010, devido à distância da sede e pelo fato de que cada assentado queria ter o seu próprio resfriador, o que desarticulou as atividades coletivas, resultando na entrega individual do leite

e na compra de insumos e rações para o gado também de forma individual.

Não obstante a união dos assentados para o fornecimento coletivo de leite para os laticínios da região, a participação no grupo informal era baixa, perfazendo apenas cinco famílias produtoras rurais, num total de 37 famílias assentadas da reforma agrária. Como a maioria dos assentados é formada por aposentados e os jovens não querem trabalhar diretamente na terra, transformando-se em empregados assalariados nas usinas de açúcar e álcool da região, as atividades solidárias desenvolvidas estavam voltadas para a complementação da renda familiar.

Em outro assentamento do município (Flor Roxa), outro grupo de produtores familiares fornece leite para o PAA desde o ano de 2011. Funcionando desde 2001, o grupo informal conta com a participação de 21 famílias assentadas da reforma agrária, auferindo uma renda mensal de aproximadamente R\$ 400,00.

O grupo não tem sede própria, nem equipamentos de uso coletivo, sendo que as reuniões acontecem duas vezes ao mês na casa de algum associado. O grupo conta com apoio técnico apenas do Itesp local e os trabalhadores reivindicam linhas de créditos especiais, taxas de juros subsidiadas, maquinários e apoio logístico e técnico para ampliar a produção e a escala de abrangência da entrega dos produtos do leite e seus derivados.

A produção de leite é individual e as atividades solidárias ficam relegadas somente à entrega coletiva para as entidades assistenciais do município. A produção rural familiar configura-se como um complemento de renda, voltado para a sobrevivência familiar, sem a solidariedade e cooperação na produção, compra de matérias-primas, venda coletiva e distribuição igualitária dos resultados financeiros do grupo informal. A existência do grupo é motivada pela entrega do leite *in natura* em um mercado cativo e protegido, conformado pela participação em um Programa Federal de Aquisição de Alimentos, impossibilitando a ampliação da produção por motivos técnicos, financeiros e logísticos.

A economia solidária no município de Mirante do Paranapanema funciona de forma complementar e residual aos ditames da economia capitalista dominante, necessitando de um mercado cativo para os produtos dos assentados da reforma agrária, representado pelo PAA e da proteção do Estado para a permanência das atividades associativas, sem o que elas não conseguem competir em quantidade e qualidade com os produtos mercantis e privados colocados à disposição dos consumidores. A abrangência apenas local da venda dos produtos também dificulta sobremaneira a expansão das atividades, que necessitam também de apoio técnico, administrativo, organizacional, financeiro e logístico do Estado para ser ampliadas plenamente nos moldes solidários.

Assim, a economia solidária no município padece dos problemas de estabelecimento de laços sociais entre os trabalhadores associados, dificultando o rompimento da lógica capitalista de hierarquização e individualismo na produção e divisão dos rendimentos financeiros, assim como a dimensão econômica apontada por Lechat (2003), no que refere às determinações de custos adequados de produção, distribuição ou prestação de serviços comunitários, da organização produtiva para a obtenção de sobras e excedentes para a ampliação das possibilidades e opções para outras escalas geográficas de atuação e fornecimento dos produtos solidários.

Em Rosana, outro município da região, constatou-se a existência de cinco empreendimentos com características solidárias, reorganizados ou formados fundamentalmente para o fornecimento de alimentos para as entidades assistenciais locais, por meio da participação no PAA.

Dessa forma, no assentamento Gleba XV de Novembro, as mulheres se uniram há 22 anos para a produção de doces, pães, frutas e bolacha, contando com a participação de 16 famílias assentadas da reforma agrária, que auferem uma renda aproximada de R\$ 500,00 mensais.

Os motivos para a formação da associação recaíram sobre a necessidade de complementação da renda familiar, para a obtenção de maiores ganhos financeiros e como uma possibilidade de formar

um empreendimento no qual todas seriam sócias ou donas dos meios de produção.

A associação não possui sede e as reuniões e assembleias acontecem uma vez ao mês na casa de algum associado ou do presidente, contando com participação de 100% dos membros do grupo, sendo 85% formada por mulheres aposentadas que produzem individualmente em seus lotes e comercializam ou entregam para a merenda escolar da rede municipal de ensino e, atualmente, passaram a fornecer para o PAA. Somente as compras de matérias-primas, o uso de instrumentos de trabalho e as decisões e deliberações do grupo são coletivos.

As dificuldades de transporte e escoamento da produção para o centro urbano, devido às distâncias e a ausência de infraestrutura nos assentamentos para a ampliação da produção e a expansão da escala de fornecimento para outras áreas do estado ou para outras regiões do Paraná e do Mato Grosso do sul, são os problemas que permeiam a associação de produtores rurais do município.

Em outra associação do município de Rosana, fundada em 2005 e contando com a participação de 50 famílias assentadas da reforma agrária, a produção é realizada individualmente pelos trabalhadores associados, que produzem leite, verduras, milho e mandioca para o Programa de Aquisição de Alimentos. Todos os produtos são fornecidos localmente, somente o leite *in natura* é fornecido para um laticínio da região.

Como motivos para a criação da associação, sobressaem-se a necessidade de complementação da renda familiar e a possibilidade de obtenção de maiores ganhos financeiros, por meio do fornecimento de alimentos para as entidades assistenciais locais.

A associação não possui sede própria e a participação nas reuniões gira em torno de 70%, sendo realizada uma vez ao mês na casa de algum associado. Os trabalhadores auferem uma renda mensal de um a dois salários mínimos, variando ao longo do ano, devido à sazonalidade da produção, que apresenta queda nos meses de forte estiagem na região.

Mesmo com o fornecimento do excedente de produção para os programas federais de apoio à agricultura familiar, constata-se a necessidade de complementação da renda familiar nos lotes vizinhos, por meio do trabalho como diaristas e a venda dos produtos nas feiras livres locais.

Nesse caso, a economia solidária e o trabalho associado configuram-se como uma possibilidade de complementação da renda e a manutenção do trabalhador no meio rural, apresentando necessidade de mais investimentos em infraestrutura nos assentamentos, para o escoamento da produção (melhorias nas estradas e meios de transporte mais eficientes), a formulação de projetos para aumentar a produtividade dos assentados, linhas de financiamentos estaduais e empréstimos com juros subsidiados, ou seja, somente os empreendimentos associativos não bastam para fortalecer a agricultura familiar e formular um projeto de desenvolvimento regional de longo prazo.

Outra associação de trabalhadores com características solidárias funciona desde 2004 e conta com a participação de 35 famílias assentadas da reforma agrária de Rosana, que auferem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 750,00, produzindo individualmente em seus lotes leite e hortifrutigranjeiros em geral, fornecidos para as entidades assistenciais do próprio município de Rosana. Somente o leite é vendido para um laticínio regional.

A participação nas decisões e deliberações da associação gira em torno de 30% dos associados, sendo a participação coletiva realizada apenas na compra de medicamentos, rações, sal, entre outros, e no uso de resfriadores de leite, que são espalhados em pontos estratégicos do assentamento, permitindo que todos os trabalhadores tenham possibilidade de escoar a produção, fornecendo o leite por preços adequados e diferenciados daquele fornecido individualmente pelos produtores ao laticínio.

Mesmo com a participação no PAA, observa-se a necessidade de complementação da renda familiar nos lotes vizinhos, por meio do trabalho como diarista e a necessidade de venda do excedente de produção nas feiras livres locais e regionais.

As dificuldades apontadas pelos trabalhadores associados foram direcionadas para a ausência de assistência técnica no assentamento, necessidade de mais financiamentos públicos, por meio de linhas de crédito subsidiadas e a ampliação da participação do Itesp e do Inkra (Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária), por meio de convênios e de mais recursos e investimentos financeiros nos assentamentos, principalmente na infraestrutura e no escoamento da produção.

Por fim, no município de Euclides da Cunha Paulista, constata-se a existência de quatro empreendimentos econômicos solidários, formados como associações de produtores rurais familiares da reforma agrária.

No assentamento Santa Rosa, a associação existe desde 2007 e é formada por 20 famílias assentadas da reforma agrária. A produção de leite envolve 90% das atividades dos associados, sendo os 10% restantes de produtos hortifrutigranjeiros que são comercializados nas feiras livres locais e regionais. A produção é individual e a entrega é coletiva para um laticínio localizado no município de Teodoro Sampaio.

As reuniões são bimestrais e a participação dos associados nas decisões e deliberações gira em torno de 30% dos membros. Os associados possuem sede própria, dois resfriadores de leite e compram coletivamente insumos agrícolas, tais como ração, sal, medicamentos, arame, entre outros.

Contudo, apesar da união na compra das matérias-primas e na entrega do leite *in natura* para o laticínio, os associados não conseguem produzir em larga escala para o mercado consumidor, nem ampliar a produção e a escala de abrangência dos produtos da associação, devido à ausência de apoio técnico e financeiro e da inexistência de um Selo de Inspeção Sanitária Municipal para os produtos derivados do leite.

Além disso, muitos associados precisam complementar a renda como trabalhadores assalariados em uma destilaria de álcool da região, pois não conseguem sobreviver apenas com os rendimentos da produção de leite e de hortifrutigranjeiros, sobretudo no

período de forte estiagem na região que impossibilita a manutenção da produção nos mesmos patamares das outras épocas do ano. Vale frisar também, que a associação foi fundada com o intuito de participar do Projeto do Biodiesel, voltado exclusivamente para a produção do pinhão-manso, matéria-prima do biodiesel. A partir da derrocada ou da suspensão do Projeto do Biodiesel, os associados foram obrigados a optar pela produção de leite e atualmente estão se organizando para fornecer para as entidades assistenciais do município, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

Em outro assentamento do município (Guana Mirim), 20 produtores familiares rurais se reuniram para fornecer alimentos para o PAA e para o Pnae, atuando desde 2010, na produção de mandioca, milho, verdura e legumes nos lotes do assentamento. A mandioca é fornecida para uma feclaria do estado do Paraná, distante aproximadamente 30 quilômetros do assentamento.

As reuniões da associação são bimestrais e contam com 85% de participação dos associados, que são orientados desde o plantio até a entrega dos produtos para as entidades assistenciais do município. A grande dificuldade dos associados está voltada para obtenção da água no assentamento e a ausência de apoio técnico dos órgãos estatais. Nesse caso, os associados só recebem apoio do Sindicato Rural do Município de Euclides da Cunha Paulista.

Outra dificuldade recai sobre o não recebimento dos alimentos nas férias escolares dos alunos da rede estadual de ensino, comprometendo a entrega dos produtos para o Pnae e a forte oscilação do preço da mandioca em certas épocas do ano, devido ao monopólio da formação dos preços engendrado pelas empresas compradoras do produto. A ausência de apoio do poder público local, de sede própria para as reuniões e deliberações da associação, acesso ao crédito federal e estadual e maquinários modernos, são outras dificuldades para a ampliação da produção e da escala de abrangência dos produtos dos trabalhadores.

Devido às variações sazonais da produção, mormente a instabilidade nos meses de estiagem, por um lado, muitos associados

procuram complementar a renda em uma destilaria de álcool da região, por meio do assalariamento formal. Por outro lado, devido à escolaridade dos associados ser baixa e a configuração familiar ser formada por muitos membros, os associados são obrigados a complementar a renda também com a venda dos produtos nas feiras livres municipais e regionais.

A ausência de equipamentos e máquinas de uso coletivo dos associados os obriga a contratar serviços de terraplenagem de particulares, encarecendo os custos de produção e diminuindo a margem de “lucro” dos produtos. Portanto, a associação funciona de forma precária e depende do Estado para continuar suas atividades. Nesse caso, a economia solidária fica restrita a entrega coletiva de produtos para as entidades assistenciais do município, verificando-se o fato da necessidade de complementação de renda em outras atividades econômicas para a sobrevivência familiar e para a continuidade das atividades da associação.

No assentamento Gleba XV de Novembro, setor 5, funciona uma associação de produtores familiares rurais, atuando na produção de leite e mandioca. O leite é fornecido para um laticínio de Teodoro Sampaio e a mandioca para uma fecularia mantida pelo poder público municipal. Participam da associação 26 famílias assentadas da reforma agrária, sendo que somente 70% delas decidem e deliberam nas reuniões mensais do grupo solidário.

As compras de matérias-primas são coletivas (medicamentos, ração, sal e implementos agrícolas em geral) e a produção é realizada individualmente nos lotes dos assentados. Alguns associados precisam complementar a renda nas feiras livres locais, sendo que a associação está se organizando legalmente e operacionalmente para entregar alimentos para as entidades assistenciais do município, por meio do PAA.

Nesse contexto, a economia solidária funciona apenas de forma residual e complementar à lógica econômica dominante, representada pela participação em um mercado cativo e a necessidade de complementação de renda, por meio da participação em uma associação e da entrega coletiva para um Programa Federal de Aquisição

sição de Alimentos e fornecimento para entidades assistenciais locais, comunitárias e municipais.

No assentamento Nova Esperança, funciona também outra associação de produtores familiares da reforma agrária. São 30 famílias associadas que fornecem para o PAA e para um laticínio do município, vendendo também os produtos nas feiras livres locais, para complementar a renda familiar.

A associação funciona há seis anos e conta com o apoio técnico do Itesp local, tendo como principais dificuldades a infraestrutura para o escoamento da produção, o acesso à água e à irrigação comunitária e a ausência de tecnologias modernas para a ampliação da produção. A produção é realizada individualmente e a entrega é coletiva, realizada para as entidades assistenciais do próprio município. A distância dos grandes centros consumidores e a atividade dos atravessadores também são motivos que dificultam a ampliação da escala de abrangência dos produtos dos associados.

A solidariedade é realizada somente na entrega dos alimentos para as entidades assistenciais e para o laticínio, sem a cooperação na produção, venda e distribuição dos resultados financeiros da associação, isto é, a economia solidária está voltada para os aspectos práticos de participação em um mercado cativo e protegido pelo Estado, possibilitando o desenvolvimento de atividades solidárias no assentamento.

A economia solidária no município de Euclides da Cunha Paulista é desenvolvida residualmente e complementarmente à lógica capitalista dominante, representada pela participação em um mercado cativo e protegido pelo Estado (Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal). As associações não conseguem competir com os produtores privados e, mesmo com a renda certa e permanente da entrega dos produtos às entidades assistenciais, alguns associados necessitam complementá-la em atividades assalariadas, vender seus produtos nas feiras livres locais e entregar os produtos para empresas privadas que ditam os preços e as formas de participação em um mercado capitalista e concorrencial.

Assim, a economia solidária no município depende do Estado para continuar funcionando, por meio da associação dos produtores rurais familiares assentados para o fornecimento de alimentos para um programa federal de assistência alimentar às populações vulneráveis ou em risco de insegurança alimentar.

Em outros termos, no município de Euclides da Cunha Paulista, observam-se as mesmas dificuldades e problemas de socialização solidária entre os trabalhadores, de rompimento das correntes individualistas e hierarquizadas de poder capitalista e de produção de excedente econômico, compatível com custos produtivos adequados para a obtenção de sobras para o (re)investimento na produção agrícola familiar, apontados por Lechat (2003). Com isso, fica restrita ao plano ideológico a perspectiva da economia solidária como conformação de uma nova forma de produção e distribuição, alternativa e superior ao capitalismo dominante e hegemônico neste início de século XXI, seja em termos de padrões sociais, ecológicos, políticos ou tecnológicos (Cattani, 2003).

Para além do discurso, as contradições da economia solidária para o desenvolvimento econômico regional e para a superação da crise do mundo do trabalho

A economia solidária nos municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo caracteriza-se pela baixa participação e união dos trabalhadores em empreendimentos associativos e cooperativos com características solidárias, apontando para um reduzido impacto na geração de trabalho e renda e um instrumento pouco eficaz de combate ao desemprego, considerando que o conceito fundamental da solidariedade entre os trabalhadores tenta substituir o emprego formal assalariado pelo trabalho autônomo, associativo e cooperativo como forma de enfrentamento da crise do mundo do trabalho das últimas décadas e suas consequências para as organizações dos trabalhadores, tais como desemprego em larga

escala, precarização do trabalho e informalização das condições e relações de trabalho.

Mesmo em um contexto de concentração das iniciativas solidárias nos assentamentos de reforma agrária da região, assentada na produção familiar dos pequenos produtores direcionada para o fornecimento de alimentos às entidades assistenciais locais ou municipais, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, no qual se verifica a possibilidade de geração de trabalho e renda em substituição ao trabalho assalariado, as associações de trabalhadores rurais foram estruturadas e consolidadas para a obtenção de maiores ganhos financeiros ou como complementação da renda familiar, contrariando a prerrogativa de que essas iniciativas são desenvolvidas exclusivamente para a resolução do grave problema do desemprego, que assolou a região nas últimas décadas do século XX, como resultado do movimento de reestruturação capitalista contemporânea.

Nem todas as famílias assentadas participam das associações de trabalhadores, ficando o processo de geração de trabalho e renda permeado apenas por uma pequena porcentagem de assentados da reforma agrária, sendo que os postos de trabalho gerados não são suficientes para a própria manutenção familiar, como atestam as formas de comercialização dos produtos nas feiras livres locais, nos laticínios regionais e nas fecculárias da região e de estados vizinhos, além da necessidade de complementação da renda familiar nas destilarias de açúcar e álcool da região, por meio do assalariamento formal e do emprego com registro em carteira de trabalho, expressando a subordinação direta do trabalho ao capital.

Ademais, apesar da Secretaria Nacional de Economia Solidária considerar o cooperativismo, o associativismo e o empreendedorismo solidário como embriões de um projeto de transformação social e de determinação histórica de outra forma de desenvolvimento econômico e social, de cunho socialista, as políticas econômicas elaboradas e levadas a cabo nos últimos anos, especialmente nos dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foram direcionadas para a retomada do emprego com carteira assinada,

expressão da visão contrastante das inúmeras secretarias e ministérios, com suas diferentes e antagônicas visões sobre os mesmos assuntos e problemas, as quais percebem, diferentemente da Secretaria Nacional de Economia Solidária, “o cooperativismo como algo “passageiro”, “transitório”, um “quebra-galho”, um instrumento de inclusão até o momento da carteira assinada retomar o seu papel histórico.” (Novaes, 2011, p.172).

Na mesma linha de raciocínio, as políticas públicas de economia solidária, no âmbito do governo federal, estão vinculadas aos setores de geração de trabalho e renda e de assistência social, por meio de programas como o de Segurança Alimentar e do PAA, o que dificulta a consolidação e o aprofundamento da política de desenvolvimento socioeconômico, tido como objetivo fundamental da economia solidária no país. Pelo contrário, os empreendimentos solidários não contam com investimentos maciços em tecnologia, crédito, bens de capital para a ampliação da produção, entre outras medidas de políticas estatais, lutando para sobreviver dentro da lógica de desenvolvimento capitalista.

Torna-se imprescindível ressaltar também que desde o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, tem se verificado uma significativa recuperação do assalariamento formal nos municípios que compõe a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, após a retração na geração de empregos formais na década de 1990 e a tímida recuperação do emprego com carteira assinada até 2002, seguindo uma trajetória nacional de retomada dos estoques de empregos formais e do processo de formalização das relações de trabalho no Brasil, com base na expansão do crédito e do mercado interno, por meio de políticas de incentivo a propensão ao consumo como multiplicadoras do investimento, do crédito e do rendimento, consideradas políticas pós-keynesianas de aceleração da demanda efetiva e do crescimento econômico (Belluzo; Carneiro, 2004).

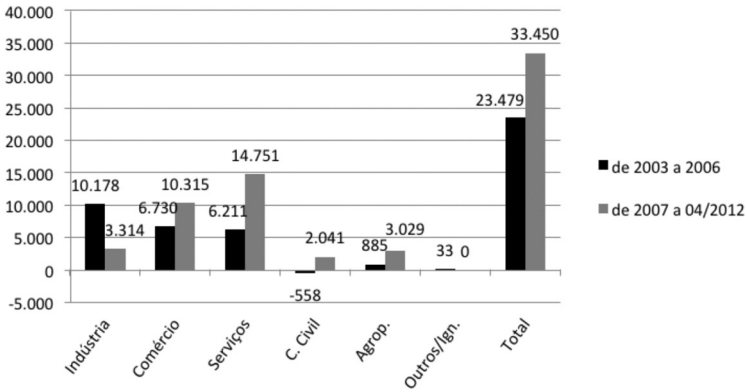


Gráfico 19 – Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na 10ª Região Administrativa, 2003 a 04/2012.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Caged 2003 – 04/2012.

Vale frisar, no entanto, que mesmo diante dessa recuperação do assalariamento formal na Região Administrativa de Presidente Prudente na última década, verifica-se uma tendência de esgotamento do padrão de geração de empregos formais no período compreendido entre meados de 2011 até abril de 2012, no bojo da desaceleração da economia nacional e da relativa contração do processo de formalização do trabalho no país nos últimos meses e também a manutenção da alta rotatividade da mão de obra empregada nas atividades produtivas, expressão da precarização do trabalho, mesmo com a formalização e assalariamento formal dos últimos anos no mercado de trabalho regional.

A alta rotatividade do trabalho, por sua vez, aponta para a instabilidade estabelecida no mercado de trabalho formal da economia, considerando-se a média de admissões e desligamentos em relação ao estoque total de empregos formais no ano de 2011, configurando o trabalho como um fenômeno contingente e fugaz, com aproximadamente 45 trabalhadores trocando de emprego ou sendo alijados do emprego com carteira assinada a cada 12 meses, para cada grupo de 100 trabalhadores empregados formalmente na economia regional.

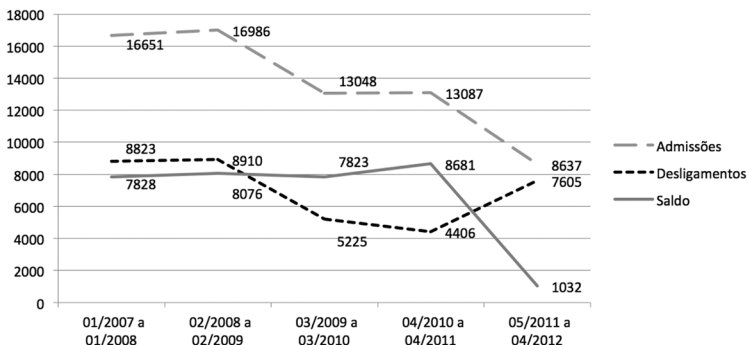


Gráfico 20 – Admissões e desligamentos por período na 10ª Região Administrativa, 2003 a 04/2012.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Caged 2003– 04/2012.

A construção civil configura-se como o setor mais instável da economia devido às características contratuais por empreita ou por tempo de trabalho (semanal ou quinzenal), apesar do significativo crescimento dos estoques de empregos formais dos últimos anos, apresentando uma elevada rotatividade, em torno de 99%. Em seguida, destacam-se a agropecuária, o setor industrial e o comércio, com 61,7%, 50,2% e 48,8%, respectivamente, de taxas de rotatividade do trabalho.

Essa elevada rotatividade do trabalho na região pode ser explicada pela manutenção de um exército de reserva expressivo, mesmo que o emprego com carteira assinada tenha crescido significativamente nos últimos anos, pois a diferença entre o total da População Economicamente Ativa (PEA), representando aproximadamente 400.000 trabalhadores aptos para o trabalho, em relação à População Total (848.124 habitantes) e o estoque de empregos formais no final do ano de 2011 (174.438 empregos com carteira assinada na região), aponta para o fato de que grande parte dos trabalhadores contabilizados na PEA regional está excluída do mercado de trabalho ou inserida de forma precária, tendo o emprego com carteira assinada uma característica apenas contingente, permeado pela

baixa permanência no trabalho e uma elevada rotatividade da mão de obra empregada.

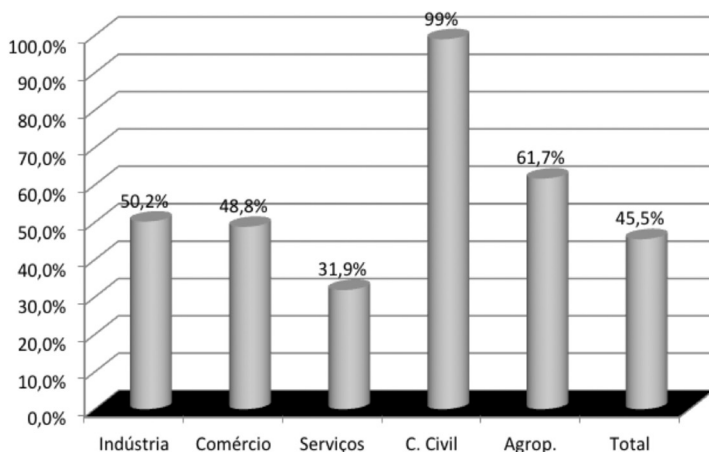


Gráfico 21 – Rotatividade no mercado de trabalho regional por grandes setores de atividade econômica – média das admissões e desligamentos em relação ao estoque total de 2011.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/Caged, 2011.

O expressivo exército de reserva constituído nas últimas décadas na economia regional, por sua vez, cumpre o papel histórico explicitado por Marx (1988), isto é, a manutenção da exploração do trabalho e da extração de mais-valia, por meio da pressão exercida sobre a parte ocupada do trabalho no setor produtivo, além da necessária formação de reserva de mão de obra para a utilização como fonte de mais-valia a qualquer tempo pelo capital, consubstanciando e possibilitando a continuidade da exploração capitalista do trabalho, colocada em novos termos econômicos, financeiros e tecnológicos em tempos de reestruturação produtiva e econômica do capitalismo contemporâneo.

Dito em outros termos, o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho são funcionais à lógica de acumulação ampliada de mais-valia, tornadas mais excludentes ainda em

tempos de aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e permeadas pela necessidade de reordenar as relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, radicalmente desfavoráveis aos trabalhadores em tempos de globalização/mundialização do capital e desregulamentação das normas fordistas que regulavam o trabalho sob o modo capitalista de produção.

Em resumo, as políticas econômicas adotadas em âmbito federal estão assentadas na recuperação e na formalização das relações de trabalho, a despeito da permanência de problemas relacionados à manutenção de contingentes consideráveis da PEA fora do mercado de trabalho regional e da alta rotatividade do trabalho, expressão da precarização das condições e relações de trabalho das últimas décadas no país, no estado e na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Logo, a economia solidária regional apresenta-se como um fenômeno residual e complementar à lógica predominante do emprego formal, representada por iniciativas apenas pontuais e permeadas pela necessidade de obtenção de maior ganho financeiro e de complementação da renda familiar, sobretudo nos assentamentos da reforma agrária da região.

Se de um lado a manutenção de um expressivo exército de reserva e a precarização do trabalho são funcionais à lógica dominante de extração de mais-valia da parte ocupada do trabalho, por outro lado, os empreendimentos econômicos solidários também são funcionais a essa mesma lógica, ao possibilitarem a contenção das contradições sociais engendradas pelo movimento de exploração do trabalho como fonte única de produção e reprodução do capital em tempos de acelerado desenvolvimento das forças produtivas. Tudo isso leva somente a uma constatação analítica como síntese de múltiplas determinações nas relações atuais entre o capital e o trabalho na economia regional e da explicação dialética da passagem da aparência para a essência do fenômeno, por meio de suas contradições: a economia solidária possibilita a contenção das massas excluídas do processo de reestruturação capitalista e, ao mesmo tempo e seguindo a mesma lógica, torna os trabalhadores associados ou cooperados

uma reserva de trabalho para uso a qualquer tempo pelo capital, de acordo com o avanço das forças produtivas capitalistas em tempos recentes.

Com relação aos aspectos do trabalho relacionados à precarização, os empreendimentos econômicos urbanos com características solidárias, desenvolvidos na região, não conseguem reverter à lógica de desestruturação das condições e relações de trabalho, pois os postos de trabalho gerados são caracterizados pela subcontratação, pela contratação por encomenda e por produtividade, por meio do trabalho em domicílio e por produção realizada (trabalhadores artesãos de Santo Anastácio), funcionando muitas vezes como complemento ao emprego com carteira assinada (cooperativa de artesãos de Presidente Prudente) ou se subordinando diretamente aos ditames do capital, a partir da desmotivação com o trabalho cooperado de cunho solidário (cooperativa de trabalhadores da costura de Presidente Venceslau).

No caso da cooperativa de serviços educacionais (Teodoro Sampaio), os trabalhadores já abandonaram a lógica solidária e se enredaram pelos caminhos do emprego assalariado, contratando mão de obra e se enquadrando nos princípios capitalistas legais do mercado de trabalho brasileiro. Já os trabalhadores da coleta e reciclagem de materiais recicláveis e dos produtos derivados do couro de Presidente Prudente, se restringem à reprodução social capitalista, por meio da manutenção de mercados cativos e protegidos e da baixa geração de trabalho e renda nesses empreendimentos.

O baixo rendimento dos trabalhadores permeia praticamente todos os empreendimentos econômicos com características solidárias, representando a manutenção da precarização das condições e relações de trabalho nessas atividades, pois os trabalhadores necessitam complementar a renda em outras atividades, tais como o emprego assalariado nas destilarias de álcool da região, a venda nas feiras livres locais ou o emprego domiciliar ou por encomenda na produção de artesanato ou confecções, subordinando-se às renovadas formas de exploração do trabalho verificadas no capitalismo reestruturado contemporâneo.

Destarte, os empreendimentos econômicos solidários não têm a capacidade de substituir os 4.545 estabelecimentos ou empresas privadas declarantes do Caged, no período de abril de 2011 a abril de 2012 na região analisada, com relação aos movimentos de admissão e desligamentos de trabalhadores com vínculos trabalhistas legais, ou seja, a economia solidária não tem o poder de substituir os empregos formais, nem em termos de trabalho associado e nem em função dos postos de trabalho articulados ao próprio mercado de trabalho regional, sendo funcional à lógica reprodutiva capitalista (da mesma forma do emprego assalariado e das formas precárias de trabalho), constituindo uma reserva de trabalho a ser utilizada a qualquer tempo pelo capital, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e a necessidade de mão de obra para a exploração de mais-valia no interior do processo produtivo.

Torna-se imprescindível e elucidativo ressaltar também que os trabalhadores da totalidade dos empreendimentos solidários analisados em todos os municípios desconhecem o termo economia solidária e suas características gerais de funcionamento e não sabem porque estão inseridos estatisticamente e oficialmente nos termos produtivos solidários. Isso remete a análise para a constatação de que os conceitos estão em construção e “nem sempre ou apenas parcialmente são claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar.” (Kraychete, 2000, p.6).

As formulações teóricas tentam capturar e enquadrar o movimento da realidade dos trabalhadores que se associam para produzir e subsistir na economia e na sociedade, refletindo assim, ideologicamente e de forma utópica, o desejo da construção de relações sociais superiores ao capitalismo de mercado que não permeiam efetivamente a prática econômica desses trabalhadores.

Os trabalhadores inseridos compulsoriamente nos inúmeros conceitos que tentam abarcar a lógica popular de produção alternativa (economia popular, economia solidária, economia do trabalho, economia popular e solidária e socioeconomia solidária), só que-

rem, tão somente, sobreviver e, como não são absorvidos pela lógica capitalista estruturada deste início de século, em seu movimento de desenvolvimento acelerado das forças produtivas, encontraram outras formas de sociabilidade e de produção econômica que a teoria e a ideologia da economia solidária, com suas contradições teóricas e paradoxos analíticos, ancorados num caldeirão de teorias e correntes de pensamentos tão heterogêneos quanto às próprias práticas solidárias, tenta capturar e transformar em movimento social emancipatório contemporâneo.

Da mesma forma que a economia solidária desenvolvida na 10^a Região Administrativa do estado de São Paulo não tem a capacidade de substituir o emprego assalariado pelo trabalho associado e cooperado, sendo apenas uma forma pontual e complementar daquele, o desenvolvimento fundamentado nas potencialidades econômicas locais não basta e necessita de articulações funcionais e operacionais com outras escalas de financiamentos e de investimentos para sobreviver e continuar se reproduzindo na escala local, pois não é no nível local que se definem os principais instrumentos de política macroeconômica, os preços pagos aos produtores e o sistema de crédito e de subsídios à produção nos empreendimentos econômicos solidários regionais.

Nessa perspectiva, mesmo que o objetivo seja o desenvolvimento local de potencialidades econômicas a partir da produção e da prestação de serviços direcionada para o mercado local, comunitário e municipal, de forma contraditória, os empreendimentos econômicos com características solidárias dependem de políticas e de decisões econômicas realizadas na escala federal, seja em termos de repasse de verbas para os programas federais de aquisição de alimentos nos assentamentos de reforma agrária, seja na formação dos preços pagos aos produtores/trabalhadores solidários, por meio do estabelecimento de uma lista de preços e produtos determinada pela cotação no mercado nacional e não a partir da variação estabelecida pelo mercado local e regional dos produtos fornecidos pelos trabalhadores/empreendedores solidários, bem como a dependência do próprio mercado da aceitação de determinadas mercadorias,

no qual os preços são ditados pelas variações mercantis na escala estadual ou nacional e os rendimentos não dependem tanto da produtividade do trabalho, mas sim do montante colocado à disposição das empresas compradoras e da lei da oferta e da procura, sob regras estritamente capitalistas de concorrência e competitividade.

Esse é o caso dos produtores familiares assentados da reforma agrária dos municípios de Presidente Bernardes, Presidente Veneslau, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista e Rosana que tem o repasse de verbas estabelecido na escala federal e a cotação dos preços determinado pela Conab, tendo como base os preços pagos na escala nacional. Também é o caso da cooperativa de recicladores de Presidente Prudente, onde os preços pagos pelos materiais reciclados variam de acordo com a oscilação do mercado comprador, com base na cotação dos produtos em escala estadual e nacional.

Da mesma forma, se o desenvolvimento local pressupõe a melhoria da qualidade da vida social geral da população, agindo como agente de transformação social, por meio do surgimento e fortalecimento de movimentos emancipatórios, como destacou Sen (2000), a economia solidária regional não pode ser promotora da emancipação dos trabalhadores, pois se situa entre a sobrevivência individual e a reprodução familiar dos associados ou cooperados solidariamente e não como um instrumento de configuração de movimentos políticos e sociais de luta pela cidadania e por direitos políticos e sociais advindos agora, paradoxalmente, da escala local de desenvolvimento.

O desenvolvimento local também pressupõe a autonomia na tomada de decisões e a articulação permanente a um Projeto Nacional de Desenvolvimento, construído sob a determinação de regras democráticas e instituições sólidas e independentes, conforme destacou Sachs (1986). Nos empreendimentos econômicos solidários regionais, não há autonomia nas decisões, pois os preços pagos aos produtores são determinados na escala estadual ou nacional e o direcionamento da produção já é previamente estabelecido, isto é, toda a produção é direcionada especificamente para as entidades

assistenciais no espaço local, comunitário ou municipal de atuação dos trabalhadores solidários. A mesma condição sendo observada no caso dos valores pagos ao longo do ano pela produção, que é de R\$ 5.500,00 anuais ou R\$ 458,33 se houver fornecimento todos os meses por parte dos associados ou cooperados da economia solidária regional.

Portanto, somente o desenvolvimento local não basta aos empreendedores solidários regionais, pois todo o resultado financeiro é utilizado para uma única finalidade, isto é, para a reprodução social dos trabalhadores, por meio da consolidação de mercados cativos para os produtos e da tutela do Estado para a continuidade das atividades solidárias, sendo necessária a articulação com outras escalas de atuação, por meio da ampliação da produção e fornecimento para escalas mais abrangentes, nos mercados estaduais, regionais e nacionais, como forma de manutenção dos princípios solidários e para a sobrevivência individual e familiar diante da concorrência capitalista e das grandes marcas, fazendo-se necessária ainda a diminuição da necessidade da subordinação direta ao capital, representada pelo emprego formal assalariado em complemento aos rendimentos dos empreendimentos econômicos solidários ou a subordinação indireta, por meio do trabalho subcontratado, por domicílio e por produtividade nas empresas de confecções e de artesanato dos municípios de Presidente Prudente e de Santo Anastácio.

No que tange à problemática envolvendo as articulações do desenvolvimento sustentável com as práticas desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários regionais, observa-se que a preocupação com o meio ambiente aparece em segundo plano na maioria das associações de produtores rurais familiares dos assentamentos de reforma agrária, notando-se a utilização de fertilizantes, adubos químicos e rações industrializadas como forma de tornar a produtividade do trabalho mais rentável, especialmente nos meses de forte estiagem na região, comprometendo a manutenção da produção agrícola e pecuária (gado leiteiro) nos mesmos patamares dos outros períodos do ano. Isso confirma que a economia solidária regional se pauta mais pela necessidade de sobrevivência familiar

dos trabalhadores associados ou cooperados (baseando-se num suposto desenvolvimento econômico), do que necessariamente na preocupação com a preservação dos recursos naturais e com a sustentabilidade ambiental.

Nos empreendimentos econômicos solidários urbanos, a motivação e a preocupação com a sustentabilidade ambiental aparecem de forma mais expressiva, na forma de reutilização de sobras do processo industrial de preparação do couro para o mercado consumidor estadual, nacional e internacional e do trabalho direto com resíduos sólidos descartados e coletados pelo poder público municipal.

Todavia, a reciclagem direta de resíduos sólidos no município está mais associada ao resgate social dos trabalhadores do antigo “lixão”, que sobreviviam em condições desumanas de trabalho e de sociabilidade, do que propriamente da preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais derivados do minério de ferro, do petróleo e da celulose, sendo que o que permeia essas atividades não é o montante coletado de resíduos sólidos descartados pela população e nem a produtividade do trabalho na cooperativa, mas sim a lógica concorrencial capitalista, expressa no monopólio na formação dos preços pagos pelo material reciclável e a aceitação de determinados materiais ao longo do ano, conforme a variação de preços no mercado estadual e nacional de resíduos sólidos.

Se a cooperativa de reciclagem de Presidente Prudente conta com o apoio maciço de órgãos públicos e de instituições públicas e privadas de ensino superior, o mesmo não foi observado com os trabalhadores de resíduos sólidos do município de Pirapozinho, que não puderam continuar suas atividades pela ausência de apoio do poder público municipal e pelos meios técnicos obsoletos utilizados na coleta e venda de materiais recicláveis, o que confirma que a preocupação com o meio ambiente aparece em segundo plano, sobressaindo a necessidade de resgate social dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho e das formas de sociabilidade contemporâneas, de acordo com as reais discussões sobre o desenvolvimento, assentadas na problemática do desenvolvimento das forças produtivas e as re-

lações de produção subjacentes, derivadas da tensa relação entre o capital e o trabalho no capitalismo contemporâneo.

Faz-se necessário destacar também que a própria reciclagem de resíduos sólidos encontra determinados limites para a aplicação do reaproveitamento econômico dos materiais descartados diariamente pela sociedade, a saber:

a) limites econômicos: somente alguns materiais têm valor de mercado suficientemente atrativo e materiais secundários têm preço de mercado menor, como, por exemplo, as garrafas *Pet* e o vidro e seus derivados;

b) sociais: a reciclagem depende necessariamente de excluídos sociais ou de desempregados para a coleta seletiva desses materiais, isto é, a própria reciclagem é considerada um meio de sobrevivência e não uma opção de preservação ambiental;

c) físicos: há um desgaste natural derivado do uso dos recursos naturais presentes nos produtos e mercadorias, ou seja, a reutilização e transformação dos recursos não são eternas, havendo um limite físico para a reciclagem dos resíduos sólidos;

d) culturais: a sociedade não está habituada a reciclar e o imediatismo/individualismo reina como princípios societais.

Sob esses cânones analíticos, existem limites físicos e estruturais impostos pelo processo de produção, reprodução e acumulação de capital ao desenvolvimento sustentável que impedem sua completa aplicação prática. Ademais, nos empreendimentos econômicos solidários, a sobrevivência familiar e comunitária sobressai e coloca a preocupação com a sustentabilidade em segundo plano: o que está em jogo é a contenção das contradições sociais do capitalismo em sua fase de acelerado desenvolvimento das forças produtivas, resultante da necessidade de reordenar as massas e equilibrar as forças para a continuidade do movimento de exploração do trabalho e de extração de mais valia a qualquer custo e de qualquer forma e natureza, expressando a contradição do conceito de sustentabilidade e sua utilização para as mais diversas finalidades e interesses políticos, econômicos e sociais.

A contradição essencial continua sendo a tensa relação entre o trabalho e o capital, exacerbada em tempos recentes pelo desenvolvimento das forças produtivas e a desregulamentação das normas sociais fordistas que regulavam as relações sociais. Nesse sentido, tanto o desenvolvimento sustentável, quanto o desenvolvimento local, em consonância e em articulação funcional e operacional com a economia solidária, servem ao mesmo propósito de evitar o debate sobre essas contradições e a luta de classes engendrada pelo movimento do capital em seu processo de produção e acumulação de mais valia, por meio da exploração da força de trabalho.

Da mesma forma analítica, se o desenvolvimento econômico ocorre a partir da passagem dialética do nível mais simples ao mais complexo ou do estágio inferior para o superior (Cheptulin, 1982), por meio do desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade, que consubstanciam a transformação profunda de toda a estrutura econômica e social, por meio de modificações na distribuição da população, de alterações na complexidade das condições e relações de trabalho, nas formas de distribuição da riqueza socialmente produzida e de profundas mudanças nas técnicas de produção (Rangel, 2005, p.133), os empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo não têm a capacidade de se expandir para toda a economia e se conformar como um novo modelo de desenvolvimento, assentado na solidariedade, no associativismo e no cooperativismo dos trabalhadores excluídos do processo de reestruturação capitalista contemporâneo.

Pelas próprias características técnicas (na maior parte das vezes a produção é toda manual ou as tecnologias utilizadas são obsoletas), operacionais (não possuem sede e funcionam de forma precária) e financeiras (dependem de repasses contínuos e permanentes de verbas públicas) desses empreendimentos, eles são constituídos como alternativas de reinserção de grupos excluídos socialmente. As características solidárias são conformadas por meio de formas pontuais e isoladas de organização dos trabalhadores para a produção realizada na maior parte das vezes de maneira individual e pragmática, com a coletividade sendo executada apenas na utilização

de máquinas, equipamentos e ferramentas da associação, do grupo informal ou da cooperativa.

Por essas condições operacionais e funcionais e sem o desenvolvimento de novas forças produtivas materiais ou da expansão da economia solidária para toda a economia, os empreendimentos econômicos solidários acabam por reproduzir os mesmos mecanismos de produção capitalista, mesmo que se observem inovações nas formas de organização do trabalho e na destinação do excedente de produção, direcionados para entidades assistenciais locais ou comunitárias e não para o mercado concorrencial, ainda que esses empreendimentos dependam da ampliação da produção e da concorrência com empresas capitalistas para continuar sobrevivendo para além da tutela do Estado.

A economia solidária regional não tem poder de engendrar o desenvolvimento de forças produtivas superiores e alternativas ao capitalismo para toda a economia e nem o poder de suscitar o desenvolvimento econômico, sendo pontual e atrelada somente às potencialidades locais e comunitárias, o que lhe impede a generalização para todos os ramos e circuitos econômicos e produtivos. As possibilidades de desenvolvimento econômico ficam relegadas, portanto, ao segundo plano, não apresentando condições de passagem de níveis inferiores para condições superiores de trabalho⁴ e de produção, nem de alterar as bases técnicas produtivas, a distribuição da população regional e a redistribuição da riqueza produzida socialmente pelos trabalhadores associados ou cooperados solidariamente.

Não obstante o resgate social de grupos sociais vulneráveis, a economia solidária regional não está articulada em redes de distribuição e comercialização de produtos solidários e nem está as-

4 Pelo contrário, a precarização das condições e relações continua a caracterizar os empreendimentos econômicos solidários na região analisada, expressos por meio da existência do trabalho por encomenda, subcontratado e por domicílio e na subordinação direta do trabalho ao capital, por meio da necessidade de assalariamento formal nas usinas de álcool de vários municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

sociada a políticas de desenvolvimento econômico assentadas em investimentos em educação, saúde, infraestruturas, seguridade social, reforma agrária e urbana, entre outras políticas de fomento do processo de desenvolvimento nacional em articulação com o desenvolvimento regional.

As características associativas ou cooperativas dos grupos de trabalhadores, permeadas pela união com o objetivo de obtenção de maiores ganhos financeiros e de ampliação da renda familiar, por sua vez, fazem com que a economia solidária não tenha nada de revolucionário ou de socialista, pois toda a produção é individual, direcionada para uma única finalidade, o valor de troca continua sendo realizado nos produtos e serviços oferecidos pelos grupos de trabalhadores e a união de classes sociais deixa de existir, ocorrendo apenas o uso coletivo de equipamentos de produção. Em outras palavras, a produção individual nega a possibilidade de estruturação de outras forças produtivas e impele para a lógica dominante capitalista.

A socialização da produção, o fortalecimento dos vínculos dos trabalhadores, por meio da organização política em sindicatos e partidos políticos, a constituição de agroindústrias coletivas controladas e dirigidas plenamente pelos trabalhadores e a construção do socialismo aparecem distantes dos princípios dos trabalhadores associados que apenas se associam para sobreviver e se reproduzir socialmente, percorrendo um caminho perdido e confuso, em um limbo entre a necessidade e a ausência de alternativa de superação de sua condição de classe social desfavorecida no atual jogo de acumulação ampliada de capital em tempos recentes.

Não tendo capacidade de engendrar novas forças produtivas, alternativas e superiores ao capitalismo e sendo caracterizada pela complementaridade, pontualidade e pelo aspecto residual de suas iniciativas, a economia solidária regional funciona como um instrumento de contenção das contradições do capitalismo reestruturado das últimas décadas, que excluiu milhares de trabalhadores do processo produtivo ou precarizou as condições de trabalho da parte ocupada do exército de reserva (Marx, 1988).

Esses trabalhadores passam a compor o exército industrial de reserva, representando materialmente a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (reestruturação e revolução tecnológica) e as relações de produção (trabalhadores excluídos, desemprego e informalidade do trabalho). Nessa compreensão teórico-metodológica, a economia solidária regional representa o controle e a supervisão dessa massa de trabalhadores excluídos socialmente, por meio da qual mantêm o equilíbrio necessário para a reprodução ampliada do capital e a “paz” social, condizente com a manutenção do *status quo* e a desmotivação/desinteresse para a organização social e política, para a luta de classes e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

desenvolvimento das forças produtivas (novo paradigma tecnológico e reestruturação capitalista) → aumento do exército de reserva → movimento político e sindical na defensiva → pressão social → economia solidária para amenizar → desmobilização da luta de classes

Logo, a economia solidária, isto sim, funciona como um instrumento de contenção das contradições sociais, ao tentar reconduzir ao circuito de reprodução do capital, via o associativismo e o cooperativismo dos excluídos do processo de reestruturação capitalista atual, tanto os “inempregáveis”⁵ de Singer (2006), quanto o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa de Marx (1988), resultando num processo de estagnação da luta de classes ao impulsionar a união contraditória dos trabalhadores em empreendimentos em que eles próprios são, ao mesmo tempo e pa-

5 Singer (2006) considera os trabalhadores que foram demitidos muitas vezes ou que ficaram muito tempo sem emprego passíveis de desemprego permanente, sendo considerados inempregáveis e excluídos em definitivo do mundo formal do trabalho. O mesmo desconsidera que o exército de reserva está sempre disponível ao capital a qualquer tempo, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e a possibilidade de acumulação de capital, por meio da exploração da força de trabalho sob novas e variadas formas.

radoxalmente, “empregados” e “donos” da força de trabalho e dos meios de produção.

Em suma, a economia solidária regional funciona como uma nova forma de regulação social complementar ao controle e vigília de cunho fordista/taylorista, realizado nas indústrias e fábricas regionais em articulação com a adoção de novos princípios de regulação social, assentados na transformação dos trabalhadores em “colaboradores”, colocando-os na condição de quase “sócios” do empreendimento capitalista e obrigando-os a assumir riscos, desenvolver sua empregabilidade e trabalhabilidade⁶ e dividir as responsabilidades de aumento constante e permanente da produtividade do trabalho a serviço da acumulação de capital (Melo, 2008).

Nas associações e cooperativas, o trabalho continua sendo viado, agora por presidentes ou coordenadores e pelo Estado (via programas federais), que garante repasse de verbas permanentes e estáveis, desde que os trabalhadores não se organizem e não reivindiquem a formação de outro tipo de Estado e nem a configuração de relações de produção inclusivas e socialmente mais adequadas aos interesses da classe trabalhadora, no controle das forças produtivas materiais da sociedade, sob novas formas e relações de produção socialistas.

6 As condições atuais de flexibilização do trabalho levam o trabalhador a desenvolver habilidades ligadas à busca de um trabalho e não mais necessariamente de um emprego (as atividades temporárias ou os bicos são exemplos disso) em substituição a empregabilidade (a aquisição de habilidades direcionadas para a inserção ou manutenção do emprego formal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1970, o modelo de acumulação fordista entrou em crise devido ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas não ser mais compatível às exigências de controle e supervisão do trabalho de cunho taylorista e a produção em larga escala de caráter fordista no interior do processo produtivo. Esse movimento culminou na reestruturação do capitalismo, expresso na retomada do movimento de globalização/mundialização do capital, na aplicação de políticas neoliberais de restrição da participação do Estado na economia e de liberdade irrestrita para a regulação econômica pelo viés do mercado, na transformação do paradigma técnico produtivo por meio da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, no redimensionamento do processo produtivo e na reorganização do trabalho na produção, principalmente pela adoção de novas formas de gestão da força de trabalho.

A contradição fundamental do modo capitalista de produção, determinada pelas contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes, passou a ser exacerbada, configurando a crise do mundo do trabalho, permeada pelo aumento do desemprego, pela informalidade do trabalho, pelo ressurgimento de formas atípicas de trabalho, como expressão da exploração do trabalho sob novas formas (trabalho atípico, por

tempo determinado, por tarefas, trabalho temporário, subcontratação, terceirização etc.) e pela exasperação da precarização das condições e relações de trabalho. Todos esses fatores são concomitantes e complementares à lógica de reprodução ampliada do capital, seja sob a forma tradicional de extração de mais-valia relativa diretamente do processo produtivo, seja pelas novas e variadas formas de exploração da força de trabalho, por meio da manutenção de um exército de reserva abundante a ser utilizado pelo capital a qualquer tempo, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Ao mesmo tempo em que o movimento de reestruturação capitalista representou a desestruturação do mundo do trabalho, conformado também pela desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho sob regras neoliberais, o mesmo ensejou o questionamento das políticas keynesianas de desenvolvimento econômico, que defendiam a ampla participação do Estado nos assuntos econômicos e na determinação da demanda efetiva, da propensão ao consumo e dos investimentos públicos como multiplicadores do crescimento econômico e da geração de empregos, além da constituição de um conjunto de medidas de proteção social, que culminou na configuração de *Welfare States* nas principais economias desenvolvidas no pós-guerra.

Decorrentes dessas transformações socioeconômicas, várias teorias do desenvolvimento foram engendradas, destacando-se a economia solidária, colocada na perspectiva da solidariedade, da cooperação e da associação entre os trabalhadores excluídos do processo produtivo e das condições formais de trabalho capitalistas, articulada também ao socialismo utópico do século XIX, ao desenvolvimento permeado pelas potencialidades locais e pelas características endógenas do crescimento (desenvolvimento local) e pela preocupação com a preservação ambiental em concomitância ao crescimento econômico e ao combate às desigualdades sociais (desenvolvimento sustentável). Todo esse conjunto teórico considerado como um instrumento de omissão da real discussão sobre a contradição fundamental do capitalismo, qual seja, a tensa relação

entre o capital e o trabalho, configurada pelo desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes que determinam a posição das classes sociais e o estágio da luta de classes, em tempos de reestruturação produtiva, econômica e tecnológica do capitalismo contemporâneo.

A implementação do conjunto de medidas reestruturantes do capitalismo, engendrou a desestruturação/precarização do mundo do trabalho no Brasil, no governo de Fernando Collor de Mello na presidência da república e nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao longo dos anos de 1990. Durante esses dois governos foi levada a cabo a aplicação das políticas neoliberais no país, determinada pelo processo de abertura comercial e financeira indiscriminadas, pela privatização e concessão do patrimônio estatal nacional, pela política de juros elevados para atrair o capital estrangeiro e pela política de valorização das importações, apontando para a ruptura com o processo histórico de formalização das relações de trabalho iniciada na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas e um redirecionamento das estruturas do Estado nacional, visando uma maior regulação econômica pela perspectiva do mercado. Por conseguinte, o mercado de trabalho brasileiro passou a ostentar marcas históricas e sem precedentes de desemprego em massa, informalização e precarização das condições e relações de trabalho, nas mais variadas escalas geográficas, notadamente na escala local e regional, que apresentaram variações nos níveis de emprego, desestruturação funcional do trabalho, elevada rotatividade da mão de obra empregada, informalidade e periferização do desemprego, representada pela concentração dos trabalhadores desempregados na periferia da área urbana de Presidente Prudente.

Da mesma forma, o movimento de reestruturação capitalista nacional ensejou o redirecionamento das prerrogativas do desenvolvimento econômico, representando a substituição do modelo caracterizado pela ampla participação do Estado, via industrialização substitutiva de importações e representada por maciços investimentos estatais em infraestrutura produtiva e distributiva, pela conformação das premissas estritamente mercantis na con-

dução dos assuntos econômicos, determinando a privatização do aparato estatal, a aplicação de políticas monetaristas de controle da inflação e redução dos gastos públicos e, sobretudo, a configuração da guerra fiscal entre estados e municípios para atrair investimentos produtivos e financeiros, de acordo com as prerrogativas da livre circulação de capitais pelo território nacional.

Concernente a implementação de medidas de reestruturação capitalista, de redirecionamento das premissas do desenvolvimento econômico e da exacerbação do processo histórico de desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho (funcionais e complementares à lógica de reprodução ampliada do capital), observa-se a consolidação e a ampliação das experiências de economia solidária iniciadas em meados da década de 1980, nos Projetos Alternativos Comunitários desenvolvidos pela Cáritas Brasileira e pela cooperação agrícola realizada nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em todo o território nacional.

No bojo do aumento dos projetos de economia solidária no país e da pressão popular para a institucionalização das práticas solidárias, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal, no contexto da chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores e da perspectiva da formação de um governo de base “popular”, a partir de políticas sociais de combate à pobreza e da ampliação do Programa Bolsa Família em todo o país, mesmo com a manutenção de instrumentos de política macroeconômica neoliberal no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, como por exemplo, as metas anuais de inflação, a geração de superávits primários nas contas públicas, a política de responsabilidade fiscal dos governos anteriores, um sistema de câmbio flexível, entre outras.

A partir daí, a economia solidária se expandiu em todos os estados da federação nacional, representando aproximadamente 14.954 iniciativas solidárias em 41% dos municípios do país, conforme o primeiro mapeamento oficial da economia solidária realizado entre 2005 e 2006 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Contudo, os dados e as informações sobre as iniciativas solidárias apontam para a característica apenas residual e complementar dos empreendimentos, formados para a complementação da renda familiar em detrimento de formas alternativas de associação comunitária, filantrópica e/ou religiosa, dependendo do mercado local e municipal para a realização das vendas dos produtos e da dependência do Estado para a expansão das atividades e da abrangência para escalas mais amplas de distribuição e fornecimento dos produtos da economia solidária, assim como a necessidade da formação de mercados cativos e protegidos para os produtos e serviços e do financiamento estatal para fazer frente à concorrência no mercado capitalista de trocas.

Nesses termos, no que tange ao processo de desenvolvimento econômico e à dinâmica e evolução do mercado de trabalho formal no interior do estado de São Paulo, mesmo com o processo de interiorização da indústria para estimular o desenvolvimento econômico, levado a cabo desde meados da década de 1960, a 10ª Região Administrativa apresentou a partir da década de 1970, perda de dinamismo industrial, baixa geração de riqueza e participação no PIB estadual (colocando a região como uma das mais pobres do estado, mesmo apresentando melhorias significativas no Índice Paulista de Responsabilidade Social nas variáveis escolaridade e longevidade) e, em tempos de reestruturação produtiva e reordenamento industrial pelo território paulista, a desestruturação/precarização do mercado de trabalho, além do sucateamento da infraestrutura de transportes regional, a perda de importantes indústrias para outras áreas do estado e para outros estados da federação e a estagnação das atividades produtivas verificadas em todos os municípios da 10ª Região Administrativa ao longo das últimas décadas.

Todos esses fatores, concomitantes e complementares à perda de dinamismo no processo de desenvolvimento econômico, desencadearam o surgimento de algumas iniciativas de economia solidária na região, caracterizadas pela associação, pela cooperação e pela solidariedade entre os trabalhadores excluídos do processo produtivo ou com dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho,

tanto nas áreas urbanas, quanto nas áreas rurais dos municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Entrementes, a economia solidária desenvolvida na região se caracteriza pela baixa participação dos trabalhadores em empreendimentos com características solidárias, estando presente em apenas nove dos cinquenta e três municípios constituintes da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo e perfazendo vinte e seis projetos solidários na região. Esses empreendimentos se caracterizam também pela ampla participação de associações de trabalhadores rurais familiares da reforma agrária, principalmente nos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Presidente Bernardes e Rosana. No espaço urbano, os empreendimentos econômicos com características solidárias estão presentes nos municípios de Presidente Prudente, Santo Anastácio, Presidente Venceslau e Teodoro Sampaio, por meio da atuação dos trabalhadores associados em atividades de artesanato, costura industrial, produtos derivados do couro, materiais recicláveis e ensino e aprendizagem.

Todos os empreendimentos com características solidárias, por seu turno, apresentam a necessidade de investimentos públicos para a permanência nas atividades solidárias, tendo peso maior o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal e, a necessária complementação de renda em atividades assalariadas formais ou por meio da venda do excedente de produção nas feiras livres locais e regionais e da entrega dos produtos em feccularias e laticínios regionais. Além disso, a maioria dos empreendimentos foi constituída com o objetivo de complementação da renda familiar (no caso das associações de produtores rurais familiares) e apenas alguns com o intuito de alternativa ao desemprego, apresentando reduzida forma de participação no quesito desenvolvimento de formas alternativas ao capitalismo dominante nas relações de produção e no mundo do trabalho.

Assim sendo, a economia solidária regional apresenta-se como um fenômeno pouco significativo na economia local e regional, sendo apenas pontual, residual e complementar à lógica predo-

minante de acumulação de capital, configurando-se mesmo como uma reserva de mão de obra para o uso a qualquer tempo pelo capital, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e a necessidade de força de trabalho para a extração de mais-valia, seja pela forma tradicional de exploração do trabalho ou pelas novas e precárias formas de extração de trabalho excedente necessário para a acumulação ampliada e a reprodução de capital nas escalas geográficas local e regional.

Em termos de mercado de trabalho, a economia solidária não tem a capacidade de suscitar a geração ampla de postos de trabalho para dar conta da grave crise do desemprego que assolou a região a partir da década de 1990, apresentando baixa participação dos trabalhadores nos empreendimentos urbanos e mesmo nas associações de trabalhadores rurais familiares, que foram estruturadas visando a complementação de renda e á formação de um “negócio” onde todos são sócios. Ademais, a precarização das condições e relações de trabalho permanece nos empreendimentos econômicos com características solidárias no espaço urbano, pois os postos de trabalho são caracterizados pela subcontratação, pela contratação por encomenda e por produtividade e pelo trabalho em domicílio, funcionando muitas vezes como complemento ao emprego com carteira assinada ou se subordinando diretamente aos ditames do capital, por meio da desmotivação com o trabalho cooperado e a adesão às regras de funcionamento de um empreendimento tipicamente capitalista.

Tendo por fundamento o método de análise do materialismo histórico e dialético, a coleta secundária de informações e dados e pesquisas de campo, consubstanciou-se a negação da economia solidária regional como um instrumento de desenvolvimento econômico e de geração de trabalho e renda que pudesse superar a desestruturação e a precarização do mercado de trabalho regional das últimas décadas. Questionadas as possibilidades, as limitações e as contradições da economia solidária, tornou-se possível desvendar seus interesses e motivações concretas.

Destarte, a economia solidária desenvolvida nos municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, não tem a capacidade de engendrar postos de trabalho de forma suficiente para fazer frente ao problema do desemprego ou a reinserção produtiva dos trabalhadores excluídos do processo de reestruturação capitalista, nem suscitar medidas de desenvolvimento econômico, representando apenas iniciativas pontuais e localizadas de geração de trabalho e renda, que não tem o poder de se generalizar para toda a economia e nem representar significativamente uma nova forma de organização econômica e social, servindo, sobretudo, a contenção das tensões sociais sob o capitalismo reestruturado em seu movimento de exacerbação da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas atuais e as relações de produção subjacentes, tendo em vista a manutenção da exploração do trabalho e a acumulação de capital sob novas formas econômicas, sociais, tecnológicas e laborais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Práxis, 1999.
- _____. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Práxis, 2001.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.09-23.
- ANDRADE, M. C. de. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. *Uma Geografia para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1994.
- ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARAÚJO, T. B. de. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, L. et al (Org.). *Reestruturação do espaço urbano e regionalização no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993, p.87-95.
- AZZONI, C. R. A lógica da dispersão na indústria no Estado de São Paulo. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, n.16, especial, 1986a.
- _____. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, n.58, 1986b. (Séries Ensaio Econômicos).
- BANCO MUNDIAL (1995). O trabalhador e o processo de integração mundial. Washington: Bird. In: POCHMANN, M. *O trabalho sob*

- fogo cruzado*: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.
- BELLUZO, L. G.; CARNEIRO, R. Bloqueios ao crescimento. In: *Política Econômica em Foco*, São Paulo, n.3, janeiro/abril de 2004.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro*: o cicloideológico do desenvolvimentismo. 2. ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa*: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIONDI, A. *O Brasil privatizado* – um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). *Economia regional*: teoria e métodos de análise. Fortaleza: BNB/Etene, 1989, p.589-694. (*Estudos Econômicos e Sociais*, 36).
- BOUDEVILLE, J. R. *Les programmes économiques*. 10. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.
- _____. *Aménagement du territoire et polarization*. Paris: Éditions M. TII. Génin, 1972.
- _____. *Os espaços econômicos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973 (Coleção Saber Atual, n.160).
- BRAGA, M. L. de S. *Relações de trabalho* – dissertação de mestrado analisa o fenômeno da flexibilização das relações de trabalho. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2001. Disponível em: <<http://www.diap.org.br>>. Acesso em: set. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/home/alimentacaoescolar>>. Acesso em: fev. 2012.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Rais e Caged*. 2006a. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: fev. 2012.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego/Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005*. 2006b Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: fev. 2013.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

- BREITBACH, Á. C. de M. *Estudos sobre o conceito de região*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (Teses), 1988.
- BRUNHOFF, S. de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- BUARQUE, S. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Material para orientação técnica e treinamento demultiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: Ilica, 1999.
- CAGED – CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. *Lei nº. 4.923/65, Módulo I, Janeiro de 1997 a Outubro de 1998a*, Ministério do Trabalho, 1999 (CD-ROM).
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio – Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 8. ed., 2009.
- CASTELLS, M. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. In: *Espaço e Debates*, São Paulo, n.17, p.5-23, 1986.
- CASTRO, A. B. de. Planejamento: avaliação crítica e redefinição institucional. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.5, n.4, p.13-17, out./dez. 1991.
- CATTANI, A. D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, p.9-14, 2003.
- CHANG, H. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CHEPTULIN, A. *A dialética materialista: leis e categorias da dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Editora Moderna, 1999.
- COHEN, G. A. Forças produtivas e relações de produção. In: *Crítica Marxista*. São Paulo: Editora Unesp, n.31, p.63-82, 2010.
- COLE, G. D. H. *A Century of Co-operation*. Manchester, Cooperative Union Ltda., 1944.

- COMIN, Á. A. Desregulação do mercado de trabalho e ação sindical no Brasil. In: D'INCAO, M. Â. (Org.). *O Brasil não é mais aquele...* Mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez, 2001.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.
- CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COSTA, A. B. da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. In: *Cadernos IHU Ideias*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Unisinos, n.47, ano 4, 2006.
- COUTINHO, L. A Terceira revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp/IE, n.1, p.69-87, ago. 1992.
- DEDECCA, C. S.; BRANDÃO, S. M. C. Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho, In: *Crise Brasileira: anos 80 e governo Collor*. CGIL/CUT/Desep, São Paulo, 1993, p.307-350.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ACESSORIA PARLAMENTAR. Disponível em: <<http://www.diap.org.br>>. Acesso em: fev. 2012.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: jan. 2012.
- DICEY, A. V. *Lectures on the relation between law and public opinion in England during the nineteenth century*. London: Macmillan Co., 1914.
- DILLARD, D. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. Teoria de uma economia monetária. 6. ed., São Paulo: Pioneira, 1989.
- DINIZ, C. C., LEMOS, M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília: Ipea/Iplan, 1989, p.161-99, v.3.
- DUNDES, A. C. *O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente/SP*. Presidente Prudente, FCT/Unesp, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- FERRAZ, E. M. de C. A crise do planejamento. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: v.5, n.4, p.2-4, out/dez. 1991.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). *Discussões sobre economia solidária*. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: fev. 2013.
- _____. *Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária*. 2009. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: ago/set. 2011.
- FREEMAN, C.. Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico. In: *Cadernos Ensaio FEE*. Porto Alegre, n.5, 1984.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Censos Demográficos*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991._____. *Contagem da população*, 1996. Rio de Janeiro: IBGE/Ministério de Planejamento e Orçamento, 1997.
- FUNDAÇÃO Seade. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*. Disponível em: <<http://www.seade.sp.gov.br>>. Acesso em: nov. 2011.
- _____. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Pesquisa de Atividade Econômica Paulista – Paep*. Disponível em: <<http://www.seade.sp.gov.br>>. Acesso em: mar. 2012.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 6.ed., São Paulo: Editora Nacional, 1977
- _____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- _____. *Introdução ao desenvolvimento*. Enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GAIGER, L. I. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: set. 2011.
- GERARDI, L. H. de O. *Quantificação em geografia*. São Paulo: Difel, 1981.
- GOMES. M. T. S. *A dinâmica do mercado de trabalho formal: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- GONÇALVES, M. A. *A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente – SP*. Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia).

- GONÇALVES, R. *O nó econômico*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GUIMARÃES, G. SALOMÃO, I. *Planejamento e gestão de incubadoras de tecnologias sociais para o desenvolvimento: características e instrumentos*. Brasília: Anprotec/Sebrae, 2006.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.
- HAYEK, F. A. von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 5.ed., 1990.
- HESPANHOL, A. N. *Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina – SP*. Rio Claro: IGCE/Unesp, 1996. Tese (Doutorado em Geografia)
- _____. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETTE JUNIOR, M.; ALVES, N. (Orgs.). *FCT 40 anos, perfil científico-educacional*. Presidente Prudente: Unesp/FCT, p.21-41, 1999.
- HIRSCHAMN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven, Connecticut: Yale, University Press, 1958.
- IANNI, Otávio. *A sociedade global*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- _____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Mensal de Emprego (PME)*. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: nov. 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: nov. 2007.
- JINKINGS, N. *O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- _____. A reestruturação do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- KON, A. *Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

- LECHAT, N. M.. Economia Moral. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- LEIS, H. R. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia, 1996.
- LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LEITE, J. F. *Regiões em crise*. Marília: FEFCS/Unesp, 1980.
- _____. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente: Ipea/Unesp, 256 p., 1981. Tese (Livre Docência).
- _____. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: Santos, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- LIMA, A. Ca. da C.; SIMÕES, R. F.. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador: ano XII, n.21, p.4-19, jul. 2010.
- LIMA, E. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, R. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. In: *Espaço e Debates*. n.25, Neru, São Paulo, ano VIII, 1988.
- LOMBORG, B. *O ambientalista cético: medindo o verdadeiro estado do mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. In: *Boletim Paulista de Geografia*. n.50. mar. 1976.
- _____. Teorias sobre a industrialização brasileira e latino-americana. In: CHRISTOFOLETTI, A. et al. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, p.65-76, 1995.
- _____. Qual o futuro da América Latina? In: ARROYO, M. (Org.). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

- MARX, K. Infraestrutura e Superestrutura: o prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política. In: IANNI, O. (Org.). *Marx – sociologia*. 3.ed. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MATTOSO, J. L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: PáginaAberta/Scritta, 1995.
- _____. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- MELO, N. A. de. *Dinâmica do emprego/desemprego e empregabilidade dos trabalhadores do setor privado em Presidente Prudente: contribuição à análise crítica do mercado de trabalho e da relação capital/trabalho na economia local*. Presidente Prudente, Unesp/FCT, 1999. Monografia de Bacharelado.
- _____. *Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente: subsídios para a compreensão da dinâmica regional por meio do trabalho e do emprego formal*. Presidente Prudente: Unesp/FCT, 2008. Dissertação de Mestrado.
- _____. *Economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo: possibilidades, limitações e contradições*. Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2013, 227 p. Tese (Doutorado em Geografia).
- MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: *Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia*. Escola de Administração da UFBA(NPGA/Nepol/PDGS), 2005.
- MONTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- _____. *Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, conceitos e princípios*. In: *Textos de Economia*. v.4, n.1, Florianópolis: UFSC, 1993.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- NERA – NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. *Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra*. Presidente Prudente: Nera/Unesp. Acesso em: 18 dez. 2013. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.
- NIVEAU, M. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.
- NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCWARTZMAN, J. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- NOVAES, H. T. Algumas notas sobre a concepção marxista do Estado capitalista no século XX. In: BENINI, É. et al. *Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, p.169-217, 2011.
- OHMAE, K. *O fim do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- OLIVEIRA, F. de. *Proposta para discussão sobre desenvolvimento local: limites e possibilidades*. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.
- _____. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, O. L. de. A região administrativa de Presidente Prudente. In: *Cenários da Urbanização Paulista*. São Paulo: Seade, p.71-102, 1992.
- ORGANISTA, J. H. C. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PERROUX, F. *L'économie du XXème siècle*. 2.ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1967.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999. _____. *Desempregados do Brasil*. In: ANTUNES, R. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PORTER, M. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- RAMOS, L.; REIS, J. G. A. *Emprego no Brasil nos anos 90*. Rio de Janeiro: Ipea, mar. 1997.
- RANGEL, I. Intermediação financeira e crise. In: *Revista Ensaios*. Porto Alegre, p.57-64, 1985.

- _____. *Economia brasileira contemporânea*. Campinas: Bional, 1986.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. 3.ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- RICHARDSON, H. *Elementos de economia regional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- SACHS, I. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986.
- _____. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.
- _____. *Desenvolvimento: incluído, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo Editora, 2003.
- SANDRONI, P. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2001.
- _____. Os espaços da globalização. In: *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, A. de O. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SÃO PAULO (ESTADO). Sert – Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho. Disponível em: <<http://www.emprego.sp.gov.br>>. Acesso em: nov. 2007.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SENNET, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. Brasília: MTE/Senaes, 2006.

- SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho/Presidente Prudente. *Dados e Informações sobre desemprego*. Janeiro de 1997 à Maio de 1999.
- SILVEIRA, M. R. *Desenvolvimento econômico e transporte ferroviário – abordagem para o caso catarinense*. Ourinhos: Gedri/Unesp, 2006.
- _____. *Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às Parcerias Público-Privadas*. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.
- _____. As cinco revoluções e evoluções logísticas: impactos sobre o território brasileiro. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. (Orgs.). *Questões nacionais e regionais do território brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. Reestruturação dos sistemas de movimento e da logística e seus impactos regionais e urbanos no território paulista. In: *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [Em línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1. ago. 2010, v.XIV, n. 331 (23). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-23.htm>>.
- SINGER, P. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo. In: HADDAD, F. (Org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Seade, v.12, p.3-20, 1998.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.
- _____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Informações sobre projetos de economia solidária*. Disponível em: <<http://www.sies.mte.gov.br>>. Acesso em: mar. 2013.
- SOARES, P. de T. *O pólo dominante de um governo contraditório*. [S.l.: s.n), 2004, Mimeografado.

- SPOSITO, E. S. *Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1990. Tese de doutoramento.
- _____. A formação histórica. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B. (Orgs.). *Conjuntura Prudente 2002*. Presidente Prudente: Unesp/FCT, 2002.
- _____. *Geografia e filosofia – contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Unesp, 2004.
- _____. *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente: Unesp/FCT/Gasperr, 2005.
- SPOSITO, M. E. B. Presidente Prudente e seu contexto de relações. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B. (Orgs.). *Conjuntura Prudente 2002*. Presidente Prudente: Unesp/FCT, 2002.
- TAVARES, M. da C.. *Da substituição de importação ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ULTRAMARI, C.; DUARTE, F. *Desenvolvimento local e regional*. Curitiba: Ibpx, 2009.
- VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VIAN, C. E. de F.. Uma discussão da “visão” schumpeteriana sobre o desenvolvimento econômico e a “evolução” docapitalismo. *Informe GEPEC*. UFSCAR, n.1, vol.11, jan/jun 2007.
- YUNUS, M.; JONES, A. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Oitava Rima

